



LINHA DE BASE DO MONITORAMENTO DOS CRAS

EDIÇÃO REVISADA

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Secretaria Nacional de Assistência Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

LINHA DE BASE DO
MONITORAMENTO DOS CRAS
EDIÇÃO REVISADA

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Secretaria Nacional de Assistência Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, 2008

Esta é uma publicação técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e foi elaborada a partir dos dados coletados pelo sistema de monitoramento dos CRAS entre julho e outubro de 2007. A implementação desse sistema de monitoramento, materializada com a constituição do Grupo de Trabalho CRAS, foi fruto de intenso trabalho colaborativo entre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e a Secretaria Nacional de Assistência Social. Essa edição revisada agrega os resultados das discussões do Encontro Nacional sobre Monitoramento dos CRAS, realizado em Brasília nos dias 28 e 29 de maio de 2008.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Linha de base do monitoramento dos CRAS - Edição revisada.-- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2008.

106 p. ; 29,7 cm.

1. Assistência social, monitoramento, Brasil. 2. Política social, monitoramento, Brasil. I. Centro de Referência da Assistência Social.

CDU 364(81)

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO/MDS

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | 4º andar | Sala 409

CEP: 70.054-906 | Brasília DF

Fone: 61 3433 1501 | Fax: 61 3433 1598

www.mds.gov.br

Fome Zero

0800 7072003

Presidente da República Federativa do Brasil | **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | **PATRUS ANANIAS**

Secretária Executiva | **ARLETE SAMPAIO**

Secretária Executiva Adjunta | **ROSILENE CRISTINA ROCHA**

Secretária de Avaliação e Gestão da Informação | **LAURA DA VEIGA**

Secretária Nacional de Assistência Social | **ANA LÍGIA GOMES**

Secretária Nacional de Renda de Cidadania | **ROSANI CUNHA**

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional | **ONAUER RUANO**

Secretário de Articulação Institucional e Parcerias | **RONALDO COUTINHO GARCIA**

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Diretora do Departamento de Avaliação e Monitoramento: Diana Oya Sawyer | Diretor do Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos: Roberto Wagner da Silva Rodrigues | Diretora do Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais: Aíla Vanessa Cançado.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diretora do Departamento de Gestão do SUAS: Simone Albuquerque | Diretora do Departamento de Proteção Social Básica: Aidê Cançado Almeida.

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO DA FICHA DE MONITORAMENTO: Gláucia Macedo, Helena Ferreira de Lima, Luís Otávio Pires de Farias, Jaime Rabelo Adriano, Maria Cristina de Oliveira Marques e Roberto Wagner da Silva Rodrigues.

DESENVOLVIMENTO DO INSTRUMENTO ELETRÔNICO: Caio Nakashima, Roberto Wagner da Silva Rodrigues e Tiago Hackbarth.

ANÁLISE DOS DADOS E REDAÇÃO: Claiton de Paula Ribeiro, Gláucia Macedo, Jomar Álace Santana, Luís Otávio Pires de Farias e Roberto Wagner da Silva Rodrigues.

COLABORAÇÃO: Aidê Cançado Almeida, Carlos Eduardo Brasileiro, Cláudia Baddini Currello, Diana Oya Sawyer, Gardênia Aparecida Scapim Machado, Jeni Vaitsman, Júnia Quiroga da Cunha, Lídia Cristina Barbosa, Marcelo Gadelha, Márcio Andrade Monteiro, Rodrigo Capeans e Simone Albuquerque.

EDIÇÃO

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Monica Rodrigues

REVISÃO E TEXTO FINAL: Gláucia Macedo, Monica Rodrigues, René Gustavo Couto, Renata Bressanelli e Tatiane de Oliveira.

CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Marcelo Rocha

FOTOS: ASCOM/MDS

IMPRESSÃO: Gráfica Brasil

TIRAGEM: 250 exemplares

MAIO DE 2008

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTÓRICO	10
3. CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	12
4. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	16
4.1 ASPECTOS GERAIS	16
4.2 FINANCIAMENTO	23
4.3 RECURSOS HUMANOS	27
4.3.1 ESCOLARIDADE	27
4.3.2 VÍNCULO EMPREGATÍCIO	29
4.3.3 FUNÇÃO DESEMPENHADA	30
4.4 ESTRUTURA FÍSICA	32
4.4.1 SITUAÇÃO QUANTO À LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	32
4.4.2 COMPARTILHAMENTO DO LOCAL	34
4.4.3 ITENS EXISTENTES NO CRAS	37
4.5 ATENDIMENTO	41
4.5.1 ACESSO À LISTAGEM DE FAMÍLIAS DO CADÚNICO E RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES DAS FAMÍLIAS DO BOLSA FAMÍLIA	41
4.5.2 ATENDIMENTO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E ESPECÍFICAS	43
4.5.3 PRIORIZAÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS, REDES E RECURSOS	45
4.5.4 ATIVIDADES REALIZADAS	49
4.5.5 ARTICULAÇÃO COM SERVIÇOS, PROGRAMAS OU INSTITUIÇÕES	53
5. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS	57
5.1 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: ESTRUTURA FÍSICA	58
5.2 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: RECURSOS HUMANOS	60
5.3 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: ATIVIDADES REALIZADAS	63
5.4 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: FUNCIONAMENTO	65
5.5 INDICADOR DESENVOLVIMENTO DOS CRAS	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
ANEXO 1 - DADOS ESTADUAIS	73
ANEXO 2 - FICHA DE MONITORAMENTO DOS CRAS	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual do total de CRAS segundo Grandes Regiões – Brasil – 2007	16
Gráfico 2: Situação do CRAS – Brasil – 2007	17
Gráfico 3: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território – Brasil – 2007	19
Gráfico 4: Fontes de financiamento do CRAS – Brasil – 2007	24
Gráfico 5: Principal fonte de financiamento do CRAS – Brasil – 2007	26
Gráfico 6: Área de formação dos funcionários do CRAS – Brasil – 2007	27
Gráfico 7: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS – Brasil – 2007	29

- Gráfico 8: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS – Brasil – 2007 | 31
- Gráfico 9: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS – Brasil – 2007 | 33
- Gráfico 10: Compartilhamento do imóvel – Brasil – 2007 | 35
- Gráfico 11: Itens existentes no CRAS – Brasil – 2007 | 38
- Gráfico 12: Percentual de CRAS que possuíam listagem do CadÚnico e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família – Brasil – 2007 | 42
- Gráfico 13: Percentual de CRAS que atendem populações tradicionais e específicas – Brasil – 2007 | 44
- Gráfico 14: Percentual de CRAS que priorizam ações de identificação – Brasil – 2007 | 46
- Gráfico 15: Percentual de CRAS que realizam atividades – Brasil – 2007 | 50
- Gráfico 16: Percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições – Brasil – 2007 | 54
- Gráfico 17: Percentual de CRAS distribuídos segundo o indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 estágios – Brasil – 2007 | 67
- Gráfico 18: Percentual de CRAS distribuídos segundo o indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 estágios – Grandes Regiões – 2007 | 69
- Gráfico 19: Percentual de CRAS distribuídos segundo o indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 estágios – Portes populacionais – 2007 | 69

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1: Distribuição do percentual de pobres, em todos os municípios do Brasil, segundo o IPEA – 2004 | 21
- Mapa 2: Distribuição do percentual de pobres, somente nos municípios com CRAS, segundo o IPEA – 2004 | 22

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Distribuição de responsabilidade entre os entes federados para preenchimento da Ficha de Monitoramento dos CRAS | 11
- Quadro 2: Capacidade de atendimento dos CRAS | 14
- Quadro 3: Equipes de referência dos CRAS segundo a NOB-RH/SUAS | 15
- Quadro 4: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: estrutura física | 58
- Quadro 5: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: recursos humanos | 51
- Quadro 6: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: atividades realizadas | 63
- Quadro 7: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão: funcionamento | 65
- Quadro 8: Indicador de desenvolvimento dos CRAS | 66

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Situação do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 17
- Tabela 2: Situação do CRAS segundo porte populacional – 2007 | 18
- Tabela 3: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo Grandes Regiões – 2007 | 20
- Tabela 4: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo porte populacional – 2007 | 20
- Tabela 5: Fontes de financiamento do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 24
- Tabela 6: Fontes de financiamento do CRAS segundo porte populacional – 2007 | 25
- Tabela 7: Principal fonte de financiamento do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 26
- Tabela 8: Principal fonte de financiamento do CRAS segundo porte populacional – 2007 | 26

- Tabela 9: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 28
- Tabela 10: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo porte populacional – 2007 | 28
- Tabela 11: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 30
- Tabela 12: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS segundo porte populacional – 2007 | 30
- Tabela 13: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 31
- Tabela 14: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS segundo porte populacional – 2007 | 32
- Tabela 15: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 33
- Tabela 16: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS segundo porte populacional – 2007 | 34
- Tabela 17: Compartilhamento do imóvel segundo Grandes Regiões – 2007 | 36
- Tabela 18: Compartilhamento do imóvel segundo porte populacional – 2007 | 36
- Tabela 19: Itens existentes no CRAS segundo Grandes Regiões – 2007 | 39
- Tabela 20: Itens existentes no CRAS segundo porte populacional – 2007 | 40
- Tabela 21: Número e percentual de CRAS que possuíam listagem do CadÚnico e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família segundo Grandes Regiões – 2007 | 42
- Tabela 22: Número e percentual de CRAS que possuíam listagem do CadÚnico e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família segundo porte populacional – 2007 | 43
- Tabela 23: Número e percentual de CRAS que atendem populações tradicionais e específicas segundo Grandes Regiões – 2007 | 44
- Tabela 24: Número e percentual de CRAS que atendem populações tradicionais e específicas segundo porte populacional – 2007 | 45
- Tabela 25: Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo Grandes Regiões – 2007 | 47
- Tabela 26: Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo porte populacional – 2007 | 48
- Tabela 27: Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo Grandes Regiões – 2007 | 51
- Tabela 28: Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo porte populacional – 2007 | 52
- Tabela 29: Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo Grandes Regiões – 2007 | 55
- Tabela 30: Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo porte populacional – 2007 | 56
- Tabela 31: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física segundo Grandes Regiões – 2007 | 59
- Tabela 32: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física segundo porte populacional – 2007 | 60
- Tabela 33: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo Grandes Regiões – 2007 | 62
- Tabela 34: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo porte populacional – 2007 | 62
- Tabela 35: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas segundo Grandes Regiões – 2007 | 64

Tabela 36: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas segundo porte populacional – 2007	64
Tabela 37: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao funcionamento segundo Grandes Regiões – 2007	65
Tabela 38: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao funcionamento segundo porte populacional – 2007	66
Tabela 39: Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo Grandes Regiões – 2007	70
Tabela 40: Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo porte populacional – 2007	70
Tabela A-1: Situação do CRAS segundo unidades da federação - 2007	71
Tabela A-2: Fontes de financiamento do CRAS segundo unidades da federação - 2007	72
Tabela A-3: Principal fonte de financiamento do CRAS segundo unidades da federação - 2007	73
Tabela A-4: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo unidades da federação - 2007	74
Tabela A-5: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007	76
Tabela A-6: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007	78
Tabela A-7: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007	79
Tabela A-8: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS segundo unidades da federação - 2007	80
Tabela A-9: Compartilhamento do imóvel segundo unidades da federação - 2007	81
Tabela A-10 Itens existentes no CRAS segundo unidades da federação - 2007	83
Tabela A-11 Número e percentual de CRAS que possuíam listagem do CadÚnico e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família segundo unidades da federação - 2007	85
Tabela A-12 Número e percentual de CRAS que atendem populações tradicionais e específicas segundo unidades da federação - 2007	86
Tabela A-13 Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo unidades da federação - 2007	87
Tabela A-14 Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo unidades da federação - 2007	89
Tabela A-15 Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo unidades da federação - 2007	91
Tabela A-16 Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física segundo unidades da federação - 2007	95
Tabela A-17 Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo unidades da federação - 2007	96
Tabela A-18 Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas segundo unidades da federação - 2007	97
Tabela A-19 Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao funcionamento segundo unidades da federação - 2007	98
Tabela A-20 Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo unidades da federação - 2007	99

1. INTRODUÇÃO

Este relatório descreve o processo de monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e apresenta os resultados da primeira etapa de coleta de dados, a linha de base. O monitoramento dos CRAS vem sendo realizado em parceria pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), em uma ação articulada com os entes federados – estados e municípios. Essa integração dos atores envolvidos nas etapas de problematização, definição dos objetivos do monitoramento, elaboração de instrumentos, documentação, execução, supervisão e análise foi uma das principais premissas da condução do processo de monitoramento.

O principal propósito da estratégia adotada foi a implantação do formulário eletrônico e das principais regras e diretrizes para o acompanhamento contínuo dos CRAS, iniciando assim a construção de um sistema de monitoramento tanto para os equipamentos, quanto para os serviços de assistência social neles ofertados.

O formulário eletrônico de preenchimento via internet foi uma importante solução tecnológica que auxiliou no dinamismo e eficiência do processo de monitoramento, com a eliminação da etapa de coleta de dados em campo e, conseqüentemente, da digitação associada. A utilização intensa de tecnologia também viabilizou a elaboração de máscaras específicas de entrada de informações, diminuindo os erros registrados na base de dados, bem como o acompanhamento do preenchimento dos questionários, possibilitando a adaptação de itens do formulário eletrônico, correção de rumos e o cumprimento dos prazos estabelecidos. Além disso, o emprego da tecnologia PHP/POSTGRE permite que sua disseminação e transferência tecnológica não impliquem em custos adicionais.

O questionário propriamente dito, além das informações cadastrais, abordou as seguintes dimensões:

- **Infra-estrutura:** levantamento de áreas específicas, disponibilidade de mobiliário e compartimentalização;
- **Recursos humanos:** cadastro do corpo técnico e da coordenação, bem como suas características de formação educacional, vínculo empregatício e carga horária de trabalho;
- **Serviços:** detalhamento das atividades e dos serviços de proteção social básica oferecidos no equipamento;
- **Financiamento:** levantamento das origens de financiamento do equipamento quanto ao aporte de recursos dos três entes federados;
- **Atendimento:** coleta dos dados quanto ao público atendido pelos CRAS, volume de atendimento e qual a relação dessas famílias com algum programa social.

Vale destacar que este relatório é um dos produtos da primeira etapa do processo de monitoramento, cujo teor visa a publicização da análise dos dados até então coletados, e que serão utilizados como referência para debates e discussões na continuidade da estratégia e do monitoramento dos serviços de assistência social realizados nos CRAS.*

* As informações que constam nas tabelas de dados do documento foram geradas pelo pacote estatístico SPSS. Com a geração automática dos valores percentuais, os arredondamentos podem variar entre 99,9% e 100,1%, sem qualquer prejuízo para as análises.

2. HISTÓRICO

No ano de 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio de um trabalho conjunto entre a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), deu início ao monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Objetiva-se, com esse processo, acompanhar a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos estados e municípios, coletando informações sobre a estrutura e o funcionamento da principal unidade a partir da qual o SUAS deve se organizar no nível local.

A Ficha de Monitoramento dos CRAS se constitui em um instrumento de coleta de dados cuja especificação é produto de um amplo debate entre os atores responsáveis pela implementação e gestão do SUAS. Nas instâncias internas do MDS, destaca-se especialmente a participação dos técnicos e gestores do Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS/SNAS), do Departamento de Proteção Social Básica (DPSB/SNAS), do Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos (DGIRT/SAGI) e do Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM/SAGI).

No diálogo com os atores externos ao MDS, foi fundamental a realização do seminário “A efetivação do SUAS nos estados”, em abril de 2007, com a presença de técnicos e gestores estaduais. A partir dele foi definida a proposta com os conteúdos para a ficha eletrônica de monitoramento, assim como a estratégia de condução do processo e de inserção dos dados. A proposta elaborada culminou com a publicação da Resolução nº. 01, de 18 de abril de 2007, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), consolidando o compromisso assumido pelos municípios, estados e governo federal.

Também como produto da pactuação, foram definidas as competências de cada agente no processo. Coube ao MDS as seguintes atribuições:

- a) desenvolver e disponibilizar a Ficha de Monitoramento dos CRAS no formato de um aplicativo informatizado no sistema SUAS WEB para o registro das informações;
- b) processar e analisar as informações coletadas via aplicativo;
- c) disponibilizar as informações processadas aos estados e ao Distrito Federal.

Coube aos municípios ou aos estados (conforme indicado no Quadro 1) a responsabilidade por coletar as informações e inseri-las no sistema disponibilizado pelo MDS.

Quadro 1: Distribuição de responsabilidade entre os entes federados para preenchimento da Ficha de Monitoramento dos CRAS

Região	Ente responsável pelo preenchimento da ficha em cada estado	
	Estado	Municípios
NORTE	Acre Amapá Amazonas Roraima Tocantins	Pará Rondônia
NORDESTE	Bahia Ceará Rio Grande do Norte Sergipe	Alagoas Maranhão Paraíba Pernambuco Piauí
CENTRO-OESTE	Distrito Federal Goiás Mato Grosso Mato Grosso do Sul	–
SUDESTE	–	Espírito Santo Minas Gerais Rio de Janeiro São Paulo
SUL	Rio Grande do Sul Santa Catarina	Paraná

Fonte: MDS, 2007

Por fim, a Ficha de Monitoramento dos CRAS foi disponibilizada aos estados e municípios por meio de um aplicativo específico, acessado no ambiente da Rede SUAS. O período de inserção dos dados deu-se entre 12 de julho e 23 de outubro de 2007 e, em alguns casos excepcionais, os dados foram inseridos pelo próprio MDS até o final de dezembro desse ano, conforme Resolução CIT n°. 05, de 06 de dezembro de 2007.

3. CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial das famílias. Ele é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica e constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social.

O CRAS é o lugar que possibilita, na maioria das vezes, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, assim, como porta de entrada unificada dos usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica e referência para encaminhamentos à proteção especial. O CRAS é a unidade local de um sistema, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e desempenha papel estratégico no território onde se situa ao constituir a principal estrutura física local, cujo espaço é compatível com o trabalho social realizado com famílias que vivem na sua área de abrangência. Ele conta com uma equipe profissional de referência, conforme veremos mais adiante.

Nessa perspectiva, o CRAS efetiva a referência e a contra-referência do usuário na rede socioassistencial do SUAS. A função da referência e contra-referência supõe processar, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, visando garantir ao usuário o acesso a renda, serviços, projetos e programas – conforme a complexidade da demanda – tanto na rede socioassistencial da área de abrangência do CRAS, como na rede de proteção especial de média e alta complexidade do município, na rede estadual ou regional, bem como o acesso a outras políticas setoriais.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é:

- a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do SUAS e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS;
- a unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;
- uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acesso a serviços de proteção social básica com matricialidade sociofamiliar e ênfase no território de referência;
- um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, projetos, programas e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

A existência do CRAS está estritamente vinculada ao funcionamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), ou seja, à implementação de um serviço que pode ser co-financiado pelo governo federal. Dessa forma, nele deve ser necessariamente ofertado o PAIF, podendo ser oferecidos outros serviços, projetos, programas e benefícios conforme disponibilidade de espaço físico e de profissionais qualificados para executá-los, e desde que não prejudique a execução do PAIF e nem ocupem os espaços a ele destinados. Os demais serviços socioeducativos, ações complementares e projetos de proteção básica desenvolvidos no território de abrangência do CRAS devem ser a ele referenciados.

É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais intra-urbanas e que a presença de políticas sociais reduz essas desigualdades, pois previne e

Serviços e ações do PAIF que devem ser ofertados pelo CRAS:

- recepção e acolhida de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social de assistência social;
- vigilância social – produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias e pessoas nos diferentes ciclos de vida. Conhecimento das famílias referenciadas e aquelas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);
- acompanhamento familiar – em grupos de convivência, reflexão e serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes; dos beneficiários do PBF, em especial das famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades; das famílias com beneficiários do BPC;
- proteção pró-ativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como, por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do PBF) ou risco;
- encaminhamento – para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro Único (CadÚnico) e do BPC na avaliação social e do INSS; das famílias e indivíduos para a aquisição dos documentos civis fundamentais para o exercício da cidadania;
- encaminhamento (com acompanhamento) da população referenciada no território do CRAS para serviços de proteção básica e de proteção social especial, quando for o caso;
- produção e divulgação de informações – de modo a oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS; sobre o PBF e o BPC; sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos de âmbito local, municipal, do Distrito Federal, regional, da área metropolitana e ou da microrregião do estado;
- apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do PBF e do BPC e demais benefícios.

mitiga situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identifica e estimula potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem na região.

Ao estabelecer o PAIF como prioridade entre os demais serviços, projetos e programas da proteção social básica, que tem como principal foco de ação o trabalho com famílias, bem como ao territorializar sua esfera de atuação, o CRAS assume como fatores identitários dois grandes pilares do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

A NOB-SUAS define que os CRAS devem ser instalados em territórios com concentração de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo e aponta como uma das funções da política de assistência social a vigilância social, que deve ser exercida nos territórios de abrangência dos CRAS. Esses são, assim, territórios com presença significativa de famílias e indivíduos beneficiários de transferências de renda (Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família e outras criadas em lei por municípios e estados).

No caso de territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, entre outros), a unidade CRAS deverá situar-se em local de maior acessibilidade, podendo realizar a cobertura das áreas de vulnerabilidade por meio do deslocamento de sua equipe. O mapa do território de abrangência do CRAS, indicando sua localização e a dos demais serviços disponíveis no território e nas proximidades, deve ser afixado em local visível.

A capacidade de atendimento do CRAS varia de acordo com o porte do município e com o número de famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme estabelecido na NOB-SUAS. Estima-se a seguinte capacidade de atendimento, por área de abrangência do CRAS:

Quadro 2: Capacidade de atendimento dos CRAS

CRAS em território referenciado por até:	Porte do município	Capacidade de atendimento
2.500 famílias	Pequeno Porte I	até 500 famílias/ano
3.500 famílias	Pequeno Porte II	até 750 famílias/ano
5.000 famílias	Médio, Grande e Metrópole	até 1.000 famílias/ano

Fonte: MDS, 2007

As instalações físicas do CRAS devem ser compatíveis com os serviços nele ofertados e devem dispor de, no mínimo, três ambientes com funções bem definidas: uma recepção, uma ou mais salas para entrevistas e um salão para reunião com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços. Deve ser maior caso oferte serviços de convívio e socioeducativos para grupos de crianças, adolescentes, jovens e idosos ou de capacitação e inserção produtiva, assim como contar com mobiliário compatível com as atividades a serem ofertadas.

O ambiente do CRAS deve ser acolhedor para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, com espaço para atendimento individual que garanta privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos, além

de, obrigatoriamente, dispor de meios de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência. É recomendável a instalação de linha telefônica e computador conectado à Internet, permitindo agilidade de procedimentos e de registro de dados. A estruturação e a manutenção do espaço físico do CRAS são de responsabilidade do governo local e constituem compromissos assumidos no momento de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS.

No que se refere aos recursos humanos, a equipe do CRAS deverá ser composta seguindo as determinações da NOB-RH/SUAS. O tamanho das equipes varia de acordo com a capacidade de atendimento da unidade, mas elas sempre deverão contar com assistentes sociais e, preferencialmente, com psicólogos.

Quadro 3: Equipes de referência dos CRAS segundo a NOB-RH/SUAS

Pequeno Porte I Até 2.500 famílias referenciadas	Pequeno Porte II Até 3.500 famílias referenciadas	Médio, Grande e MetrÓpole Até 5.000 famílias referenciadas
Dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e outro, preferencialmente psicólogo	Três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e outro, preferencialmente psicólogo	Quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS
Dois técnicos de nível médio	Três técnicos de nível médio	Quatro técnicos de nível médio

Fonte: MDS, 2007

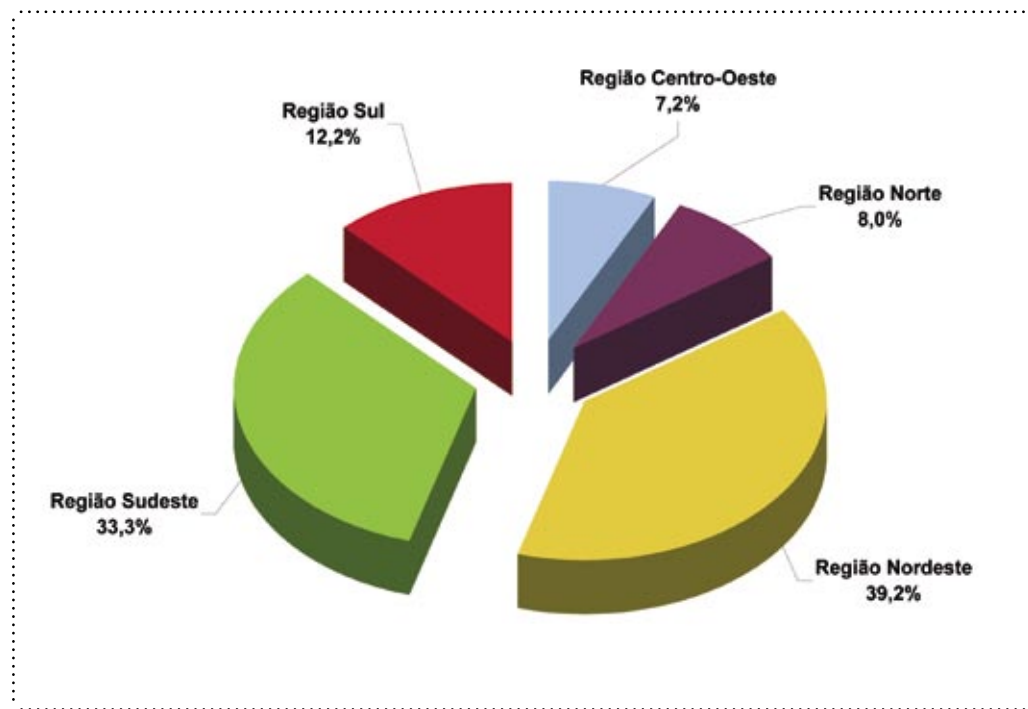
4. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da linha de base do monitoramento dos CRAS considerando: aspectos gerais, financiamento, recursos humanos, vínculo empregatício, estrutura física e atendimento. Os dados foram analisados sob a perspectiva regional, de porte populacional e de unidades da federação. A categorização de porte populacional adotada consta da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Ao longo do texto estão as tabelas regionais e de porte populacional, enquanto aquelas com os dados das unidades da federação encontram-se nos anexos.

4.1 ASPECTOS GERAIS

Até dezembro de 2007 foram cadastrados 4.182 CRAS em 3.151 municípios de todo o Brasil, sendo que até aquele momento 3.947 estavam em funcionamento e outros 235 encontravam-se em processo de implantação. A maior parte dos CRAS cadastrados localizavam-se na Região Nordeste (39,2%), seguida da Sudeste (33,3%), Sul (12,2%), Norte (8%) e Centro-Oeste (7,2%), conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual do total de CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

As regiões Sudeste e Nordeste concentram em torno de 70% da população nacional e contêm 72,5% dos CRAS espalhados pelo país. Embora o Sudeste seja a região mais populosa (42,5% da população nacional), é no Nordeste que se localiza o maior contingente numérico de pessoas pobres do país. Esse fato explica a maior concentração de CRAS nessa região – seis pontos percentuais a mais que a região Sudeste –, uma vez

que o processo de expansão dos CRAS tem priorizado o atendimento aos municípios mais pobres.

Dos 235 CRAS que estavam em processo de implantação (6% do total cadastrado), 43% eram co-financiados pelo MDS e o restante se tratava de iniciativas próprias dos governos locais. Considerando todos os CRAS cadastrados, a região com maior percentual de unidades já em atividade é a Nordeste, com 97,1%. A Região Norte apresentou o menor percentual (90,8%) de unidades em funcionamento.

Gráfico 2: Situação do CRAS – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 1: Situação do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região		Em funcionamento	Em processo de implantação	Total
Norte	N.Abs	305	31	336
	%	90,8	9,3	100,0
Nordeste	N.Abs	1.591	48	1.639
	%	97,1	2,9	100,0
Sudeste	N.Abs	1.309	85	1.394
	%	93,9	6,1	100,0
Sul	N.Abs	465	46	511
	%	91,0	9	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	277	25	302
	%	91,7	8,3	100,0
Total	N.Abs	3.947	235	4.182
	%	94,4	5,6	100,0

Fonte: MDS, 2007

Observando a faixa de tamanho populacional dos municípios onde se localizam os CRAS, percebe-se um aumento do percentual de CRAS em funcionamento à medida que se aumenta o porte populacional. Os municípios de Pequeno Porte I, isso é, aqueles com até 20 mil habitantes, têm 92,2% de CRAS em funcionamento. Já para as Metrôpoles, municípios com mais de 900 mil moradores, essa proporção sobe para 98,4%.

Analisando as unidades da federação, Tocantins possui o menor percentual, com 70,8% de seus CRAS em funcionamento, e Amapá, Rio Grande do Norte, Alagoas e Distrito Federal têm todos os seus centros de referência em funcionamento.

Tabela 2: Situação do CRAS segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Em funcionamento	Em processo de implantação	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.798	152	1.950
	%	92,2	7,8	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	745	30	775
	%	96,1	3,9	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	371	26	397
	%	93,5	6,6	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	786	23	809
	%	97,2	2,8	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	247	4	251
	%	98,4	1,6	100,0
Total	N.Abs	3.947	235	4.182
	%	94,4	5,6	100,0

Fonte: MDS, 2007

Para que um CRAS possa ser instalado é necessário elaborar um diagnóstico socioterritorial. Os responsáveis pelos CRAS responderam como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território onde se localiza o centro de referência que administram. Foi apresentada uma lista de seis “instrumentos” em que o entrevistado deveria informar qual ou quais deles foram utilizados para o levantamento. Juntamente com essa lista foi apresentada a opção “não houve levantamento”, caso o CRAS não houvesse executado essa atividade.

A forma de levantamento de vulnerabilidade mais citada em todo o Brasil foi estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades) seguido por dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Essa situação repetiu-se quando observada a discriminação por grandes regiões. As regiões Sul e Nordeste se destacaram por serem sido aquelas que mais utilizaram dados do Cadastro Único. A opção menos citada em todas as regiões foi o uso de dados da Rede SUAS.

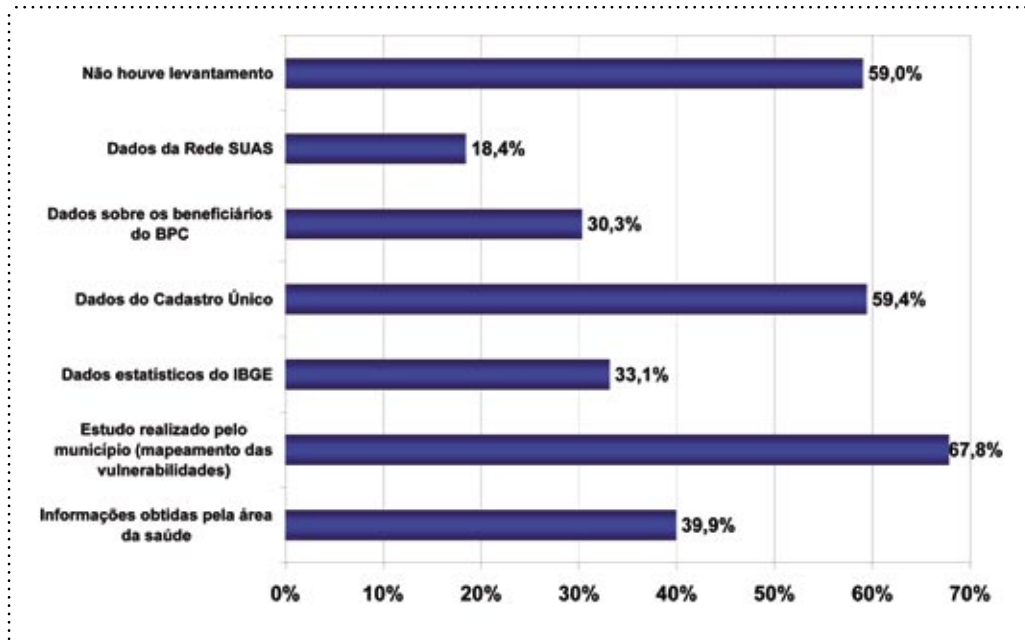
Nos municípios maiores a opção mais apontada como instrumento para levantamento da situação de vulnerabilidade foi estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades). Já os municípios menores fizeram mais uso de dados do CadÚnico. É provável que os municípios maiores, por disporem de mais recursos, tenham optado por fazer o mapeamento local das vulnerabilidades. O uso mais freqüente de dados do Cadastro Único por parte dos municípios menores talvez se explique pela maior facilidade em localizar as famílias referenciadas nessas localidades do que nos municípios grandes.

Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro foram os estados em que, proporcionalmente, mais CRAS fizeram estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades) – 84,7% e 84,5% respectivamente. O uso de informações obtidas pela área de saúde foi mais expressivo no Piauí e em Minas Gerais. Os estados que menos utilizaram

dados sobre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram Tocantins (0%), Sergipe (2,6%) e Rio Grande do Norte (3,9%).

Em apenas 5,9% dos CRAS de todo o Brasil não houve levantamento da situação de vulnerabilidade. No entanto, esse percentual foi de 14,4% na Região Norte, o que pode ser explicado pelas grandes distâncias que lhe são características.

Gráfico 3: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 3: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região	Informações obtidas pela área da saúde	Estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades)	Dados estatísticos do IBGE	Dados do Cadastro Único	Dados sobre os beneficiários do BPC	Dados da Rede SUAS	Não houve levantamento
Norte	N.Abs	176	57	138	66	29	44
	%	57,7	18,7	45,2	21,6	9,5	14,4
Nordeste	N.Abs	1.041	443	983	455	250	85
	%	65,4	27,8	61,8	28,6	15,7	5,3
Sudeste	N.Abs	976	544	783	431	283	51
	%	74,6	41,6	59,8	32,9	21,6	3,9
Sul	N.Abs	298	188	301	151	109	32
	%	64,1	40,4	64,7	32,5	23,4	6,9
Centro-Oeste	N.Abs	185	75	138	92	56	19
	%	66,8	27,1	49,8	33,2	20,2	6,9
Total	N.Abs	2.676	1.307	2.343	1.195	727	231
	%	67,8	33,1	59,4	30,3	18,4	5,9

Fonte: MDS, 2007

Tabela 4: Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo porte populacional – 2007

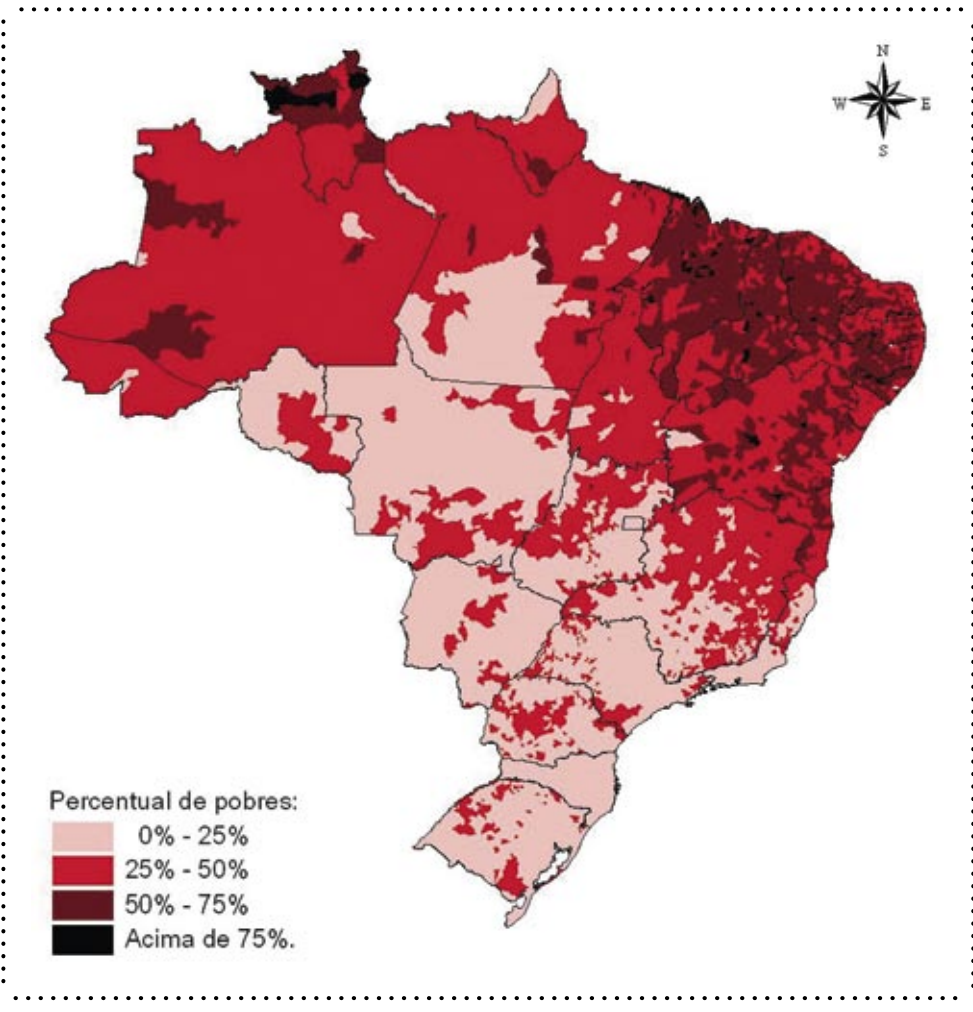
Porte populacional do município	Informações obtidas pela área da saúde	Estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades)	Dados estatísticos do IBGE	Dados do Cadastro Único	Dados sobre os beneficiários do BPC	Dados da Rede SUAS	Não houve levantamento
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.059	490	1.217	621	322	134
	%	58,9	27,3	67,7	34,5	17,9	7,5
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	508	218	455	234	136	42
	%	68,2	29,3	61,1	31,4	18,3	5,6
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	254	100	223	111	74	19
	%	68,5	27,0	60,1	29,9	19,9	5,1
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	651	352	369	169	154	30
	%	82,8	44,8	46,9	21,5	19,6	3,8
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	204	147	79	60	41	6
	%	82,6	59,5	32,0	24,3	16,6	2,4
Total	N.Abs	2.676	1.307	2.343	1.195	727	231
	%	67,8	33,1	59,4	30,3	18,4	5,9

Fonte: MDS, 2007

Considerando que ainda não foram implantados CRAS suficientes para a universalização dessa unidade de serviços da proteção social básica, cabe verificar se o processo gradativo de expansão de CRAS conduzido pelos parâmetros pactuados nas instâncias decisórias do SUAS tem garantido o atendimento prioritário aos municípios que apresentam taxas mais elevadas de população pobre.

O Mapa 1 apresenta a distribuição geográfica da pobreza no país. Ordenando todos os municípios brasileiros segundo a taxa de população pobre e depois dividindo-os em quatro grupos com a mesma quantidade de municípios, obtemos o que os estatísticos chamam de “quartis”; assim, cada quartil é um conjunto que contém 25%, ou seja, 1/4 do total de municípios brasileiros. O primeiro quartil representa o grupo de municípios com maiores taxas de pobreza e o quarto quartil representa o grupo de municípios com menores taxas de pobreza. As taxas de pobreza utilizadas para elaboração do mapa foram calculadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e referem-se ao ano de 2004.

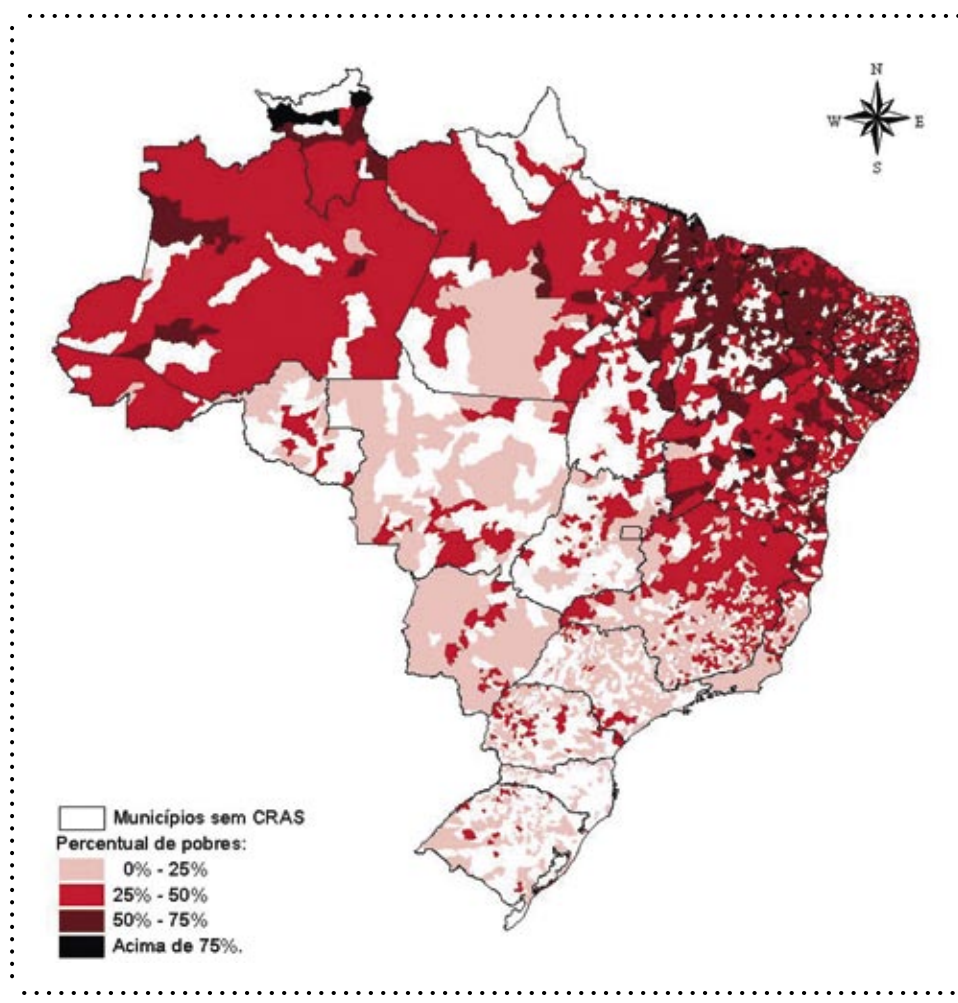
Mapa 1: Distribuição do percentual de pobres, em todos os municípios do Brasil, segundo o IPEA - 2004



Fonte: MDS, 2007

No Mapa 2 são apresentados novamente os “quartis” que indicam a maior ou menor prevalência de pobreza nos municípios, mas são deixados na cor branca os municípios que ainda não possuem CRAS. Como se observa, as áreas que ainda não possuem CRAS são, majoritariamente, compostas por municípios com menor incidência de pobreza, apesar de notar-se também a inexistência de CRAS em algumas áreas correspondentes a municípios mais pobres.

Mapa 2: Distribuição do percentual de pobres, somente nos municípios com CRAS, segundo IPEA - 2004



Fonte: MDS, 2007

Nos itens seguintes, os resultados do levantamento de informações realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome junto aos CRAS, estão divididos em quatro tópicos que analisam, nessa ordem: financiamento, recursos humanos, estrutura física e atendimento.

Nesses tópicos as análises estão centradas nas grandes regiões brasileiras e grupos de porte populacional dos municípios, e são consideradas apenas as informações referentes aos CRAS cadastrados e em funcionamento na ocasião. As tabelas com detalhamento das informações por podem ser consultadas na parte final do presente relatório.

4.2 FINANCIAMENTO

No ano de 2007 o MDS destinou recursos da ordem de 262 milhões de reais para o co-financiamento dos CRAS. Entretanto, o funcionamento do SUAS prevê que estados e municípios também participem no financiamento dos serviços da assistência social. Isso significa que um CRAS pode contar com recursos federais, estaduais e municipais, de forma combinada ou não. Nesse sentido, o formulário eletrônico continha uma questão para que fossem assinaladas as fontes de financiamento de cada CRAS. Das unidades em funcionamento, 82,3% declararam receber financiamento federal, 85,7% declararam contar com financiamento municipal e 12,6% afirmaram receber financiamento estadual.

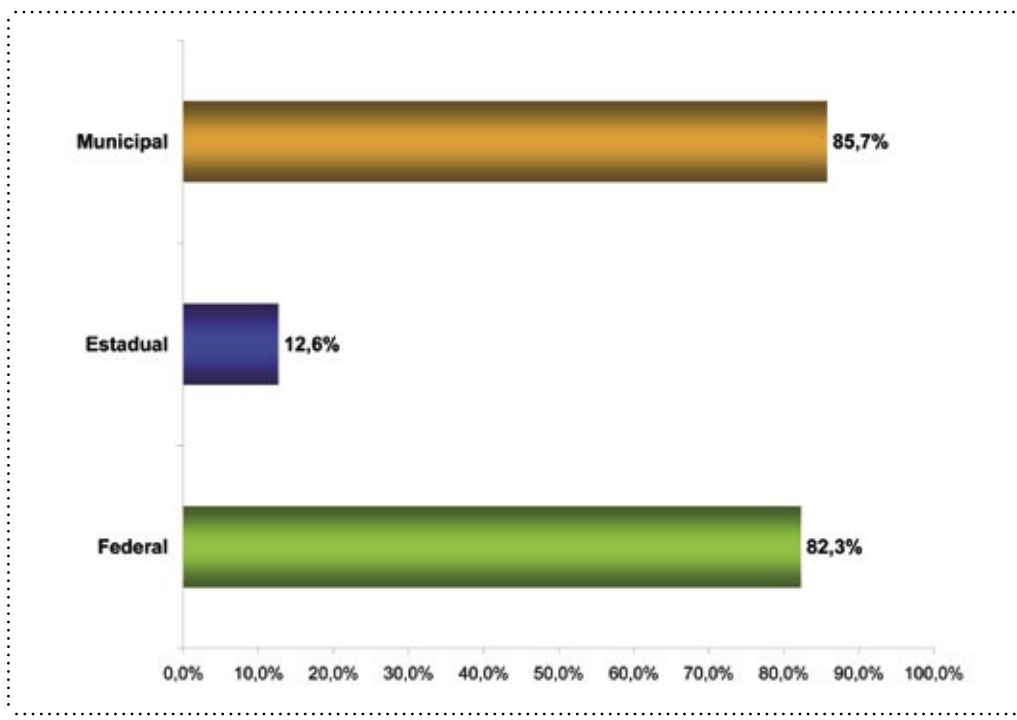
Na Tabela 5 vemos os números e percentuais de CRAS que contam com recursos dos três entes federados segundo as grandes regiões. Na Região Sul observa-se a menor proporção de unidades com co-financiamento federal (59,1% dos CRAS) e a maior proporção de unidades com financiamento municipal (96,3% dos CRAS). Já a Região Norte é aquela em que, proporcionalmente, mais CRAS recebem co-financiamento federal: 96,7% deles contam com essa fonte de financiamento. A Região Sudeste é aquela em que o co-financiamento estadual está mais presente, alcançando 32% dos CRAS. Nas demais regiões o financiamento estadual possui uma abrangência consideravelmente menor, variando entre 9,8% e 2,7%.

No que se refere à faixa de tamanho da população, nos municípios grandes – 100.001 a 900 mil habitantes – a participação do governo federal no financiamento dos CRAS foi de 75,1% e os municípios de Pequeno Porte II – 20.001 a 50.000 habitantes – contaram com maior participação da União (87,2%). A maior proporção de CRAS que conta com financiamento estadual se localiza em municípios com mais de 900 mil habitantes (25,9%); para os municípios menores esse percentual cai para 10%.

Com relação às unidades da federação, em 14 delas o governo federal co-financia 90% ou mais dos CRAS, com destaque para Rondônia, Roraima, Amapá e Paraíba, em que todos os centros de referência recebem recursos dessa fonte. A menor participação do governo federal ocorre no Paraná, onde 55% dos CRAS recebem recursos da União. Com relação ao financiamento estadual, o destaque cabe ao Distrito Federal¹ e Minas Gerais como as unidades da federação em que mais CRAS são financiados pelo estado (100% e 41,5% respectivamente). Já no extremo oposto aparecem Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Paraíba, Sergipe, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás como unidades da federação nas quais não foi detectado nenhum CRAS co-financiado pela esfera estadual.

¹ É importante destacar que no Distrito Federal, embora formalmente seja uma unidade da federação, suas características sociogeográficas o aproximam mais a uma cidade ou região metropolitana. Sua extensão territorial é reduzida, tem uma administração central e não é dividido em circunscrições locais autônomas (municípios) como os demais estados brasileiros. Essas características implicam em formas peculiares de condução das políticas públicas, o que, conseqüentemente, se reflete no perfil dos CRAS ali localizados. Portanto, devem-se levar em conta esses aspectos ao analisar todas as informações referentes ao Distrito Federal neste relatório.

Gráfico 4: Fontes de financiamento do CRAS – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 5: Fontes de financiamento* do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região		Federal	Estadual	Municipal
Norte	N.Abs	295	12	251
	%	96,7	3,9	82,3
Nordeste	N.Abs	1.519	43	1.287
	%	95,5	2,7	80,9
Sudeste	N.Abs	931	419	1.173
	%	71,1	32,0	89,6
Sul	N.Abs	275	13	448
	%	59,1	2,8	96,3
Centro-Oeste	N.Abs	227	27	225
	%	81,9	9,8	81,2
Total	N.Abs	3.247	498	3.384
	%	82,3	12,6	85,7

*O financiamento dos CRAS pode ter mais de uma fonte

Fonte: MDS, 2007

Tabela 6: Fontes de financiamento* do CRAS segundo porte populacional – 2007

Porte populacional do município		Federal	Estadual	Municipal
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.515	180	1.503
	%	84,3	10,0	83,6
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	650	95	613
	%	87,2	12,8	82,3
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	285	63	325
	%	76,8	17,0	87,6
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	590	112	725
	%	75,1	14,2	92,2
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	207	64	218
	%	83,8	25,9	88,3
Total	N.Abs	3.247	498	3.384
	%	82,3	12,6	85,7

*O financiamento dos CRAS pode ter mais de uma fonte

Fonte: MDS, 2007

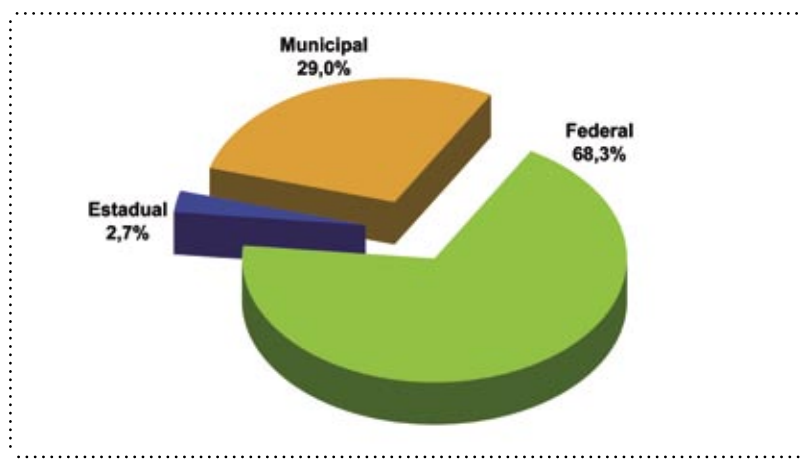
O governo federal foi a principal fonte de financiamento de 68% dos CRAS de todo o Brasil, e para outros 29% o governo municipal constitui a principal fonte financiadora. Esse quesito buscou captar o peso relativo dos distintos financiamentos, embora não fossem registrados os valores monetários aportados por cada uma das fontes.

A principal fonte de financiamento dos CRAS localizados nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste foi o governo federal (Tabela 7). Para a Região Sudeste há um equilíbrio entre o governo federal e municipal no que tange a principal fonte de financiamento dos CRAS (47,1% e 45,6% respectivamente). Para a Região Sul observou-se uma maior proporção de CRAS com financiamento local: cerca de 54% dos centros de referência da região declararam ter o município como principal financiador. Os que declararam ter o governo do estado como o principal financiador representam 2,7% do total de CRAS em funcionamento.

No que se refere ao porte de tamanho da população, os municípios menores, com até 50.000 habitantes, são os que mais dependem de financiamento federal. A União é a principal financiadora dos centros de referência nos municípios de Pequeno Porte I (76,4%) e também nos de Pequeno Porte II (77,4%). Por sua vez, nos CRAS localizados em municípios maiores a participação dos governos locais como principais fontes de financiamento é mais expressiva. Nas Metrôpoles, cerca de 60% dos CRAS são financiados predominantemente pelo município.

Os estados que apresentaram menor proporção de CRAS que têm o governo federal como a principal fonte de financiamento foram Mato Grosso e São Paulo, com 13,7% e 29,3% respectivamente. Em dez estados o governo federal é a principal fonte de financiamento de 90% ou mais dos CRAS ali localizados. Em Roraima e Amapá esse percentual chega a 100%. No Espírito Santo 18,2% dos CRAS cadastrados têm o estado como o principal financiador; esse percentual é de 12,5% para o Rio de Janeiro e 11% para Minas Gerais. Os estados do Mato Grosso e São Paulo registraram maior proporção de CRAS em que a fonte principal de financiamento é o município.

Gráfico 5: Principal fonte de financiamento do CRAS – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 7: Principal fonte de financiamento do CRAS segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região		Federal	Estadual	Municipal	Total
Norte	N. Abs.	261,0	0,0	44,0	305
	%	85,6	0,0	14,4	100,0
Nordeste	N. Abs.	1446,0	7,0	138,0	1591
	%	90,9	0,4	8,7	100,0
Sudeste	N. Abs.	617,0	95,0	597,0	1309
	%	47,1	7,3	45,6	100,0
Sul	N. Abs.	210,0	5,0	250,0	465
	%	45,2	1,1	53,8	100,0
Centro-Oeste	N. Abs.	149,0	17,0	111,0	277
	%	53,8	6,1	40,1	100,0
Total	N. Abs.	2683,0	108,0	1140,0	3947
	%	68,0	2,7	28,9	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 8: Principal fonte de financiamento do CRAS segundo porte populacional – 2007

Porte populacional do município		Federal	Estadual	Municipal	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N. Abs.	1373	53	372	1798
	%	76,4	2,9	20,7	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N. Abs.	577	25	143	745
	%	77,4	3,4	19,2	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N. Abs.	236	14	121	371
	%	63,6	3,8	32,6	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N. Abs.	414	16	356	786
	%	52,7	2,0	45,3	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N. Abs.	83	16	148	247
	%	33,6	6,5	59,9	100,0
Total	N. Abs.	2683	108	1140	3947
	%	68,0	2,7	28,9	100,0

Fonte: MDS, 2007

4.3 RECURSOS HUMANOS

Segundo as informações obtidas na linha de base do monitoramento dos CRAS, em 2007 os equipamentos contavam com 25.106 funcionários em todo o Brasil. Esses profissionais tinham variadas formações educacionais e ocupavam funções diversas, com diferentes vínculos empregatícios.

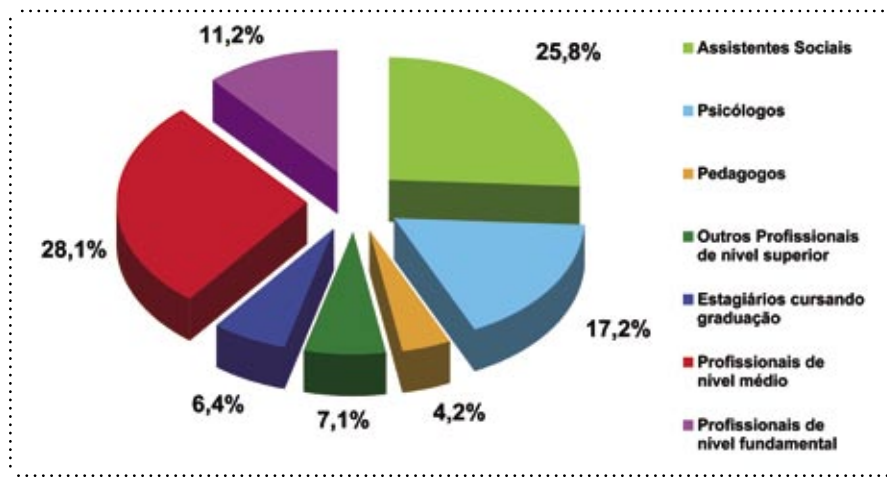
4.3.1 ESCOLARIDADE

Segundo o grau de escolaridade, cerca de 54% dos funcionários que atuam nos CRAS possuíam curso superior, 28% concluíram o nível médio, 11% concluíram o ensino fundamental e 6% eram estagiários cursando a graduação (Gráfico 6).

A análise específica dos profissionais com nível superior mostra que o Nordeste (60,4%) é a região que, proporcionalmente, mais apresentou profissionais com esse grau de escolaridade, seguida do Sudeste e Sul (ambas com 52,4%), Centro-Oeste (49,4%) e Norte (43,9%). Na perspectiva de porte populacional dos municípios, essa proporção de funcionários com nível superior diminuiu com o aumento do tamanho dos municípios, variando de 59% a 47%. Os estados do Amapá (75%) e Rio Grande do Norte (72,7%) apresentaram a maior proporção de profissionais com nível superior, enquanto o Distrito Federal e o Acre apresentaram as menores proporções (13,2% e 36,3% respectivamente).

Com o foco no tipo de formação superior dos funcionários, os assistentes sociais são os mais frequentes nos CRAS, cerca de 25% do total, como esperado. Também como esperado e como define a NOB-RH/SUAS, a segunda formação mais frequente é em Psicologia. Essas proporções se confirmam tanto na perspectiva regional quanto segundo os portes populacionais. Os estados de Rondônia e Acre são os únicos que apresentam proporção de psicólogos superior a de assistentes sociais e Roraima o único com proporção igual.

Gráfico 6: Área de formação dos funcionários do CRAS – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 9: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região	Assistentes Sociais		Psicólogos		Pedagogos		Outros Profissionais de nível superior		Estagiários cursando graduação		Profissionais de nível médio		Profissionais de nível fundamental		Total de Funcionários	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Norte	397	19,1	300	14,4	104	5,4	112	5,4	145	7	712	34,2	309	14,9	2.079	100,0
	2.410	27,6	1.897	21,8	394	4,5	563	6,5	215	2,5	2.344	26,9	897	10,3	8.720	100,0
Nordeste	2.519	26,7	1.405	14,9	299	3,2	719	7,6	835	8,8	2.554	27,1	1.106	11,7	9.437	100,0
	754	25,1	422	14,1	137	1,5	260	2,8	364	3,9	845	9,3	219	2,4	3.001	31,8
Sul	387	20,7	297	15,9	112	6	127	6,8	37	2	597	31,9	312	16,7	1.869	100,0
	6.467	25,8	4.321	17,2	1.046	4,2	1.781	7,1	1.596	6,4	7.052	28,1	2.843	11,3	25.106	100,0
Centro-Oeste	2.278	25,6	1.799	20,2	390	4,4	774	8,7	287	3,2	2.623	29,5	750	8,4	8.901	100,0
	1.078	24,9	792	18,3	210	2,3	304	3,4	173	1,9	1.250	14,1	517	5,8	4.324	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	669	25,0	450	16,8	121	4,5	192	7,2	157	5,9	763	28,5	323	12,1	2.675	100,0
	1.526	25,8	965	16,3	160	2,7	353	6	643	10,9	1.530	25,8	742	12,5	5.919	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	916	27,9	315	9,6	165	5	158	4,8	336	10,2	886	27	511	15,5	3.287	100,0
	6.467	25,8	4.321	17,2	1.046	4,2	1.781	7,1	1.596	6,4	7.052	28,1	2.843	11,3	25.106	100,0
Total	2.278	25,8	1.799	17,2	390	4,2	774	7,1	287	3,2	2.623	28,1	750	11,3	8.901	100,0
	25,6	20,2	20,2	16,8	4,4	4,2	8,7	7,1	3,2	29,5	28,1	11,3	8,4	11,3	25,106	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 10: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município	Assistentes Sociais		Psicólogos		Pedagogos		Outros Profissionais de nível superior		Estagiários cursando graduação		Profissionais de nível médio		Profissionais de nível fundamental		Total de Funcionários	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	2.278	25,6	1.799	20,2	390	4,4	774	8,7	287	3,2	2.623	29,5	750	8,4	8.901	100,0
	1.078	24,9	792	18,3	210	2,3	304	3,4	173	1,9	1.250	14,1	517	5,8	4.324	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	669	25,0	450	16,8	121	4,5	192	7,2	157	5,9	763	28,5	323	12,1	2.675	100,0
	1.526	25,8	965	16,3	160	2,7	353	6	643	10,9	1.530	25,8	742	12,5	5.919	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	916	27,9	315	9,6	165	5	158	4,8	336	10,2	886	27	511	15,5	3.287	100,0
	6.467	25,8	4.321	17,2	1.046	4,2	1.781	7,1	1.596	6,4	7.052	28,1	2.843	11,3	25.106	100,0
Total	2.278	25,8	1.799	17,2	390	4,2	774	7,1	287	3,2	2.623	28,1	750	11,3	8.901	100,0
	25,6	20,2	20,2	16,8	4,4	4,2	8,7	7,1	3,2	29,5	28,1	11,3	8,4	11,3	25,106	100,0

Fonte: MDS, 2007

4.3.2 VÍNCULO EMPREGATÍCIO

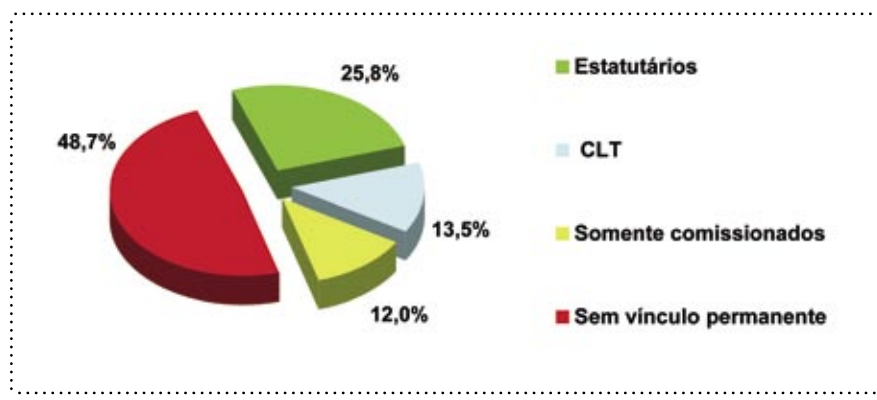
O tipo de vínculo empregatício dos funcionários é um elemento que possui influência direta na qualidade e continuidade dos serviços prestados nos CRAS. Com o monitoramento, identificou-se que a maior parte dos funcionários não apresenta vínculo permanente (48,7%), 1/4 do total é estatutário (25,8%), 13,5% é contratado via CLT (celetistas) e os 12% restantes são comissionados (Gráfico 7).

Apenas nas regiões Sul e Centro-Oeste a proporção de estatutários superou a dos que não possuem vínculo permanente de contratação. Já a Região Nordeste apresentou a proporção menos uniforme entre os vínculos empregatícios dos funcionários, muito concentrada em funcionários contratados com vínculos não permanentes (65,8%).

Com relação ao porte populacional, pode-se dizer que os municípios com até 100 mil habitantes (Pequeno Porte I, Pequeno Porte II e Médio Porte) apresentam o mesmo padrão de proporções entre os vínculos dos funcionários dos CRAS: sem vínculo permanente (de 51% a 54%) seguido dos estatutários (20% a 22%) somente comissionados (13% a 16%) e, em menor proporção, os celetistas (10% a 11%). Os municípios com população entre 100 mil e 900 mil habitantes (Grande Porte) se diferenciam desse padrão, apenas na inversão e no distanciamento das proporções entre funcionários celetistas (20%) e somente comissionados (9%). A maior diferença de padrão se verifica nas Metrôpoles, com população superior a 900 mil habitantes, onde 52% dos funcionários são estatutários, 30% não têm vínculo permanente; 16% são celetistas; e apenas 3% são comissionados.

Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul foram as unidades da federação que apresentaram maior proporção de funcionários estatutários. Já os celetistas foram proporcionalmente mais expressivos em Santa Catarina, Rondônia e São Paulo. Os estados de Goiás, Espírito Santo e Pará são aqueles que registraram maior proporção de funcionários comissionados. Os trabalhadores dos CRAS que não tinham vínculo permanente foram mais expressivos no Amapá, Rio Grande do Norte e Acre.

Gráfico 7: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 11: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente	Total
Norte	N.Abs	437	108	377	1.157	2.079
	%	21,0	5,2	18,1	55,7	100,0
Nordeste	N.Abs	1.281	670	1.027	5.733	8.711
	%	14,7	7,7	11,8	65,8	100,0
Sudeste	N.Abs	2.778	1.936	857	3.871	9.442
	%	29,4	20,5	9,1	41,0	100,0
Sul	N.Abs	1.233	465	419	884	3.001
	%	41,1	15,5	14,0	29,5	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	739	203	331	596	1.869
	%	39,5	10,9	17,7	31,9	100,0
Total	N.Abs	6.468	3.382	3.011	12.241	25.102
	%	25,8	13,5	12,0	48,8	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 12: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	2.000	902	1.439	4.559	8.900
	%	22,5	10,1	16,2	51,2	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	903	459	572	2.387	4.321
	%	20,9	10,6	13,2	55,2	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	601	317	366	1.391	2.675
	%	22,5	11,9	13,7	52,0	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	1.258	1.191	536	2.934	5.919
	%	21,3	20,1	9,1	49,6	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	1.706	513	98	970	3.287
	%	51,9	15,6	3,0	29,5	100,0
Total	N.Abs	6.468	3.382	3.011	12.241	25.102
	%	25,8	13,5	12,0	48,8	100,0

Fonte: MDS, 2007

4.3.3 FUNÇÃO DESEMPENHADA

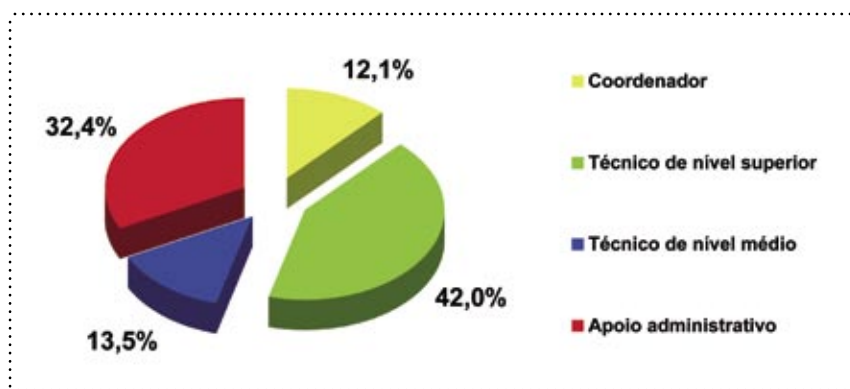
Nesse aspecto, as quatro categorias apresentadas para a descrição dos funcionários foram: coordenador, técnico de nível superior, técnico de nível médio e apoio administrativo. Considerando que cada CRAS deve possuir apenas um coordenador, a distribuição entre as categorias, em geral, é: 12,1% de coordenadores, 42% de técnicos de nível superior, 13,5% de técnicos de nível médio e 32,4% de apoio administrativo (Gráfico 8).

Apenas na Região Norte os funcionários que trabalham como apoio administrativo foram proporcionalmente mais expressivos que os demais. Nas outras regiões os técnicos de nível superior representaram a maioria dos funcionários. Os técnicos de nível médio foram o terceiro grupo mais expressivo em todas as regiões, à exceção da Região Nordeste.

Com relação ao porte populacional pode-se dizer que, independente do tamanho dos municípios, os CRAS apresentam maior proporção de funcionários de nível superior e de apoio administrativo. A variação na seqüência de proporções é encontrada apenas nos municípios de Pequeno Porte I e II, onde os coordenadores aparecem em maior proporção que os profissionais de nível médio. Essa é uma questão interessante, uma vez que, se todos os CRAS devem possuir coordenadores, nem todos aqueles que estão nos municípios menores possuem profissionais de nível médio.

Em relação aos estados, destacam-se Amazonas e Ceará, que registraram uma proporção mais expressiva de funcionários trabalhando como apoio administrativo, 47,2% e 41% respectivamente. O Distrito Federal foi a unidade da federação em que se registrou a menor proporção de técnicos de nível superior (9,4%), seguido do Acre (23,7%) e do Amazonas (26,2%). A função de técnico de nível médio foi proporcionalmente mais expressiva no Acre, com 48,1%. Amapá e Alagoas foram os dois estados com a maior proporção de coordenadores (ambos com 18,2%) e Distrito Federal, com a menor proporção (4,7%).

Gráfico 8: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 13: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Coordenador	Técnico de nível superior	Técnico de nível médio	Apoio administrativo	Total
Norte	N.Abs	254	678	397	750	2.079
	%	12,2	32,6	19,1	36,1	100,0
Nordeste	N.Abs	1.198	4.049	812	2.659	8.718
	%	13,7	46,4	9,3	30,5	100,0
Sudeste	N.Abs	999	3.884	1.292	3.225	9.400
	%	10,6	41,3	13,7	34,3	100,0
Sul	N.Abs	358	1.163	544	848	2.913
	%	12,3	39,9	18,7	29,1	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	209	711	331	618	1.869
	%	11,2	38,0	17,7	33,1	100,0
Total	N.Abs	3.018	10.485	3.376	8.100	24.979
	%	12,1	42,0	13,5	32,4	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 14: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS segundo porte populacional – 2007

Porte populacional do município		Coordenador	Técnico de nível superior	Técnico de nível médio	Apoio administrativo	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.391	3.832	1.060	2.610	8.893
	%	15,6	43,1	11,9	29,3	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	609	1.749	530	1.436	4.324
	%	14,1	40,4	12,3	33,2	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	270	1.133	364	883	2.650
	%	10,2	42,8	13,7	33,3	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	561	2.474	897	1.923	5.855
	%	9,6	42,3	15,3	32,8	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	187	1.297	525	1.248	3.257
	%	5,7	39,8	16,1	38,3	100,0
Total	N.Abs	3.018	10.485	3.376	8.100	24.979
	%	12,1	42,0	13,5	32,4	100,0

Fonte: MDS, 2007

4.4 ESTRUTURA FÍSICA

Quanto à estrutura física, as informações coletadas junto aos gestores locais dos CRAS abordavam três aspectos:

- Situação de localização do imóvel – próprio, cedido, alugado pela prefeitura ou outra situação;
- Compartilhamento do local – exclusivo do CRAS, compartilhado com outras unidades da prefeitura, com associação comunitária, com conselho municipal de assistência social ou com outro local de prestação de serviços públicos;
- Existência de itens de diferentes contextos – espaços físicos, acesso à internet e placa de identificação.

4.4.1 SITUAÇÃO QUANTO À LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

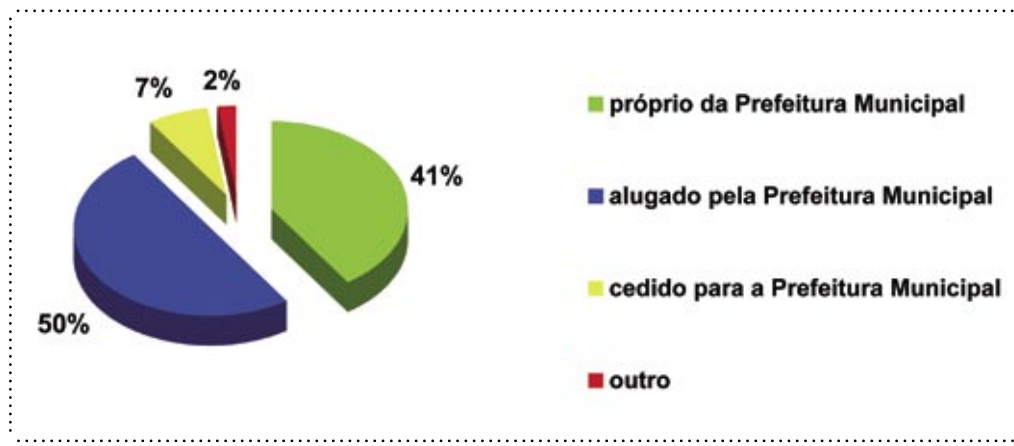
Em todo o Brasil, 50% dos imóveis onde funcionam os CRAS são alugados pela prefeitura municipal e 40,5% são próprios da prefeitura. Esse padrão é verificado nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste, diferentemente das regiões Sul e Centro-Oeste, onde a maior parte dos CRAS (63,4% e 61% respectivamente) são próprios das prefeituras. Na perspectiva de porte populacional, a maior proporção de imóveis próprios da prefeitura só é verificada nas Metrópoles (municípios com mais de 900 mil habitantes).

Em relação às unidades da federação, Distrito Federal (75%), Mato Grosso (71,2%) e Amazonas (67,7%) foram aquelas em que a maior proporção de CRAS funcionava em imóveis próprios da prefeitura². Em contrapartida, Amapá (20%), Tocantins (20,5%) e Rio Grande do Norte (21,7%) foram os estados onde menos se verificou imóveis próprios da prefeitura. A proporção mais expressiva de imóveis alugados pelas prefeituras

² Embora formalmente o Distrito Federal não tenha prefeituras municipais autônomas como as demais unidades da federação, os imóveis do GDF foram considerados como se fossem de prefeituras.

ocorreu em Tocantins (74,4%), Maranhão (70,3%) e Rio Grande do Norte (69,8%). Quanto aos imóveis cedidos para a prefeitura, Roraima (30%), Amapá (30%) e Santa Catarina (19,1%) foram os estados que, proporcionalmente, mais tinham CRAS nessa condição. O Amapá também se destaca como o estado com a maior proporção de imóveis na condição de “outro” (30%), o que suscita a importância de melhorar a caracterização do levantamento de dados em algumas situações específicas.

Gráfico 9: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 15: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região		Próprio da prefeitura	Alugado pela prefeitura	Cedido para a prefeitura	Outro	Total
Norte	N.Abs	134	141	25	5	305
	%	43,9	46,2	8,2	1,6	100,0
Nordeste	N.Abs	486	996	81	28	1.591
	%	30,5	62,6	5,1	1,8	100,0
Sudeste	N.Abs	515	649	111	34	1.309
	%	39,3	49,6	8,5	2,6	100,0
Sul	N.Abs	295	106	52	12	465
	%	63,4	22,8	11,2	2,6	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	169	82	21	5	277
	%	61,0	29,6	7,6	1,8	100,0
Total	N.Abs	1.599	1.974	290	84	3.947
	%	40,5	50,0	7,3	2,1	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 16: Situação do imóvel onde se localiza o CRAS segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Próprio da prefeitura	Alugado pela prefeitura	Cedido para a prefeitura	Outro	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	740	920	107	31	1.798
	%	41,2	51,2	6,0	1,7	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	241	447	51	6	745
	%	32,3	60,0	6,8	0,8	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	144	197	25	5	371
	%	38,8	53,1	6,7	1,3	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	327	337	90	32	786
	%	41,6	42,9	11,5	4,1	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	147	73	17	10	247
	%	59,5	29,6	6,9	4,0	100,0
Total	N.Abs	1.599	1.974	290	84	3.947
	%	40,5	50,0	7,3	2,1	100,0

Fonte: MDS, 2007

4.4.2 COMPARTILHAMENTO DO LOCAL

Outra questão direcionada aos gestores e relacionada à estrutura física foi se o imóvel é exclusivo ou compartilhado e, se compartilhado, com que unidade da prefeitura, entidade, conselho ou até mesmo outro serviço público.

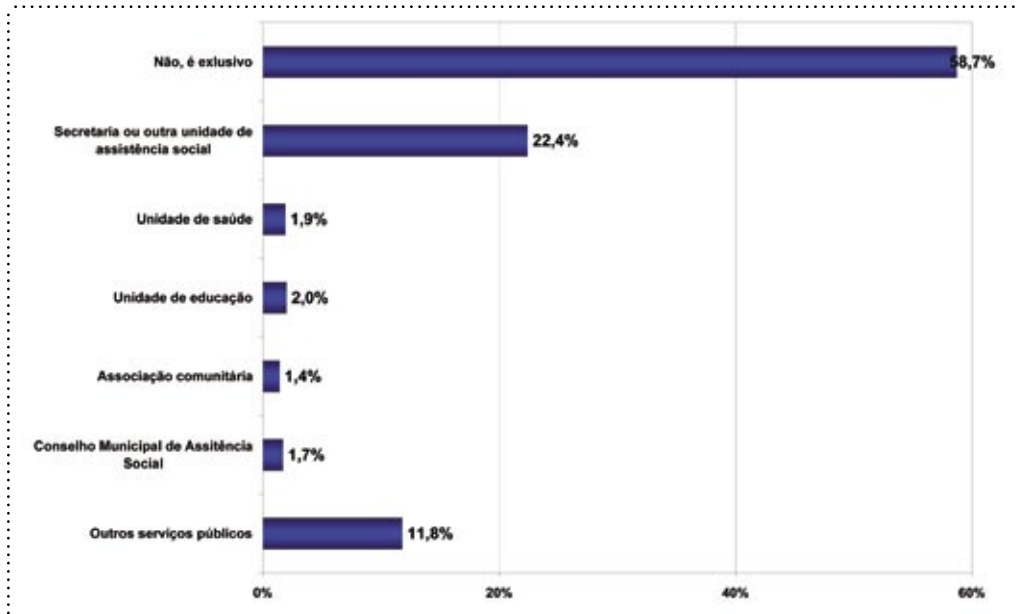
Em todo o Brasil, quase 59% dos CRAS funcionavam em imóveis exclusivos, 22,4% compartilhavam espaço com uma unidade de assistência social da prefeitura e 11,8% com outra unidade de serviço público. Residualmente, os CRAS são compartilhados com: unidade de educação (2%), unidade de saúde (1,9%), associação comunitária (1,4%) e conselho municipal de assistência social (1,7%) (Gráfico 10).

Regionalmente, o padrão nacional é corroborado. Embora existam diferenças nas magnitudes dos percentuais das regiões, os percentuais de CRAS que executam suas atividades em prédios com destinação exclusiva para tal são expressivos. Quando compartilhado, é mais expressivo o número daqueles CRAS que dividem o prédio com a secretaria municipal de assistência social ou outra unidade ligada a esse setor. As regiões Centro-Oeste e Sul foram as que, proporcionalmente, mais registraram CRAS funcionando de forma compartilhada com uma unidade de assistência social, competindo com a situação de funcionamento em local exclusivo, em que apresentaram os mais baixos percentuais. A Região Sul também foi a que mais possuía CRAS que compartilhavam o prédio com unidade de saúde, unidade da educação, associação comunitária ou conselho municipal de assistência social. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram os maiores percentuais de CRAS que compartilham o prédio onde funcionam com outros serviços públicos.

Com relação ao porte populacional, os municípios de Pequeno Porte II e Médio Porte foram os que, proporcionalmente, mais registraram CRAS funcionando em prédios exclusivos. Os de Pequeno Porte I e as Metrôpoles foram aqueles onde os CRAS mais compartilharam o local de funcionamento com secretaria ou unidade da assistência social. As Metrôpoles ainda se destacaram por, proporcionalmente, possuírem mais CRAS que compartilham o prédio com outros serviços públicos.

Nos estados, destacam-se Alagoas (79,2%), Tocantins (76,9%) e Maranhão (73,3%) como os maiores possuidores de CRAS em prédios exclusivos. Em Santa Catarina a situação se diferencia porque seus CRAS compartilham, em maior medida, o prédio com unidades de saúde e associações comunitárias, ambas com 11,8%.

Gráfico 10: Compartilhamento do imóvel - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 17: Compartilhamento do imóvel segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região	N.Abs	%	Não, é exclusivo	Compartilhado com Secretaria ou outra unidade da AS	Compartilhado com unidade da Saúde	Compartilhado com unidade da Educação	Compartilhado com uma Associação Comunitária	Compartilhado com o Conselho Municipal de AS	Compartilhado com outros serviços públicos	Total
Norte	N.Abs		167	62	6	8	7	4	51	305
	%		54,8	20,3	2,0	2,6	2,3	1,3	16,7	100,0
Nordeste	N.Abs		1.058	302	20	19	11	34	147	1.591
	%		66,5	19,0	1,3	1,2	0,7	2,1	9,2	100,0
Sudeste	N.Abs		747	304	25	34	25	14	160	1.309
	%		57,1	23,2	1,9	2,6	1,9	1,1	12,2	100,0
Sul	N.Abs		217	132	20	15	13	8	60	465
	%		46,7	28,4	4,3	3,2	2,8	1,7	12,9	100,0
Centro-Oeste	N.Abs		129	85	3	2	1	8	49	277
	%		46,6	30,7	1,1	0,7	0,4	2,9	17,7	100,0
Total	N.Abs		2.318	885	74	78	57	68	467	3.947
	%		58,7	22,4	1,9	2,0	1,4	1,7	11,8	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 18: Compartilhamento do imóvel segundo porte populacional – 2007

Porte populacional do município	N.Abs	%	Não, é exclusivo	Compartilhado com Secretaria ou outra unidade da AS	Compartilhado com unidade da Saúde	Compartilhado com unidade da Educação	Compartilhado com uma Associação Comunitária	Compartilhado com o Conselho Municipal de AS	Compartilhado com outros serviços públicos	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs		975	516	24	21	10	49	203	1.798
	%		54,2	28,7	1,3	1,2	0,6	2,7	11,3	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs		493	136	8	7	12	14	75	745
	%		66,2	18,3	1,1	0,9	1,6	1,9	10,1	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs		244	54	12	9	6	4	42	371
	%		65,8	14,6	3,2	2,4	1,6	1,1	11,3	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs		496	113	25	30	22	1	99	786
	%		63,1	14,4	3,2	3,8	2,8	0,1	12,6	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs		110	66	5	11	7	0	48	247
	%		44,5	26,7	2,0	4,5	2,8	0,0	19,4	100,0
Total	N.Abs		2.318	885	74	78	57	68	467	3.947
	%		58,7	22,4	1,9	2,0	1,4	1,7	11,8	100,0

Fonte: MDS, 2007

4.4.3 ITENS EXISTENTES NO CRAS

O bom funcionamento de uma unidade do CRAS depende também da estrutura física interna disponível, que em grande medida auxilia na execução dos serviços prestados no equipamento. Na Ficha de Monitoramento, os gestores locais deveriam informar sobre a presença, no CRAS, de 13 itens diferentes. Alguns deles são estruturais e compõem as características físicas dos prédios e outros são bens móveis e serviços que são importantes para que o CRAS execute com qualidade seu atendimento. É importante destacar que foi perguntado apenas sobre a existência dos itens e não seu estado de conservação, sua adequação quanto ao espaço ou sua capacidade de atendimento à demanda.

Os itens que se referem a existência de “bens” para apoio na execução dos serviços indicam que 85% dos CRAS do país possuem computadores, 69% possuem telefone e 53% possuem acesso à internet.

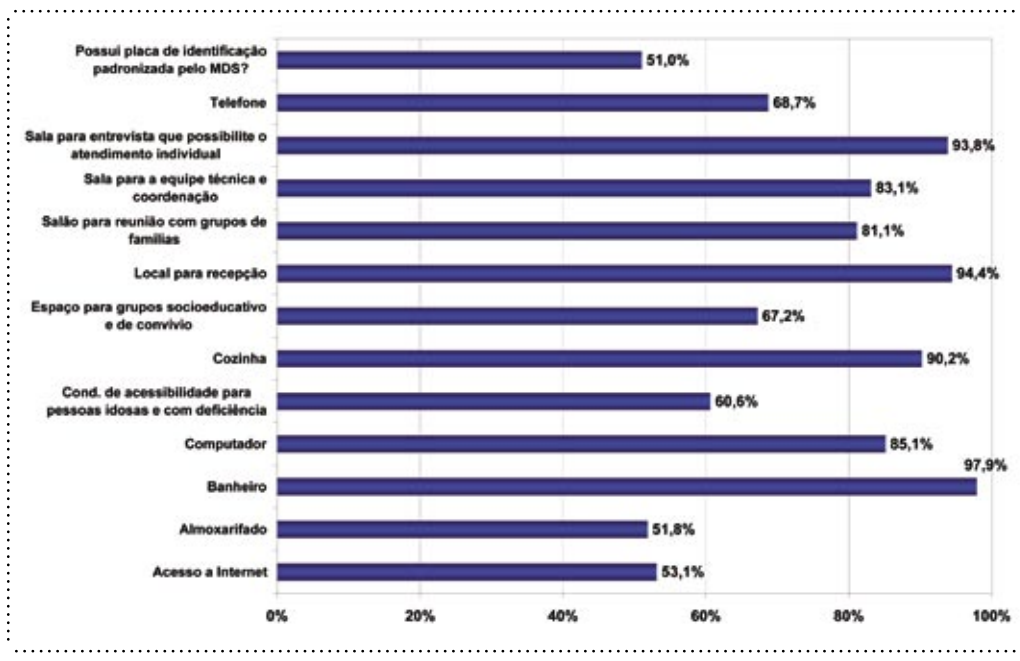
Em relação aos espaços físicos para a prestação dos serviços de proteção social básica com qualidade, 98% dos CRAS possuem banheiro, 90% possuem cozinha, 52% possuem almoxarifado, 94% possuem local de recepção, 67% possuem espaço para grupos socio-educativos e de convívio, 81% possuem salão para reunião com grupos de famílias, 83% possuem sala para a equipe técnica e coordenação e 94% possuem sala para entrevista que possibilite o atendimento individual.

Outra informação importante é a de que 61% dos CRAS possuem condições de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência. E, mesmo sob orientação específica contida nos normativos, apenas metade dos CRAS possuem placas padronizadas de identificação (Gráfico 11).

Observando as diferenças regionais, que em geral são gradações das médias nacionais, vale destacar que a Região Norte apresenta, em geral, percentuais mais baixos de itens existentes. Na maioria das vezes eles não se distanciam significativamente das outras regiões, a não ser, por exemplo, pelo baixo acesso à Internet.

Em relação ao porte populacional do município, esse baixo percentual de acesso à Internet, fora dos padrões, aparece nos municípios com população entre 100 mil e 900 mil habitantes. Essas constatações sugerem uma correlação entre as duas dimensões. Justificando esses percentuais agregados, os estados do Amapá e de Roraima não apresentam nenhum CRAS com acesso à Internet.

Gráfico 11: Itens existentes no CRAS - Brasil - 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 19: Itens existentes no CRAS segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região	Acesso à Internet		Almoxarifado	Banheiro	Computador	Cond. de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência	Cozinha	Espaço para grupos socio-educativo e de convívio	Local para recepção			Possui placa de identificação padronizada pelo MDS?		
	N.Abs	%							Salão para reunião com grupos de famílias	Sala para a equipe técnica e coordenação	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual		Telefone	
Norte	103	33,8	137	293	237	141	273	185	277	244	249	270	145	157
			44,9	96,1	77,7	46,2	89,5	60,7	90,8	80,0	81,6	88,5	47,5	51,5
Nordeste	726	45,6	740	1.560	1.274	898	1.429	1.015	1.514	1.306	1.345	1.488	768	966
			46,5	98,1	80,1	56,4	89,8	63,8	95,2	82,1	84,5	93,5	48,3	60,7
Sudeste	743	56,8	686	1.284	1.173	852	1.192	954	1.251	1.040	1.067	1.249	1.123	632
			52,4	98,1	89,6	65,1	91,1	72,9	95,6	79,4	81,5	95,4	85,8	48,3
Sul	346	74,4	286	457	430	324	412	311	432	388	386	447	436	137
			61,5	98,3	92,5	69,7	88,6	66,9	92,9	83,4	83,0	96,1	93,8	29,5
Centro-Oeste	178	64,3	195	269	246	178	253	188	250	222	233	247	239	119
			70,4	97,1	88,8	64,3	91,3	67,9	90,3	80,1	84,1	89,2	86,3	43,0
Total	2.096	53,1	2.044	3.863	3.360	2.393	3.559	2.653	3.724	3.200	3.280	3.701	2.711	2.011
			51,8	97,9	85,1	60,6	90,2	67,2	94,4	81,1	83,1	93,8	68,7	51,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 20: Itens existentes no CRAS segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município	Acesso à Internet		Almoxarifado	Banheiro	Computador	Cond. de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência	Cozinha	Espaço para grupos socioeducativos e de convívio	Local para recepção	Salão para reunião com grupos de famílias	Sala para a equipe técnica e coordenação	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual	Telefone	Possui placa de identificação padronizada pelo MDS?
	N. Abs	%												
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N. Abs	1.136	836	1.764	1.546	1.072	1.620	1.127	1.713	1.461	1.451	1.702	1.124	958
	%	63,2	46,5	98,1	86,0	59,6	90,1	62,7	95,3	81,3	80,7	94,7	62,5	53,3
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N. Abs	403	374	732	651	469	679	515	708	604	652	705	433	415
	%	54,1	50,2	98,3	87,4	63,0	91,1	69,1	95,0	81,1	87,5	94,6	58,1	55,7
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N. Abs	151	209	362	305	244	348	279	359	318	323	357	253	207
	%	40,7	56,3	97,6	82,2	65,8	93,8	75,2	96,8	85,7	87,1	96,2	68,2	55,8
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N. Abs	286	456	768	649	463	712	581	721	637	642	724	671	348
	%	36,4	58,0	97,7	82,6	58,9	90,6	73,9	91,7	81,0	81,7	92,1	85,4	44,3
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N. Abs	120	169	237	209	145	200	151	223	180	212	213	230	83
	%	48,6	68,4	96,0	84,6	58,7	81,0	61,1	90,3	72,9	85,8	86,2	93,1	33,6
Total	N. Abs	2.096	2.044	3.863	3.360	2.393	3.559	2.653	3.724	3.200	3.280	3.701	2.711	2.011
	%	53,1	51,8	97,9	85,1	60,6	90,2	67,2	94,4	81,1	83,1	93,8	68,7	51,0

Fonte: MDS, 2007

4.5 ATENDIMENTO

Nesta seção encontram-se descritos alguns aspectos dos CRAS em relação ao atendimento das famílias, tais como atividades realizadas, articulação de serviços, acesso ao CadÚnico, identificação de comunidades tradicionais e priorização de atendimento de famílias com determinadas características.

4.5.1 ACESSO À LISTAGEM DE FAMÍLIAS DO CADÚNICO E RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS FAMÍLIAS DO BOLSA FAMÍLIA

O acesso à listagem de famílias do Cadastro Único no seu território de atuação e o recebimento regular, pelo CRAS, de dados sobre as famílias do Programa Bolsa Família (PBF) são informações relevantes sobre o planejamento da prestação de serviços nos equipamentos e, conseqüentemente, da articulação para um atendimento integrado às famílias. Embora não tenha sido perguntado sobre a utilização, tanto da listagem quanto das informações, o simples acesso a essas informações já é um indicativo de que o CRAS possui subsídios para conhecer as famílias potencialmente referenciadas do seu território de abrangência.

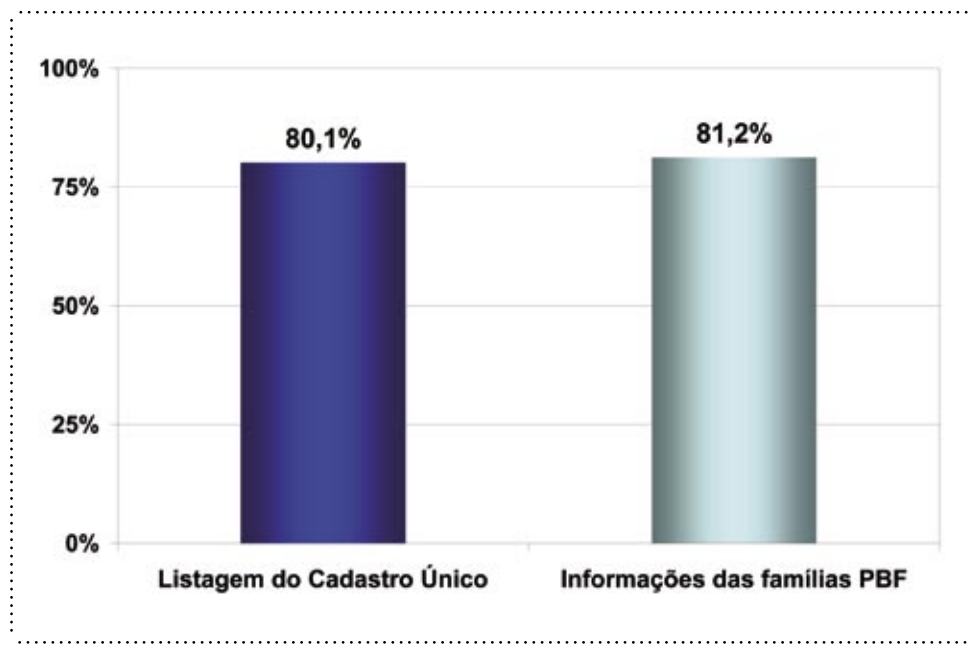
Conforme pode ser percebido na Tabela 21, cerca de 80% de todos os CRAS do Brasil possuíam listagem das famílias do CadÚnico e um percentual próximo (81,2%) recebem informações sobre as famílias do Programa Bolsa Família. Esses altos percentuais nos instigam ao aprofundamento dessa questão para o conhecimento do grau de aproveitamento das informações junto à execução dos serviços nos CRAS.

Regionalmente, o que se percebe é uma variação de aproximadamente 11 pontos percentuais, tanto para a posse da listagem do CadÚnico quanto para o recebimento de informações sobre as famílias do PBF. A Região Sul é aquela que, proporcionalmente, apresenta os maiores percentuais e a Região Nordeste os mais baixos.

Com relação ao porte populacional dos municípios, o que se observa é que as Metrópoles apresentam percentuais significativamente mais baixos que os outros portes populacionais, tanto para acesso à listagem de famílias do CadÚnico quanto para o recebimento de informações das famílias do PBF, especialmente se comparadas aos municípios com até 20 mil habitantes. Essa é uma informação interessante, na medida em que se esperava que os CRAS localizados em Metrópoles estivessem melhor estruturados. Uma hipótese para essa questão é a falta de outros instrumentos para identificação das famílias, que não o CadÚnico e o PBF. Ou seja, os municípios menores têm de recorrer e utilizar esses instrumentos, uma vez que dispõem de menos recursos para o levantamento de informações e maior facilidade – devido a menor extensão territorial – de localizar as famílias referenciadas que os municípios grandes.

Analisando as unidades da federação, o Distrito Federal é a única unidade que declara acesso à listagem do CadÚnico e o recebimento das informações de famílias do PBF em todos os seus CRAS e que no Acre apenas uma unidade do total de CRAS do estado não possui acesso à listagem de famílias do CadÚnico. Em contraposição, os estados que, proporcionalmente, possuem menos CRAS que responderam afirmativamente aos quesitos foram Amapá (40% e 30% respectivamente) e Roraima (50% e 50%).

Gráfico 12: Percentual de CRAS que possuíam listagem do Cadastro Único e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 21: Número e percentual de CRAS que possuíam listagem do Cadastro Único e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família segundo Grandes Regiões – 2007

Grande Região		Listagem cadastro único	Informações famílias PBF
Norte	N.Abs	255	251
	%	83,6	82,3
Nordeste	N.Abs	1.211	1.243
	%	76,1	78,1
Sudeste	N.Abs	1.078	1.071
	%	82,4	81,8
Sul	N.Abs	404	415
	%	86,9	89,2
Centro-Oeste	N.Abs	215	223
	%	77,6	80,5
Total	N.Abs	3.163	3.203
	%	80,1	81,2

Fonte: MDS, 2007

Tabela 22: Número e percentual de CRAS que possuíam listagem do Cadastro Único e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Listagem cadastro único	Informações famílias PBF
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	1.572	1.593
	%	87,4	88,6
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	595	593
	%	79,9	79,6
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	286	283
	%	77,1	76,3
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	557	600
	%	70,9	76,3
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	153	134
	%	61,9	54,3
Total	N.Abs	3.163	3.203
	%	80,1	81,2

Fonte: MDS, 2007

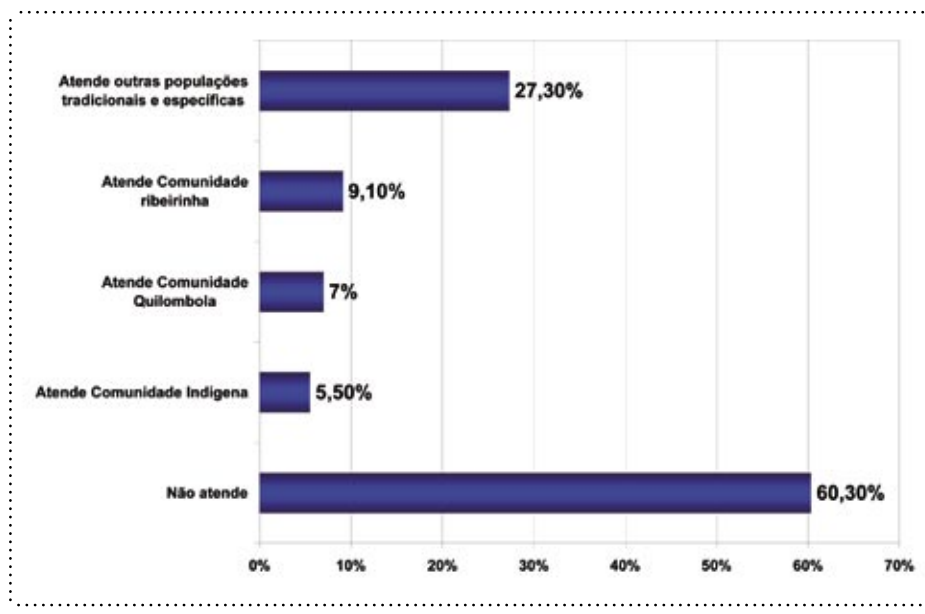
4.5.2 ATENDIMENTO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E ESPECÍFICAS

No Brasil, 40% dos CRAS atendem a alguma comunidade tradicional ou específica. Deve-se levar em conta que nem todos os equipamentos realmente devem atender a comunidades tradicionais ou específicas. Portanto, para interpretação desse dado, o ideal é o cruzamento de informações georreferenciadas entre a localização dos CRAS e das comunidades, especialmente indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Esse aprofundamento de informações é imprescindível para a atuação dos CRAS nos territórios que possuem tais comunidades, uma vez que seu atendimento requer planejamento, atividades e serviços adaptados e específicos.

Com relação ao atendimento aos indígenas, os maiores percentuais de CRAS que prestam esse serviço encontram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, como era esperado, em função da maior concentração dessa população em tais regiões. A maior proporção de CRAS que atendem ribeirinhos foi localizada na Região Norte (42%), o que pode ser explicado pelas características geográficas de seu território. O atendimento aos quilombolas não varia significativamente entre as regiões brasileiras, sendo mais expressivo nos CRAS da Região Nordeste (11,3% do total de CRAS da região). Já com relação ao atendimento a outras populações tradicionais e específicas, as regiões Norte e Nordeste apresentaram percentuais bastante próximos e pouco superiores aos encontrados nas outras regiões (30,2% e 29,7% respectivamente).

Com relação ao porte populacional, os CRAS localizados em municípios classificados como Pequeno Porte I e Pequeno Porte II, com até 50 mil habitantes, apresentam em geral maiores percentuais de CRAS com atendimento a comunidades tradicionais ou específicas, comparativamente aos municípios maiores.

Gráfico 13: Percentual de CRAS que atendem populações tradicionais ou específicas – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 23: Número e percentual de CRAS que atende populações tradicionais ou específicas segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Atende comunidade indígena	Atende comunidade quilombola	Atende comunidade ribeirinha	Atende outras populações tradicionais e específicas	Não atende
Norte	N.Abs	67	26	128	92	104
	%	22,0	8,5	42,0	30,2	34,1
Nordeste	N.Abs	53	179	136	473	893
	%	3,3	11,3	8,5	29,7	56,1
Sudeste	N.Abs	16	47	52	341	891
	%	1,2	3,6	4,0	26,1	68,1
Sul	N.Abs	34	9	18	102	328
	%	7,3	1,9	3,9	21,9	70,5
Centro-Oeste	N.Abs	48	16	24	70	165
	%	17,3	5,8	8,7	25,3	59,6
Total	N.Abs	218	277	358	1.078	2.381
	%	5,5	7,0	9,1	27,3	60,3

Fonte: MDS, 2007

Tabela 24: Número e percentual de CRAS que atende populações tradicionais ou específicas segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Atende comunidade indígena	Atende comunidade quilombola	Atende comunidade ribeirinha	Atende outras populações tradicionais e específicas	Não atende
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	102	157	148	518	1.038
	%	5,7	8,7	8,2	28,8	57,7
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	67	80	117	198	401
	%	9,0	10,7	15,7	26,6	53,8
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	17	23	39	102	227
	%	4,6	6,2	10,5	27,5	61,2
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	21	14	39	218	531
	%	2,7	1,8	5,0	27,7	67,6
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	11	3	15	42	184
	%	4,5	1,2	6,1	17,0	74,5
Total	N.Abs	218	277	358	1.078	2.381
	%	5,5	7,0	9,1	27,3	60,3

Fonte: MDS, 2007

4.5.3 PRIORIZAÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS, REDES E RECURSOS

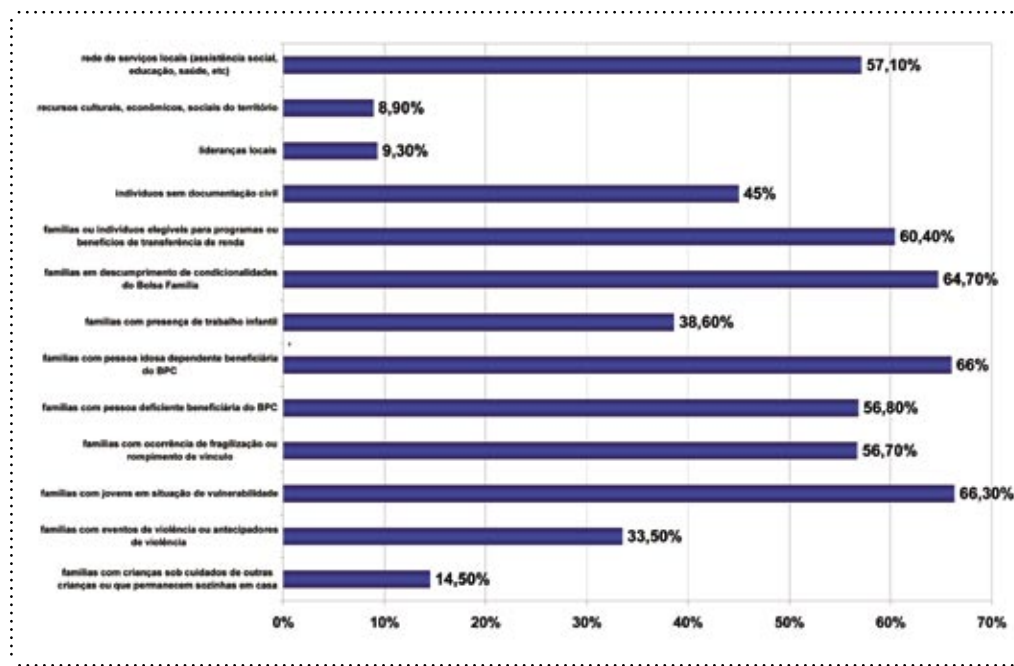
Neste aspecto, o levantamento da informação foi realizado com a apresentação de uma lista de 13 itens para que fossem identificadas no máximo seis ações que o CRAS prioriza. As ações priorizadas com maior frequência, em mais de 60% dos CRAS do país, foram de identificação de: famílias com jovens em situação de vulnerabilidade (66,3%), famílias com pessoa idosa dependente beneficiária do BPC (66%), famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família (64,7%) e famílias ou indivíduos elegíveis para programas ou benefícios de transferência de renda (60,4%).

Vale destacar que mais da metade dos CRAS também prioriza a identificação e articulação com a rede de serviços locais (assistência social, educação, saúde etc). Por outro lado, nem 10% dos CRAS priorizam a identificação de lideranças locais e de recursos culturais, econômicos e sociais do território. Outra informação relevante é a de que 45% dos CRAS do país priorizam as ações relacionadas com a identificação civil dos indivíduos.

O padrão nacional de priorização de ações também é verificado nas regiões brasileiras, com destaque para a Região Sul que em 63,2% dos CRAS prioriza a identificação de famílias com ocorrência de fragilização ou rompimento de vínculos.

Na perspectiva de porte populacional, além do padrão nacional de priorização de ações nos CRAS, destaca-se a priorização da identificação de famílias com pessoas com deficiência beneficiárias do BPC nos municípios de até 20 mil habitantes e a identificação de famílias com ocorrência de fragilização ou rompimento de vínculos e de famílias com presença de trabalho infantil nas Metrôpoles.

Gráfico 14: Percentual de CRAS que priorizam ações de identificação – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 25: Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região	Famílias com crianças sob cuidados de outras crianças ou que permanecem sozinhas em casa	Famílias com eventos de violência	Famílias com jovens em situação de vulnerabilidade	Famílias com ocorrência de fragilização ou rompimento de vínculo	Famílias com pessoa deficiente beneficiária do BPC	Famílias com pessoa idosa dependente beneficiária do BPC	Famílias com presença de trabalho infantil	Famílias em cumprimento de condicionalidades do Bolsa Família	Famílias ou indivíduos elegíveis para programas ou benefícios de transferência de renda	Indivíduos sem documentação civil	Lideranças locais	Recursos culturais, econômicos, sociais do território	Rede de serviços locais (assistência social, educação, saúde, etc)
Norte	N.Abs 54 % 17,7	96 31,5	180 59,0	156 51,1	149 48,9	218 71,5	157 51,5	209 68,5	160 52,5	136 44,6	23 7,5	19 6,2	153 50,2
Nordeste	N.Abs 193 % 12,1	553 34,8	1.140 71,7	877 55,1	938 59,0	1.062 66,8	599 37,6	1.059 66,6	827 52,0	639 40,2	166 10,4	200 12,6	908 57,1
Sudeste	N.Abs 192 % 14,7	414 31,6	894 68,3	804 61,4	736 56,2	825 63,0	419 32,0	863 65,9	926 70,7	604 46,1	126 9,6	96 7,3	804 61,4
Sul	N.Abs 56 % 12,0	171 36,8	259 55,7	294 63,2	265 57,0	287 61,7	186 40,0	282 60,6	302 64,9	261 56,1	30 6,5	17 3,7	250 53,8
Centro-Oeste	N.Abs 79 % 28,5	87 31,4	145 52,3	108 39,0	153 55,2	214 77,3	163 58,8	141 50,9	168 60,6	138 49,8	21 7,6	20 7,2	137 49,5
Total	N.Abs 574 % 14,5	1.321 33,5	2.618 66,3	2.239 56,7	2.241 56,8	2.606 66,0	1.524 38,6	2.554 64,7	2.383 60,4	1.778 45,0	366 9,3	352 8,9	2.252 57,1

Fonte: MDS, 2007

Tabela 26: Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município	Famílias com crianças sob cuidados de outras crianças ou que permanecem sozinhas em casa		Famílias com eventos de violência ou antecipadores de violência		Famílias com jovens em situação de vulnerabilidade		Famílias com ocorrência de fragilização ou rompimento de vínculo		Famílias com pessoa deficiente beneficiária do BPC		Famílias com pessoa idosa dependente beneficiária do BPC		Famílias com presença de trabalho infantil		Famílias em cumprimento de condições de Bolsa Família		Famílias ou indivíduos elegíveis para programas ou benefícios de transferência de renda		Indivíduos sem documentação civil		Lideranças locais		Recursos culturais, econômicos, sociais do território		Rede de serviços locais (assistência social, educação, saúde, etc)	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	236	13,1	605	33,6	1.190	66,2	961	53,4	1.139	63,3	1.272	70,7	700	38,9	1.230	68,4	920	51,2	741	41,2	121	6,7	172	9,6	1.047	58,2
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	107	14,4	235	31,5	501	67,2	443	59,5	430	57,7	497	66,7	290	38,9	486	65,2	435	58,4	327	43,9	65	8,7	68	9,1	428	57,4
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	45	12,1	137	36,9	259	69,8	213	57,4	197	53,1	245	66,0	100	27,0	229	61,7	254	68,5	190	51,2	33	8,9	36	9,7	216	58,2
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	141	17,9	258	32,8	484	61,6	470	59,8	372	47,3	472	60,1	268	34,1	485	61,7	584	74,3	409	52,0	122	15,5	52	6,6	436	55,5
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	45	18,2	86	34,8	184	74,5	152	61,5	103	41,7	120	48,6	166	67,2	124	50,2	190	76,9	111	44,9	25	10,1	24	9,7	125	50,6
Total	574	14,5	1.321	33,5	2.618	66,3	2.239	56,7	2.241	56,8	2.606	66,0	1.524	38,6	2.554	64,7	2.383	60,4	1.778	45,0	366	9,3	352	8,9	2.252	57,1

Fonte: MDS, 2007

4.5.4 ATIVIDADES REALIZADAS

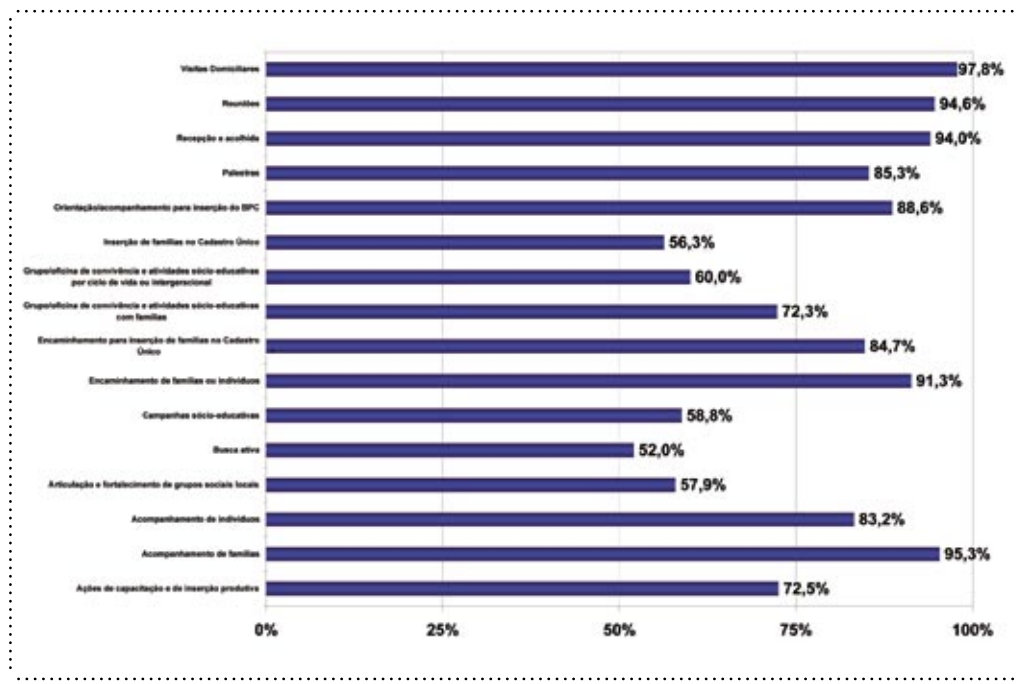
Nesse levantamento foi apresentada uma lista de 16 atividades para que fosse informada a realização ou não de cada uma delas no CRAS. Em mais de 90% dos CRAS foram informadas a realização de: visitas domiciliares (97,8%), acompanhamento de famílias (95,3%), reuniões (94,6%), recepção e acolhida (94%) e encaminhamento de famílias e indivíduos (91,3%). Já as atividades menos realizadas, informadas por 50% a 60% dos CRAS, foram: grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas por ciclo de vida ou intergeracional (60%), campanhas socioeducativas (58,8%), articulação e fortalecimento de grupos sociais locais (57,9%), inserção de famílias no CadÚnico (56,3%) e busca ativa (52%).

Regionalmente, se verifica semelhanças ao padrão nacional. O destaque é para o fato de que nas regiões Sul e Centro-Oeste, também aparece em mais de 90% dos CRAS, a orientação/acompanhamento para inserção do BPC. Já as regiões Norte e Nordeste não apresentam em mais de 90% dos CRAS o encaminhamento de famílias ou indivíduos.

Em relação às atividades menos realizadas, a busca ativa, é, em geral, a menos executada, com percentuais de 42% a 55% dos CRAS das regiões. A exceção é a Região Nordeste onde a inserção de famílias no CadÚnico é realizada na menor proporção de centros de referência.

Além da verificação do padrão nacional também para a perspectiva de portes populacionais, vale destacar que, em mais de 90% dos CRAS de Grande e Médio Porte é realizada a orientação/acompanhamento para inserção do BPC e que, analogamente, para mais de 90% dos CRAS das Metrôpoles também se realiza o acompanhamento de indivíduos. Para as atividades menos realizadas nos CRAS, a busca ativa só aparece como a opção menos citada para os municípios de Pequeno Porte I, enquanto a inserção de famílias no CadÚnico aparece como a opção menos citada para os outros portes populacionais.

Gráfico 15: Percentual de CRAS que realizam atividades – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 27: Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região	Ações de capacitação e de inserção produtiva	Acompanhamento de famílias	Acompanhamento de indivíduos	Articulação e fortalecimento de grupos locais	Busca ativa	Campanhas socio-educativas	Encaaminhamento de famílias ou indivíduos	Encaaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único	Grupo/ oficina de convivências e atividades socio-educativas por ciclo de vida ou intergeracional	Inserção de famílias no Cadastro Único	Orientação/acompanhamento para inserção do BPC	Palestras	Recepção e acolhida	Reuniões	Visitas Domiciliares
Norte	N.Abs	207	276	213	132	128	238	238	170	136	169	270	282	280	294
	%	67,9	90,5	69,8	43,3	42,0	78,0	78,0	55,7	44,6	55,4	88,5	92,5	91,8	96,4
Nordeste	N.Abs	1.183	1.500	1.314	863	824	1.413	1.318	1.087	1.036	681	1.408	1.468	1.516	1.552
	%	74,4	94,3	82,6	54,2	51,8	88,8	82,8	68,3	65,1	42,8	88,5	92,3	95,3	97,5
Sudeste	N.Abs	933	1.273	1.122	810	720	1.261	1.143	1.039	753	831	1.088	1.281	1.256	1.290
	%	71,3	97,2	85,7	61,9	55,0	96,3	87,3	79,4	57,5	63,5	83,1	97,9	96,0	98,5
Sul	N.Abs	318	452	407	298	228	440	410	363	263	352	356	421	423	455
	%	68,4	97,2	87,5	64,1	49,0	94,6	88,2	78,1	56,6	75,7	76,6	90,5	91,0	97,8
Centro-Oeste	N.Abs	219	259	227	181	153	250	236	196	179	191	245	259	257	269
	%	79,1	93,5	81,9	65,3	55,2	88,2	85,2	70,8	64,6	69,0	88,4	93,5	92,8	97,1
Total	N.Abs	2.860	3.760	3.283	2.284	2.053	3.602	3.345	2.855	2.367	2.224	3.367	3.711	3.732	3.860
	%	72,5	95,3	83,2	57,9	52,0	91,3	84,7	72,3	60,0	56,3	88,6	94,0	94,6	97,8

Fonte: MDS, 2007

Tabela 28: Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município	Ações de capacitação e de inserção produtiva		Acompanhamento de famílias		Acompanhamento de indivíduos		Articulação e fortalecimento de grupos locais		Busca ativa de educandos		Campanhas educativas		Encaminhamento de famílias no Cadastro Único		Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único		Grupo/ oficina de convivências e atividades socioeducativas com famílias		Grupo/ oficina de convivências e atividades socioeducativas no ciclo de vida ou intergeracional		Inserção de famílias no Cadastro Único		Orientação/ acompanhamento para inscrição do BPC		Papas		Recepção e acolhida		Reuniões		Visitas Domiliares	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	1.247	69,4	1.684	93,7	1.448	80,5	873	48,6	812	45,2	1.027	57,1	1.572	87,4	1.490	82,9	1.236	68,7	1.028	57,2	1.036	57,6	1.544	85,9	1.529	85,0	1.661	92,4	1.676	93,2	1.748	97,2
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	574	77,0	714	95,8	617	82,8	425	57,0	382	51,3	435	58,4	690	92,6	639	85,8	522	70,1	433	58,1	361	48,5	662	88,9	644	86,4	696	93,4	709	95,2	728	97,7
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	298	80,3	355	95,7	304	81,9	232	62,5	198	53,4	216	58,2	346	93,3	331	89,2	276	74,4	233	62,8	188	50,7	341	91,9	320	86,3	353	95,1	350	94,3	363	97,8
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	609	77,5	765	97,3	683	86,9	560	71,2	487	62,0	484	61,6	750	95,4	689	87,7	616	78,4	492	62,6	466	59,3	728	92,6	672	85,5	764	97,2	758	96,4	777	98,9
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	132	53,4	242	98,0	231	93,5	194	78,5	174	70,4	158	64,0	244	98,8	196	79,4	205	83,0	181	73,3	173	70,0	221	89,5	202	81,8	237	96,0	239	96,8	244	98,8
Total	2.860	72,5	3.760	95,3	3.283	83,2	2.284	57,9	2.053	52,0	2.320	58,8	3.602	91,3	3.345	84,7	2.855	72,3	2.367	60,0	2.224	56,3	3.496	88,6	3.367	85,3	3.711	94,0	3.732	94,6	3.860	97,8

Fonte: MDS, 2007

4.5.5 ARTICULAÇÃO COM SERVIÇOS, PROGRAMAS OU INSTITUIÇÕES

O CRAS foi concebido como um lugar que possibilite o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais. Foi desenhado para ser a porta de entrada dos usuários da política de assistência social à rede de proteção básica, bem como a referência para encaminhamentos à proteção especial e outros serviços relacionados. O CRAS funciona como a unidade local do Sistema Único da Assistência Social e interessou ao MDS saber com quais serviços, programas ou instituições cada CRAS possui articulação.

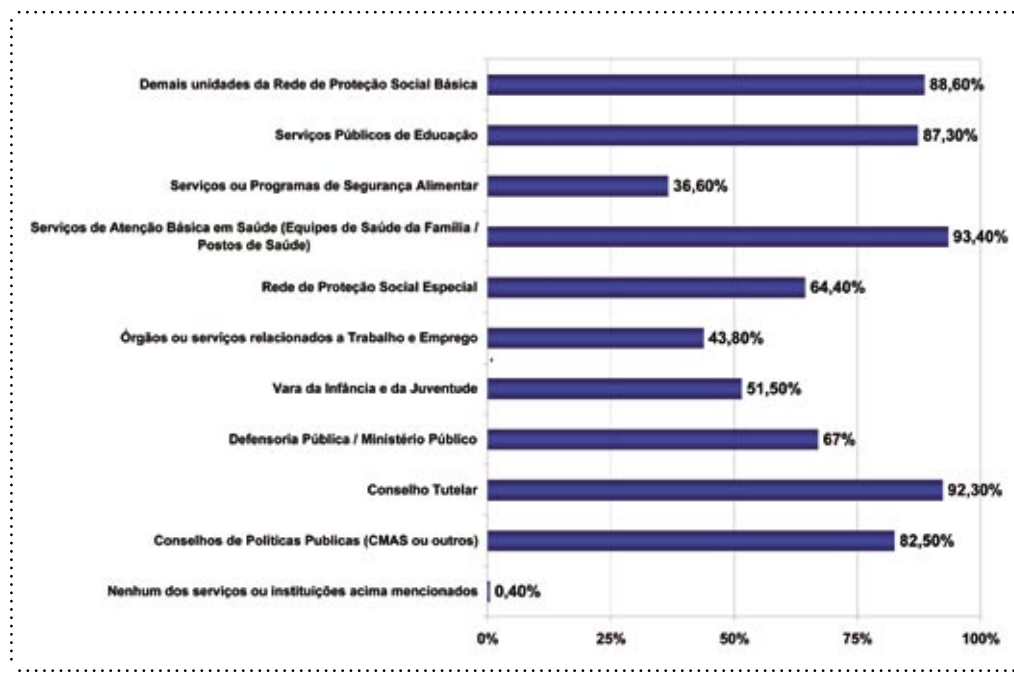
No levantamento foi apresentada aos gestores uma lista de dez serviços, programas ou instituições para a identificação daquelas que possuem articulação com as atividades do CRAS. Os serviços de atenção básica em saúde (equipes de saúde da família/postos de saúde) e o conselho tutelar são aqueles com os quais os CRAS mais estabelecem articulação em todas as regiões do Brasil, 93,4% e 92,3%, respectivamente. Vale destacar ainda os altos percentuais de CRAS que se articulam com as demais unidades da Rede de Proteção Social Básica (88,6%) e os serviços públicos de educação (87,3%).

Entre as articulações menos realizadas pelo CRAS estão aquelas com os serviços ou programas de segurança alimentar (36,6%) e com os órgãos ou serviços relacionados a trabalho e emprego (43,8%).

Na análise regional, a Região Sudeste se destaca por apresentar quatro tipos de articulação com serviços/programas/instituições em mais de 90% dos seus CRAS, seguida da Região Centro-Oeste com três tipos, da Região Sul com dois tipos, da Região Nordeste, com apenas um, e da Região Norte, que não apresenta nenhum tipo de articulação presente em mais de 90% dos seus CRAS.

Se a análise considera o porte populacional e utiliza como referência o número de tipos de serviços/programas/instituições com os quais mais de 90% dos CRAS têm articulação, parece existir uma correlação positiva entre o tamanho dos municípios e a articulação com outras instâncias. Como exemplo, enquanto nos municípios de Pequeno Porte I apenas a articulação com os serviços básicos de saúde aparece em mais de 90% dos CRAS, nos municípios de Pequeno Porte II a articulação com o conselho tutelar também está presente em mais de 90% dos CRAS. Já nos municípios de Médio e Grande Porte, se soma a essas duas a articulação do CRAS com as demais unidades da rede de proteção social básica. Para as Metrôpoles a articulação acrescentada à lista é com os serviços públicos de saúde.

Gráfico 16: Percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 29: Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região	Conselhos de políticas públicas (CMAS ou outros)		Conselho Tutelar	Defensoria Pública / Ministério Público	Vara da Infância e da Juventude	Órgãos ou serviços relacionados a trabalho e emprego	Rede de Proteção Social Especial	Serviços de atenção básica em saúde (Equipes de Saúde da Família / Postos de Saúde)	Serviços ou programas de segurança alimentar	Serviços Públicos de educação	Demais unidades da Rede de Proteção Social Básica	Nenhum dos serviços ou instituições acima mencionados
Norte	N.Abs	207	262	197	131	111	148	257	87	236	248	6
	%	67,9	85,9	64,6	43,0	36,4	48,5	84,3	28,5	77,4	81,3	2,0
Nordeste	N.Abs	1.287	1.398	1.019	617	510	933	1.461	427	1.355	1.357	3
	%	80,9	87,9	64,0	38,8	32,1	58,6	91,8	26,8	85,2	85,3	0,2
Sudeste	N.Abs	1.135	1.269	891	816	696	918	1.267	563	1.208	1.234	1
	%	86,7	96,9	68,1	62,3	53,2	70,1	96,8	43,0	92,3	94,3	0,1
Sul	N.Abs	406	451	356	314	255	343	439	265	399	403	1
	%	87,3	97,0	76,6	67,5	54,8	73,8	94,4	57,0	85,8	86,7	0,2
Centro-Oeste	N.Abs	222	263	180	153	155	200	261	103	246	255	3
	%	80,1	94,9	65,0	55,2	56,0	72,2	94,2	37,2	88,8	92,1	1,1
Total	N.Abs	3.257	3.643	2.643	2.031	1.727	2.542	3.685	1.445	3.444	3.497	14
	%	82,5	92,3	67,0	51,5	43,8	64,4	93,4	36,6	87,3	88,6	0,4

Fonte: MDS, 2007

Tabela 30: Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município	Conselhos de políticas públicas (CMAS ou outros)		Conselho Tutelar	Defensoria Pública / Ministério Público	Vara da Infância e da Juventude	Órgãos ou serviços relacionados a trabalho e emprego	Rede de Proteção Social Especial	Serviços de atenção básica em saúde (Equipes de Saúde da Família / Postos de Saúde)	Serviços ou programas de segurança alimentar	Serviços Públicos de educação	Demais unidades da Rede de Proteção Social Básica	Nenhum dos serviços ou instituições acima mencionados
	N. Abs	%										
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	1.522	84,6	1.602	1.107	737	493	868	1.650	592	1.536	1.481	8
			89,1	61,6	41,0	27,4	48,3	91,8	32,9	85,4	82,4	0,4
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	632	84,8	707	550	369	318	466	709	250	654	660	3
			94,9	73,8	49,5	42,7	62,6	95,2	33,6	87,8	88,6	0,4
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	316	85,2	358	279	233	220	306	354	120	320	352	0
			96,5	75,2	62,8	59,3	82,5	95,4	32,3	86,3	94,9	0,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	608	77,4	730	523	502	513	675	731	341	699	758	3
			92,9	66,5	63,9	65,3	85,9	93,0	43,4	88,9	96,4	0,4
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	179	72,5	246	184	190	183	227	241	142	235	246	0
			99,6	74,5	76,9	74,1	91,9	97,6	57,5	95,1	99,6	0,0
Total	3.257	82,5	3.643	2.643	2.031	1.727	2.542	3.685	1.445	3.444	3.497	14
			92,3	67,0	51,5	43,8	64,4	93,4	36,6	87,3	88,6	0,4

Fonte: MDS, 2007

5. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS

A diversidade das informações coletadas com o Censo CRAS possibilita o diagnóstico da atual situação dos centros de referência. Nessa primeira coleta de dados, que se constituiu na formação da linha de base para o monitoramento, privilegiou-se a busca de informações gerais sobre a estrutura física e questões relacionadas ao funcionamento desses equipamentos.

Com o objetivo de sistematizar as características de funcionamento do CRAS, bem como avaliar a necessidade de intervenções, foram construídos indicadores de monitoramento da situação dos CRAS, numa perspectiva de graus de desenvolvimento:

- **Indicadores Dimensionais** - quatro graus de desenvolvimento sobre as atividades realizadas, o funcionamento, os recursos humanos e a estrutura física;
- **Indicador Sintético** - abordagem de desenvolvimento dos CRAS por estágios em função de uma combinação dos graus de desenvolvimento dimensionais.

A seleção e estruturação dessas dimensões fundamentou-se em um conjunto básico de instruções e normativas (NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS, Plano Decenal da Assistência Social, normativo específico de orientações técnicas para o CRAS, entre outras), bem como na experiência dos técnicos do MDS responsáveis pela área de proteção social básica, assumindo alguns referenciais:

- Atividades realizadas – atividades associados ao PAIF (Programa de atenção integral à família);
- Estrutura física – espaço físico que garanta a execução do trabalho social com famílias relacionado ao PAIF;
- Recursos humanos – Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS;
- Funcionamento – padrão esperado para um equipamento público: 5 dias na semana e 8 horas por dia.

Seguindo os referenciais descritos acima, para cada uma dessas dimensões, foram definidos critérios, basicamente sobre o atendimento ou não de um conjunto de quesitos, para quatro gradações de desenvolvimento:

Insuficiente – não atende os critérios necessários para a prestação dos serviços com um mínimo de qualidade;

Regular – atende os critérios necessários para a prestação dos serviços com um mínimo de qualidade;

Suficiente – atende os critérios suficientes para a prestação dos serviços com qualidade;

Superior – atende os critérios complementares aos suficientes para a prestação dos serviços que elevam os centros de referência a um patamar superior de qualidade;

No decorrer deste capítulo apresenta-se a metodologia de construção dos indicadores dimensionais e sintético, de cada um dos graus e estágios de desenvolvimento, bem como os valores absolutos e percentuais dos CRAS cadastrados e em funcionamento de 2007, que se enquadram nos mesmos, considerando a perspectiva regional e por porte de municípios. As tabelas que apresentam os resultados dos indicadores por unidade da federação constam nos anexos (Tabelas A-16 a A-20).

5.1 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: ESTRUTURA FÍSICA

Na construção desse indicador foi considerada uma padronização mínima da estrutura física do equipamento que garantisse a prestação dos serviços socioassistenciais com qualidade, contida em normativos e orientações dos gestores federais. Os critérios de determinação das classificações dessa dimensão estão altamente correlacionados com a função precípua do CRAS, de atendimento às famílias, bem como aos outros serviços prestados.

Um CRAS é classificado em um dos graus de desenvolvimento quando possui, no mínimo, todos os itens listados em cada classificação. Vale destacar que no caso da classificação “insuficiente”, prioriza-se a existência de quatro itens básicos, não compensados pela existência de outros itens mais específicos. Os itens que compõem cada um dos graus de desenvolvimento são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4: Composição do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS – Dimensão estrutura física

Graus de desenvolvimento	CRITÉRIOS - Itens existentes no CRAS
Superior (possui os itens)	Local para recepção
	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual
	Salão para reunião com grupos de famílias
	Banheiro
	Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência
	Sala para a equipe técnica e coordenação
	Imóvel próprio
Suficiente (possui os itens)	Local para recepção
	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual
	Salão para reunião com grupos de famílias
	Banheiro
	Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência
Regular (possui os itens)	Local para recepção
	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual
	Salão para reunião com grupos de famílias
	Banheiro
Insuficiente (não possui algum dos itens)	Local para recepção
	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual
	Salão para reunião com grupos de famílias
	Banheiro

Fonte: MDS, 2007

Em geral, quase a metade (48,6%) dos CRAS cadastrados e em funcionamento no país possuem suficiência (classificação nos graus de desenvolvimento suficiente ou superior) em aspectos de estrutura física. A Tabela 31 mostra também que, semelhantes à situação nacional estão as regiões Centro-Oeste (48,7%), Sudeste (51,6%) e em certa medida a Região Nordeste (44,4%). Como extremos, destacamos o melhor desempenho da Região Sul com 58% de CRAS pelo menos suficientes quanto à estrutura física e a Região Norte com apenas 37,7% dos CRAS suficientes ou superiores nessa dimensão.

Aproximadamente 25,5% dos CRAS foram classificados como regulares, ou seja, muito próximos do padrão desejado. Por outro lado, pouco mais de 1/4 (um quarto) dos CRAS do país ainda apresentam condições de estrutura física insuficientes. Regionalmente, vale destacar as condições da Região Norte, onde pouco mais de 62% dos CRAS são classificados quase igualmente entre regulares e insuficientes.

Na perspectiva de porte populacional do município, as Metrôpoles (municípios com 900 mil habitantes ou mais), que correspondem a apenas 6% do total de CRAS cadastrados, apresentam o mais baixo percentual de suficiência de condições de estrutura física (40%) e o mais alto percentual de insuficiência (38%). Todos os outros portes apresentam percentuais de suficiência quanto à estrutura física próximos ou superiores a 50%.

Tabela 31: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Norte	N.Abs	93	97	52	63	305
	(%)	30,5	31,8	17,0	20,7	100,0
Nordeste	N.Abs	402	466	503	220	1591
	(%)	25,3	29,3	31,6	13,8	100,0
Sudeste	N.Abs	333	300	435	241	1309
	(%)	25,4	22,9	33,2	18,4	100,0
Sul	N.Abs	113	82	101	169	465
	(%)	24,3	17,6	21,7	36,3	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	87	55	58	77	277
	(%)	31,4	19,9	20,9	27,8	100,0
BRASIL	N.Abs	1028	1000	1149	770	3947
	(%)	26,0	25,3	29,1	19,5	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 32: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	449	458	520	343	1770
	(%)	25,4	25,9	29,4	19,4	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	200	186	248	125	759
	(%)	26,4	24,5	32,7	16,5	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	75	90	121	76	362
	(%)	20,7	24,9	33,4	21,0	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	207	210	224	162	803
	(%)	25,8	26,2	27,9	20,2	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	97	56	36	64	253
	(%)	38,3	22,1	14,2	25,3	100,0
Total	N.Abs	1028	1000	1149	770	3947
	(%)	26,0	25,3	29,1	19,5	100,0

Fonte: MDS, 2007

5.2 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: RECURSOS HUMANOS

A construção desse indicador foi baseada nas orientações contidas na NOB-RH/SUAS. A classificação de um CRAS quanto às características de recursos humanos leva em consideração o porte do município, bem como o número de famílias em situação de vulnerabilidade social, devendo possuir determinado número de funcionários, com um mínimo de profissionais por nível de escolaridade (ensino médio e superior) e formação acadêmica (assistente social e psicólogo).

Desta forma, um CRAS é classificado em um dos graus de desenvolvimento da dimensão, conforme os quesitos constantes do quadro a seguir. Vale destacar que os quesitos que compõem o grau “suficiente” estão de acordo com as determinações da NOB-RH/SUAS, enquanto os outros graus constituem variações deste normativo.

Quadro 5: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS – Dimensão recursos

Graus de desenvolvimento	Itens por tamanho de CRAS		
	Metrópole / Grande porte / Médio porte	Pequeno porte II	Pequeno porte I
	CRAS para 5.000 famílias referenciadas	CRAS para 3.500 famílias referenciadas	CRAS para 2.500 famílias referenciadas
Superior	Nove ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • cinco ou mais profissionais de nível superior • quatro ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • dois assistentes sociais • um psicólogo • um coordenador de nível superior e estatutário 	Sete ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • quatro ou mais profissionais de nível superior • três ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social • um psicólogo • um coordenador de nível superior e estatutário 	Cinco ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • três ou mais profissionais de nível superior • dois ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social • um coordenador de nível superior e estatutário
Suficiente	Oito ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • quatro ou mais de profissionais de nível superior • quatro ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • dois assistentes sociais • um psicólogo 	Seis ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • três ou mais profissionais de nível superior • três ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social 	Quatro ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • dois ou mais profissionais de nível superior • dois ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • um assistente social
Regular	Seis ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • quatro ou mais profissionais de nível superior 	Cinco ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • três ou mais profissionais de nível superior 	Quatro ou mais profissionais, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • dois ou mais profissionais de nível superior
Insuficiente	Menos de seis profissionais ou Menos de quatro com nível superior	Menos de cinco profissionais ou Menos de três com nível superior	Menos de quatro profissionais ou Menos de dois com nível superior

Fonte: MDS, 2007

Em relação à suficiência, ou seja, CRAS que estão no mínimo suficientes quanto à composição de seus recursos humanos, a situação verificada é a mais pessimista de todas as quatro dimensões analisadas: apenas 1/4 dos CRAS do país (21%) estão pelo menos de acordo com os critérios da NOB-RH/SUAS. Em contraponto, os outros 3/4 (três quartos) de CRAS estão divididos, quase que igualmente entre os graus de desenvolvimento regular e insuficiente. Nas tabelas 33 e 34 abaixo estão apresentados os resultados obtidos para essa dimensão nas perspectivas regional e de porte populacional, que demonstram realidades bastante diferenciadas.

Regionalmente, os percentuais encontrados de “suficiência” dos recursos humanos são bastante aproximados, variando entre 19% e 26%. Essa aproximação não se verifica para a “insuficiência”, uma vez que a Região Norte apresenta o maior percentual de CRAS insuficientes (54%) e o Nordeste o menor percentual (36%).

Na perspectiva de porte populacional, os CRAS dos municípios de Pequeno Porte I (com até 20 mil habitantes) que equivalem a 4,5% do total de CRAS e das Metrôpoles (mais de 900 mil habitantes), 6% do total de CRAS, ou seja, os opostos da distribuição, são aqueles que apresentam os maiores percentuais de “suficiência” em recursos humanos, 32,4% e 26,1% respectivamente. Esses percentuais se destacam também por serem bastante distanciados daqueles apresentados pelos outros portes, 14% para os municípios de Pequeno Porte II e 7% tanto para os municípios de Médio e Grande Porte.

Tabela 33: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Norte	N.Abs	164	71	62	8	305
	(%)	53,8	23,3	20,3	2,6	100,0
Nordeste	N.Abs	571	686	294	40	1591
	(%)	35,9	43,1	18,5	2,5	100,0
Sudeste	N.Abs	538	526	184	61	1309
	(%)	41,1	40,2	14,1	4,7	100,0
Sul	N.Abs	178	181	73	33	465
	(%)	38,3	38,9	15,7	7,1	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	115	88	68	6	277
	(%)	41,5	31,8	24,5	2,2	100,0
BRASIL	N.Abs	1566	1552	681	148	3947
	(%)	39,7	39,3	17,3	3,7	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 34: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos segundo porte populacional – 2007

Porte populacional do município		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	476	720	501	73	1770
	(%)	26,9	40,7	28,3	4,1	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	361	288	87	23	759
	(%)	47,6	37,9	11,5	3,0	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	219	119	18	6	362
	(%)	60,5	32,9	5,0	1,7	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	441	307	46	9	803
	(%)	54,9	38,2	5,7	1,1	100,0
Metrôpoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	69	118	29	37	253
	(%)	27,3	46,6	11,5	14,6	100,0
Total	N.Abs	1566	1552	681	148	3947
	(%)	39,7	39,3	17,3	3,7	100,0

Fonte: MDS, 2007

5.3 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: ATIVIDADES REALIZADAS

Considerando os normativos e orientações para as atividades e serviços a serem prestados no CRAS, a formulação do indicador para essa dimensão reflete a função precípua do CRAS, qual seja, o atendimento às famílias, dando-se atenção preferencial aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF).

Ante o exposto, o desenvolvimento do CRAS quanto às atividades realizadas é definida pela execução, no mínimo, das seguintes atividades:

Quadro 6: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão atividades realizadas

Graus de desenvolvimento	CRITÉRIOS - Atividades realizadas no CRAS
Superior (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias Orientação/acompanhamento para inserção no BPC Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional Busca ativa
Suficiente (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias Orientação/acompanhamento para inserção no BPC Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional
Regular (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias
Insuficiente (não realiza um dos itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias

Fonte: MDS, 2007

Os resultados obtidos com o cálculo desse indicador mostram que, em geral, quase 70% dos CRAS do país podem ser considerados suficientes ou superiores, sendo 2/3 (dois terços) destes superiores. Por outro lado, o terço restante da distribuição se concentra no grau de desenvolvimento regular, ou seja, mais próximo da “suficiência”, revelando um cenário bastante otimista.

Os percentuais de “suficiência” apresentados pelas regiões podem ser agrupados em três padrões: baixo para a Região Norte com 52%, médio para a Região Nordeste com 61% e alto para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em torno de 70% cada (Tabela 35).

Já a distribuição dos CRAS com condições no mínimo suficientes quanto às atividades realizadas se apresenta bem mais concentrada em relação aos portes populacionais dos municípios, variando em aproximadamente 12 pontos percentuais entre o percentual

mais alto, de 75% nos municípios de Grande Porte, e 63% para os municípios de Pequeno Porte I (Tabela 36).

Tabela 35: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Norte	N.Abs	33	114	68	90	305
	(%)	10,8	37,4	22,3	29,5	100,0
Nordeste	N.Abs	113	431	410	637	1591
	(%)	7,1	27,1	25,8	40,0	100,0
Sudeste	N.Abs	49	329	379	552	1309
	(%)	3,7	25,1	29,0	42,2	100,0
Sul	N.Abs	22	110	144	189	465
	(%)	4,7	23,7	31,0	40,6	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	22	60	68	127	277
	(%)	7,9	21,7	24,5	45,8	100,0
BRASIL	N.Abs	239	1044	1069	1595	3947
	(%)	6,1	26,5	27,1	40,4	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 36: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	139	517	517	597	1770
	(%)	7,9	29,2	29,2	33,7	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	46	209	211	293	759
	(%)	6,1	27,5	27,8	38,6	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	21	73	104	164	362
	(%)	5,8	20,2	28,7	45,3	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	26	173	196	408	803
	(%)	3,2	21,5	24,4	50,8	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	7	72	41	133	253
	(%)	2,8	28,5	16,2	52,6	100,0
Total	N.Abs	239	1044	1069	1595	3947
	(%)	6,1	26,5	27,1	40,4	100,0

Fonte: MDS, 2007

5.4 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS - DIMENSÃO: FUNCIONAMENTO

No caso desse componente, a definição da classificação “suficiente” tomou como referência a atuação do CRAS enquanto equipamento público de prestação de serviços à comunidade, com funcionamento padrão de oito horas diárias em cinco dias na semana. O quadro abaixo mostra as variações deste grau de desenvolvimento:

Quadro 7 – Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS – Dimensão funcionamento

Graus de Desenvolvimento	CRITÉRIOS - Quantidade de dias/horas de funcionamento do CRAS
Superior	5 dias na semana, e mais de 8 horas/dia ou mais de 5 dias na semana com 8 ou mais horas/dia
Suficiente	5 dias na semana e 8 horas/dia
Regular	5 dias na semana ou mais, com 6 ou 7 horas/dia
Insuficiente	Inferior a 5 dias na semana ou a 6 horas/dia

Fonte: MDS, 2007

Esse indicador apresentou os mais altos percentuais de “suficiência” dos CRAS. Em todo o Brasil 87% dos CRAS funcionam pelo menos 8 horas por dia em no mínimo 5 dias na semana. A Região Sudeste é única que apresenta percentual de “suficiência” acima de 90%, enquanto nenhuma das outras apresenta percentuais inferiores a 84%. Na perspectiva de porte populacional, pode-se dizer que os percentuais de “suficiência” quanto ao funcionamento dos CRAS aumenta com o aumento do porte populacional dos municípios (Tabelas 37 e 38).

Tabela 37: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao funcionamento segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Norte	N.Abs	12	38	200	55	305
	(%)	3,9	12,5	65,6	18,0	100,0
Nordeste	N.Abs	70	152	1184	185	1591
	(%)	4,4	9,6	74,4	11,6	100,0
Sudeste	N.Abs	27	99	928	255	1309
	(%)	2,1	7,6	70,9	19,5	100,0
Sul	N.Abs	16	51	366	32	465
	(%)	3,4	11,0	78,7	6,9	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	5	28	224	20	277
	(%)	1,8	10,1	80,9	7,2	100,0
BRASIL	N.Abs	130	368	2902	547	3947
	(%)	3,3	9,3	73,5	13,9	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 38: Indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao funcionamento segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	86	209	1321	154	1770
	(%)	4,9	11,8	74,6	8,7	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	19	81	579	80	759
	(%)	2,5	10,7	76,3	10,5	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	13	25	268	56	362
	(%)	3,6	6,9	74,0	15,5	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	10	41	562	190	803
	(%)	1,2	5,1	70,0	23,7	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	2	12	172	67	253
	(%)	0,8	4,7	68,0	26,5	100,0
Total	N.Abs	130	368	2902	547	3947
	(%)	3,3	9,3	73,5	13,9	100,0

Fonte: MDS, 2007

5.5 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS

A metodologia adotada para a construção do indicador sintético está baseada em uma perspectiva de estágios de desenvolvimento dos CRAS. Nessa opção, os CRAS estarão distribuídos em 10 estágios de desenvolvimento, elaborados em função da combinação dos graus de desenvolvimento apurados com o cálculo dos indicadores dimensionais.*

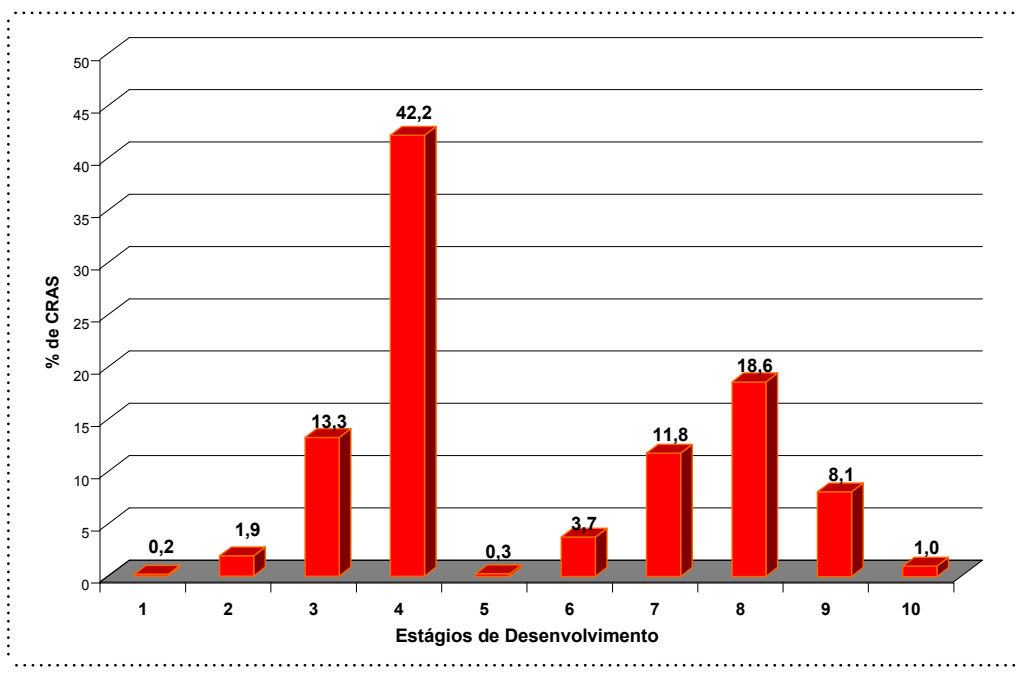
No quadro abaixo estão descritas as combinações dos graus de desenvolvimento dimensionais que definem cada um dos possíveis estágios dos CRAS, bem como o valor absoluto e o percentual de CRAS cadastrados no Brasil em cada estágio.

Quadro 8 – Indicador de desenvolvimento dos CRAS

Estágios	Quantitativo de CRAS		CRITÉRIOS
	N	%	
1	6	0,15	Quatro dimensões INSUFICIENTE
2	76	1,94	Três das quatro dimensões INSUFICIENTE
3	523	13,25	Duas das quatro dimensões INSUFICIENTE
4	1.665	42,18	Uma das quatro dimensões INSUFICIENTE
5	10	0,25	Todas as dimensões REGULAR
6	148	3,75	Três dimensões REGULAR e uma SUFICIENTE ou SUPERIOR
7	465	11,78	Duas dimensões REGULAR e duas SUFICIENTE ou SUPERIOR
8	734	18,60	Uma dimensão REGULAR e três SUFICIENTE ou SUPERIOR
9	318	8,05	Todas as dimensões no mínimo SUFICIENTE, exclusive as quatro dimensões SUPERIOR
10	2	0,05	Quatro dimensões SUPERIOR

* A perspectiva de estágios foi uma opção diferenciada à metodologia de índices sintéticos que variam entre 0 e 1, onde associações entre o valor do índice e os percentuais de evolução do CRAS não são válidos. Por exemplo, um CRAS com índice igual a 0,5 não pode ser atribuído a um CRAS que está "metade bom". Alguns testes com essa metodologia foram realizados e, por exemplo, CRAS que possuíam uma dimensão Insuficiente, ou seja, uma dimensão com problemas, alcançavam o valor 0,75, e não estavam em 75% da distribuição.

Gráfico 17: Percentual de CRAS distribuídos segundo o indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 estágios – Brasil – 2007



Fonte: MDS, 2007

Nessa abordagem por estágios de desenvolvimento o que se coloca para a orientação das ações do Ministério é a necessidade do desenho das metas para o aprimoramento desta política no país. Como primeiro exercício, os estágios poderiam ser analisados em três grupos, em função da complexidade das ações necessárias à adequação dos equipamentos:

- Estágios de 1 a 4 - um CRAS até o estágio 4 de desenvolvimento ainda apresenta alguma dimensão insuficiente e deve ser analisado com o objetivo de superação dessa condição, no sentido de garantir a qualidade dos serviços prestados;
- Estágios de 5 a 8 - um CRAS entre os estágios 5 e 8 é no mínimo regular em todas as dimensões, ou seja, deve-se pensar em melhoria nas suas condições para que as mesmas sejam no mínimo suficientes;
- Estágios 9 e 10 - um CRAS nos estágios 9 ou 10 é aquele que já é suficientes em todas as dimensões ou superior, e, sobre estes, as análises devem buscar exemplos;

Em especial, um CRAS “nota 10”, ou seja no estágio 10, é aquele que tem todas as dimensões superiores e representaria o nosso “modelo” de equipamento.

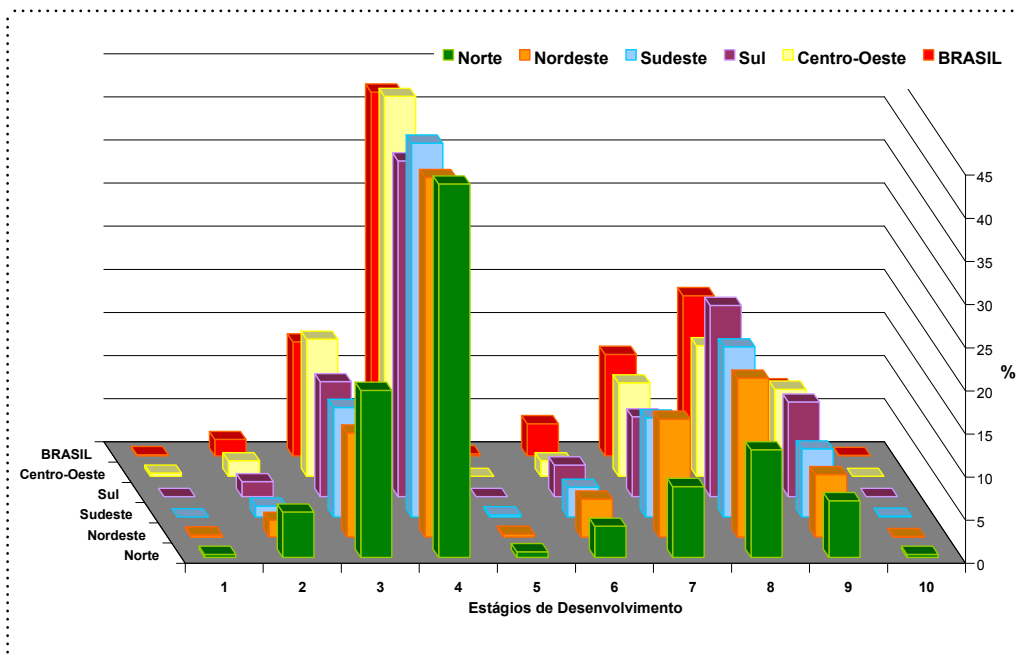
Em geral, os dados demonstram que a maioria dos CRAS (57,5%) estão distribuídos até o estágio 4, ou seja, possuem alguma dimensão em situação insuficiente. Entretanto, 3/4 desses possuem apenas uma dimensão insuficiente, orientando que os esforços

para as melhorias necessárias de situação dos CRAS, podem ser concentrados, e em sua maioria em questões relacionadas à dimensão de Recursos Humanos. Por outro lado, no estágio 8, 18,6% dos CRAS estão muito próximo da condição suficiente ou superior, com apenas uma dimensão regular, muito próximos das situações consideradas como suficientes para o funcionamento do equipamento.

Na seqüência, estão apresentados os gráficos 18 e 19 e as tabelas 39 e 40 com as distribuições dos resultados desse indicador sintético considerando as dimensões regional e de porte populacional, como todo o padrão do capítulo.

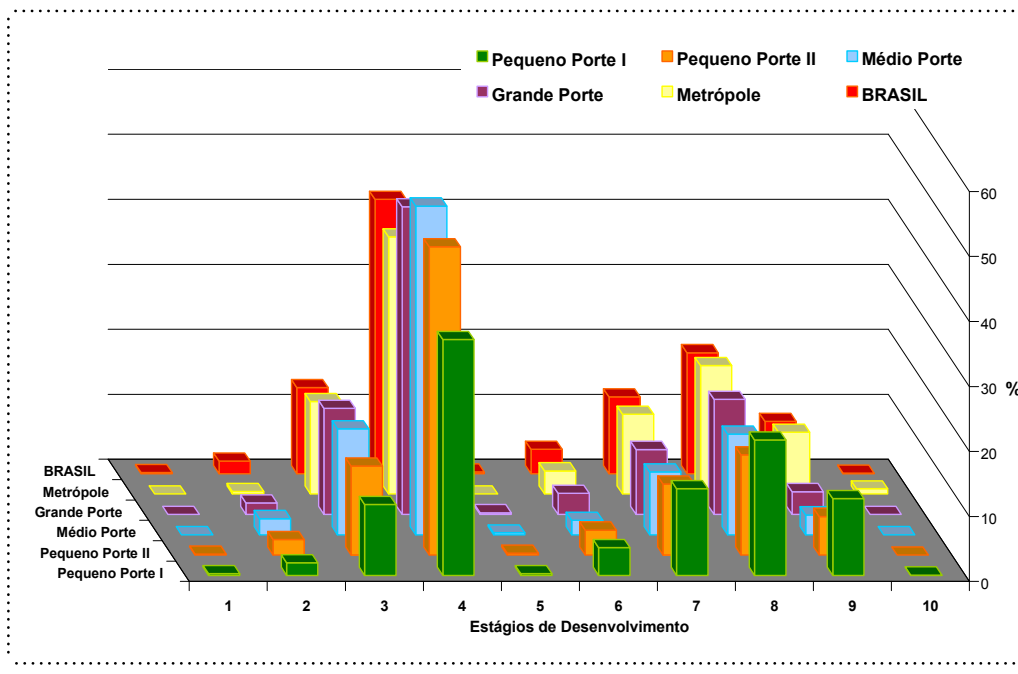
Considerando os extremos da distribuição dos CRAS entre os estágios e em relação à sua localização das perspectivas destacas, vale destacar que os 2 CRAS do estágio 10 são equipamentos situados em duas metrópoles, as capitais do Pará e do Rio de Janeiro. Já os 6 CRAS do estágio 1, estão concentrados na Região Nordeste e em municípios pequenos: 4 na Região Nordeste, 1 na Norte e 1 na Centro-Oeste; 5 em municípios de Pequeno porte I e 1 em Pequeno porte II.

Gráfico 18: Percentual de CRAS distribuídos segundo o indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 estágios – Grandes Regiões – 2007



Fonte: MDS, 2007

Gráfico 17: Percentual de CRAS distribuídos segundo o indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 estágios – Portes populacionais – 2007



Fonte: MDS, 2007

Tabela 39: Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2007

Grande Região		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Norte	N.Abs	1	16	59	132	2	11	25	38	20	1	305
	(%)	0,3	5,2	19,3	43,3	0,7	3,6	8,2	12,5	6,6	0,3	100,0
Nordeste	N.Abs	4	31	192	663	5	70	217	293	116	0	1591
	(%)	0,3	1,9	12,1	41,7	0,3	4,4	13,6	18,4	7,3	0,0	100,0
Sudeste	N.Abs	0	16	166	567	3	45	150	258	103	1	1309
	(%)	0,0	1,2	12,7	43,3	0,2	3,4	11,5	19,7	7,9	0,08	100,0
Sul	N.Abs	0	8	62	181	0	17	43	103	51	0	465
	(%)	0,0	1,7	13,3	38,9	0,0	3,7	9,2	22,2	10,97	0,00	100,0
Centro-Oeste	N.Abs	1	5	44	122	0	5	30	42	28	0	277
	(%)	0,4	1,8	15,9	44,0	0,0	1,8	10,8	15,2	10,11	0,00	100,0
Total	N.Abs	6	76	523	1665	10	148	465	734	318	2	3947
	(%)	0,2	1,9	13,3	42,2	0,3	3,7	11,8	18,6	8,10	1,00	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela 40: Indicador de desenvolvimento dos CRAS segundo porte populacional - 2007

Porte populacional do município		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Pequeno Porte I (até 20.000 hab)	N.Abs	5	34	193	642	5	76	236	369	210	0	1770
	(%)	0,3	1,9	10,9	36,3	0,3	4,3	13,3	20,8	11,9	0,0	100,0
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab)	N.Abs	1	18	104	360	2	29	83	117	45	0	759
	(%)	0,1	2,4	13,7	47,4	0,3	3,8	10,9	15,4	5,9	0,0	100,0
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab)	N.Abs	0	9	59	183	1	8	35	56	11	0	362
	(%)	0,0	2,5	16,3	50,6	0,3	2,2	9,7	15,5	3,0	0,0	100,0
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab)	N.Abs	0	14	131	380	2	26	80	142	28	0	803
	(%)	0,0	1,7	16,3	47,3	0,2	3,2	10,0	17,7	3,5	0,0	100,0
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	N.Abs	0	1	36	100	0	9	31	50	24	2	253
	(%)	0,0	0,4	14,2	39,5	0,0	3,6	12,3	19,8	9,5	0,8	100,0
Total	N.Abs	6	76	523	1.665	10	148	465	734	318	2	3.947
	(%)	0,2	1,9	13,3	42,2	0,3	3,7	11,8	18,6	8,1	0,1	100,0

Fonte: MDS, 2007

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento pressupõe o acompanhamento contínuo de informações sobre a implementação das políticas públicas. No caso dos CRAS, esse processo ainda está em construção e suas próximas fases estarão associadas à elaboração de indicadores que orientarão a rotina de coleta de dados para o monitoramento dos serviços de proteção social básica prestados nesses equipamentos.

O relatório reflete o grande sucesso da primeira iniciativa de monitoramento dos CRAS, tendo como fator positivo de destaque a parceria estabelecida entre o MDS e os estados e municípios, com grande envolvimento dos gestores locais, especialmente na coleta dos dados. A articulação com os estados garantiu o levantamento de informações de forma integrada, mesmo naqueles onde o preenchimento dos formulários foi de responsabilidade dos municípios.

Essa primeira fase contou com o desenvolvimento de uma ferramenta eletrônica de coleta de dados, dinâmica e de fácil adaptação para as novas etapas do monitoramento. Nesse sentido, também foi desenvolvida uma ferramenta de visualização das informações coletadas em tempo real, possibilitando ajustes necessários e o acesso imediato dos estados às informações coletadas.

Em relação ao conteúdo das informações coletadas, a primeira fase estabelece a linha de base para o monitoramento, focalizando os aspectos estruturais dos CRAS. As próximas etapas devem avançar não só no que se refere às condições de adequação dos equipamentos, mas para abarcar também o monitoramento dos serviços neles prestados.

Os resultados apresentados no relatório revelam desafios para a melhoria das condições de adequação dos CRAS e já vêm sendo utilizados para orientar ações da SNAS, tanto com relação aos recursos repassados a esses equipamentos quanto para a organização de outros serviços de proteção social básica.

ANEXO 1 - DADOS ESTADUAIS

Tabela A-1: Situação do CRAS segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação		Em funcionamento	Em processo de implantação	Total
Rondônia	N.Abs	33	3	36
	%	91,7	8,4	100,0
Acre	N.Abs	22	1	23
	%	95,7	4,3	100,0
Amazonas	N.Abs	65	1	66
	%	98,5	1,5	100,0
Roraima	N.Abs	10	1	11
	%	90,9	9,1	100,0
Pará	N.Abs	126	9	135
	%	93,3	6,7	100,0
Amapá	N.Abs	10	0	10
	%	100,0	0	100,0
Tocantins	N.Abs	39	16	55
	%	70,9	29,1	100,0
Maranhão	N.Abs	202	8	210
	%	96,2	3,8	100,0
Piauí	N.Abs	142	10	152
	%	93,4	6,6	100,0
Ceará	N.Abs	227	5	232
	%	97,8	2,2	100,0
Rio Grande do Norte	N.Abs	129	0	129
	%	100,0	0	100,0
Paraíba	N.Abs	181	2	183
	%	98,9	1,1	100,0
Pernambuco	N.Abs	202	7	209
	%	96,7	3,4	100,0
Alagoas	N.Abs	101	0	101
	%	100,0	0	100,0
Sergipe	N.Abs	76	8	84
	%	90,5	9,5	100,0
Bahia	N.Abs	331	8	339
	%	97,6	2,4	100,0
Minas Gerais	N.Abs	453	40	493
	%	91,9	8,1	100,0
Espírito Santo	N.Abs	77	2	79
	%	97,5	2,5	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	239	12	251
	%	95,2	4,8	100,0
São Paulo	N.Abs	540	31	571
	%	94,6	5,5	100,0
Paraná	N.Abs	238	22	260
	%	91,5	8,4	100,0
Santa Catarina	N.Abs	68	7	75
	%	90,7	9,3	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	159	17	176
	%	90,3	9,7	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	85	4	89
	%	95,5	4,5	100,0
Mato Grosso	N.Abs	73	18	91
	%	80,2	19,8	100,0
Goiás	N.Abs	103	3	106
	%	97,2	2,8	100,0
Distrito Federal	N.Abs	16	0	16
	%	100,0	0	100,0
Total	N.Abs	3.947	235	4.182
	%	94,4	5,6	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-2: Fonte de financiamento* do CRAS segundo unidades da federação – 2007

Unidade da federação		Federal	Estadual	Municipal
Rondônia	N.Abs	33	2	17
	%	100,0	6,1	51,5
Acre	N.Abs	21	0	15
	%	95,5	0,0	68,2
Amazonas	N.Abs	64	8	53
	%	98,5	12,3	81,5
Roraima	N.Abs	10	0	10
	%	100,0	0,0	100,0
Pará	N.Abs	123	2	108
	%	97,6	1,6	85,7
Amapá	N.Abs	10	0	9
	%	100,0	0,0	90,0
Tocantins	N.Abs	34	0	39
	%	87,2	0,0	100,0
Maranhão	N.Abs	198	3	150
	%	98,0	1,5	74,3
Piauí	N.Abs	136	2	123
	%	95,8	1,4	86,6
Ceará	N.Abs	204	1	209
	%	89,9	0,4	92,1
Rio Grande do Norte	N.Abs	128	1	120
	%	99,2	0,8	93,0
Paraíba	N.Abs	181	0	148
	%	100,0	0,0	81,8
Pernambuco	N.Abs	180	30	130
	%	89,1	14,9	64,4
Alagoas	N.Abs	99	1	81
	%	98,0	1,0	80,2
Sergipe	N.Abs	64	0	54
	%	84,2	0,0	71,1
Bahia	N.Abs	329	5	272
	%	99,4	1,5	82,2
Minas Gerais	N.Abs	330	188	372
	%	72,8	41,5	82,1
Espírito Santo	N.Abs	54	30	67
	%	70,1	39,0	87,0
Rio de Janeiro	N.Abs	177	52	207
	%	74,1	21,8	86,6
São Paulo	N.Abs	370	149	527
	%	68,5	27,6	97,6
Paraná	N.Abs	131	13	224
	%	55,0	5,5	94,1
Santa Catarina	N.Abs	44	0	67
	%	64,7	0,0	98,5
Rio Grande do Sul	N.Abs	100	0	157
	%	62,9	0,0	98,7
Mato Grosso do Sul	N.Abs	70	10	78
	%	82,4	11,8	91,8
Mato Grosso	N.Abs	52	1	66
	%	71,2	1,4	90,4
Goiás	N.Abs	95	0	81
	%	92,2	0,0	78,6
Distrito Federal	N.Abs	10	16	0
	%	62,5	100,0	0,0
Total	N.Abs	3.247	498	3.384
	%	82,3	12,6	85,7

*O financiamento dos CRAS pode ter mais de uma fonte

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-3: Principal fonte de financiamento do CRAS segundo unidades da federação – 2007

Unidade da federação		Federal	Estadual	Municipal	Total
Rondônia	N. Abs.	32	0	1	33
	%	97,0	0,0	3,0	100
Acre	N. Abs.	21	0	1	22
	%	95,5	0,0	4,5	100
Amazonas	N. Abs.	43	0	22	65
	%	66,2	0,0	33,8	100
Roraima	N. Abs.	10	0	0	10
	%	100,0	0,0	0,0	100
Pará	N. Abs.	111	0	15	126
	%	88,1	0,0	11,9	100,0
Amapá	N. Abs.	10	0	0	10
	%	100,0	0,0	0,0	100,0
Tocantins	N. Abs.	34	0	5	39
	%	87,2	0,0	12,8	100,0
Maranhão	N. Abs.	191	1	10	202
	%	94,6	0,5	5,0	100,0
Piauí	N. Abs.	131	0	11	142
	%	92,3	0,0	7,7	100,0
Ceará	N. Abs.	189	0	38	227
	%	83,3	0,0	16,7	100,0
Rio Grande do Norte	N. Abs.	127	0	2	129
	%	98,4	0,0	1,6	100,0
Paraíba	N. Abs.	176	0	5	181
	%	97,2	0,0	2,8	100,0
Pernambuco	N. Abs.	168	6	28	202
	%	83,2	3,0	13,9	100,0
Alagoas	N. Abs.	98	0	3	101
	%	97,0	0,0	3,0	100,0
Sergipe	N. Abs.	53	0	23	76
	%	69,7	0,0	30,3	100,0
Bahia	N. Abs.	313	0	18	331
	%	94,6	0,0	5,4	100,0
Minas Gerais	N. Abs.	278	50	125	453
	%	61,4	11,0	27,6	100,0
Espírito Santo	N. Abs.	40	14	23	77
	%	51,9	18,2	29,9	100,0
Rio de Janeiro	N. Abs.	141	30	68	239
	%	59,0	12,6	28,5	100,0
São Paulo	N. Abs.	158	1	381	540
	%	29,3	0,2	70,6	100,0
Paraná	N. Abs.	88	5	145	238
	%	37,0	2,1	60,9	100,0
Santa Catarina	N. Abs.	43	0	25	68
	%	63,2	0,0	36,8	100,0
Rio Grande do Sul	N. Abs.	79	0	80	159
	%	49,7	0,0	50,3	100,0
Mato Grosso do Sul	N. Abs.	57	0	28	85
	%	67,1	0,0	32,9	100,0
Mato Grosso	N. Abs.	10	1	62	73
	%	13,7	1,4	84,9	100,0
Goiás	N. Abs.	82	0	21	103
	%	79,6	0,0	20,4	100,0
Distrito Federal	N. Abs.	0	16	0	16
	%	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	N. Abs.	2683	108	1140	3947
	%	68,0	2,7	28,9	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-4: Como foi realizado levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo unidades da federação – 2007

Unidade da federação	Informações obtidas pela área da saúde	Estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades)	Dados estatísticos do IBGE	Dados do Cadastro Único	Dados sobre os beneficiários do BPC	Dados da Rede SUAS	Não houve levantamento
Rondônia	N.Abs 8 % 24,2	10 30,3	10 30,3	23 69,7	13 39,4	8 24,2	3 9,1
Acre	N.Abs 1 % 4,5	16 72,7	1 4,5	14 63,6	2 9,1	0 0,0	0 0
Amazonas	N.Abs 20 % 30,8	38 58,5	13 20,0	37 56,9	21 32,3	7 10,8	5 7,7
Roraima	N.Abs 2 % 20,0	2 20,0	1 10,0	5 50,0	1 10,0	1 10,0	4 40
Pará	N.Abs 33 % 26,2	93 73,8	32 25,4	55 43,7	28 22,2	13 10,3	2 1,6
Amapá	N.Abs 0 % 0,0	2 20,0	0 0,0	3 30,0	1 10,0	0 0,0	6 60
Tocantins	N.Abs 2 % 5,1	15 38,5	0 0,0	1 2,6	0 0,0	0 0,0	24 61,5
Maranhão	N.Abs 94 % 46,5	120 59,4	67 33,2	159 78,7	88 43,6	53 26,2	4 2
Piauí	N.Abs 76 % 53,5	83 58,5	49 34,5	119 83,8	63 44,4	38 26,8	6 4,2
Ceará	N.Abs 115 % 50,7	141 62,1	44 19,4	162 71,4	47 20,7	29 12,8	8 3,5
Rio Grande do Norte	N.Abs 42 % 32,6	77 59,7	48 37,2	20 15,5	5 3,9	7 5,4	33 25,6
Paraíba	N.Abs 94 % 51,9	130 71,8	50 27,6	123 68,0	53 29,3	22 12,2	1 0,6
Pernambuco	N.Abs 102 % 50,5	154 76,2	57 28,2	123 60,9	70 34,7	36 17,8	1 0,5
Alagoas	N.Abs 48 % 47,5	68 67,3	42 41,6	65 64,4	29 28,7	9 8,9	2 2
Sergipe	N.Abs 8 % 10,5	40 52,6	4 5,3	18 23,7	2 2,6	2 2,6	19 25
Bahia	N.Abs 135 % 40,8	228 68,9	82 24,8	194 58,6	98 29,6	54 16,3	11 3,3
Minas Gerais	N.Abs 242 % 53,4	306 67,5	135 29,8	319 70,4	175 38,6	73 16,1	22 4,9
Espírito Santo	N.Abs 33 % 42,9	46 59,7	27 35,1	33 42,9	13 16,9	19 24,7	6 7,8

Tabela A-4: Como foi realizado levantamento da situação de vulnerabilidade do território segundo unidades da federação – 2007 (continuação)

Rio de Janeiro	N.Abs %	69 28,9	202 84,5	106 44,4	79 33,1	40 16,7	30 12,6	10 4,2
São Paulo	N.Abs %	191 35,4	422 78,1	276 51,1	352 65,2	203 37,6	161 29,8	13 2,4
Paraná	N.Abs %	91 38,2	149 62,6	120 50,4	177 74,4	106 44,5	61 25,6	23 9,7
Santa Catarina	N.Abs %	24 35,3	55 80,9	28 41,2	41 60,3	9 13,2	11 16,2	0 0
Rio Grande do Sul	N.Abs %	53 33,3	94 59,1	40 25,2	83 52,2	36 22,6	37 23,3	9 5,7
Mato Grosso do Sul	N.Abs %	18 21,2	72 84,7	11 12,9	33 38,8	19 22,4	16 18,8	2 2,4
Mato Grosso	N.Abs %	23 31,5	47 64,4	23 31,5	47 64,4	18 24,7	4 5,5	4 5,5
Goiás	N.Abs %	45 43,7	55 53,4	27 26,2	56 54,4	40 38,8	35 34,0	13 12,6
Distrito Federal	N.Abs %	7 43,8	11 68,8	14 87,5	2 12,5	15 93,8	1 6,3	0 0
Total	N.Abs %	1.576 39,9	2.676 67,8	1.307 33,1	2.343 59,4	1.195 30,3	727 18,4	231 5,9

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-5: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação	N.Abs	%	Assistentes sociais	Psicólogos	Pedagogos	Outros profissionais de nível superior	Estagiários cursando graduação	Profissionais de nível médio	Profissionais de nível fundamental	Total de Funcionários
Rondônia	30	24,4	31	12	6	3	27	14	123	
			25,2	9,8	4,9	2,4	22	11,4	100,0	
Acre	9	18	13,3	8	14	39	36	11	135	
			6,7	5,9	10,4	28,9	26,7	8,1	100,0	
Amazonas	99	65	12,3	9	26	82	187	59	527	
			18,8	1,7	4,9	15,6	35,5	11,2	100,0	
Roraima	11	11	22,4	1	1	0	16	9	49	
			22,4	2	2	0	32,7	18,4	100,0	
Pará	195	126	11,9	68	50	21	391	206	1.057	
			18,4	6,4	4,7	2	37	19,5	100,0	
Amapá	16	15	34,1	1	1	0	11	0	44	
			36,4	2,3	2,3	0	25	0	100,0	
Tocantins	37	34	23,6	5	14	0	44	10	144	
			25,7	3,5	9,7	0	30,6	6,9	100,0	
Maranhão	305	228	20,5	48	59	35	299	136	1.110	
			27,5	4,3	5,3	3,2	26,9	12,3	100,0	
Piauí	202	162	21,6	20	78	10	193	84	749	
			27,0	2,7	10,4	1,3	25,8	11,2	100,0	
Ceará	360	268	16,9	119	103	47	488	204	1.589	
			22,7	7,5	6,5	3	30,7	12,8	100,0	
Rio Grande do Norte	196	167	26,2	27	74	12	122	40	638	
			30,7	4,2	11,6	1,9	19,1	6,3	100,0	
Paráiba	296	256	25,4	31	54	22	239	109	1.007	
			29,4	3,1	5,4	2,2	23,7	10,8	100,0	
Pernambuco	276	230	21,4	53	72	18	333	95	1.077	
			25,6	4,9	6,7	1,7	30,9	8,8	100,0	
Alagoas	151	119	27,5	7	11	2	113	30	433	
			34,9	1,6	2,5	0,5	26,1	6,9	100,0	
Sergipe	125	87	16,4	28	12	29	151	99	531	
			23,5	5,3	2,3	5,5	28,4	18,6	100,0	
Bahia	499	380	24	61	100	40	406	100	1.586	
			31,5	3,8	6,3	2,5	25,6	6,3	100,0	

Tabela A-5: Área de formação dos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007 (continuação)

Minas Gerais	N.Abs	637	511	72	238	196	763	234	2.651
	%	24,0	19,3	2,7	9	7,4	28,8	8,8	100,0
Espírito Santo	N.Abs	128	76	12	45	47	139	52	499
	%	25,7	15,2	2,4	9	9,4	27,9	10,4	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	669	299	51	131	118	674	352	2.294
	%	29,2	13	2,2	5,7	5,1	29,4	15,3	100,0
São Paulo	N.Abs	1.085	519	164	305	474	978	468	3.993
	%	27,2	13	4,1	7,6	11,9	24,5	11,7	100,0
Paraná	N.Abs	395	194	71	106	262	475	111	1.614
	%	24,5	12	4,4	6,6	16,2	29,4	6,9	100,0
Santa Catarina	N.Abs	98	70	14	33	28	87	15	345
	%	28,4	20,3	4,1	9,6	8,1	25,2	4,3	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	261	158	52	121	74	283	93	1.042
	%	25,0	15,2	5	11,6	7,1	27,2	8,9	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	113	105	41	37	20	147	61	524
	%	21,6	20	7,8	7,1	3,8	28,1	11,6	100,0
Mato Grosso	N.Abs	107	57	21	42	1	137	22	387
	%	27,6	14,7	5,4	10,9	0,3	35,4	5,7	100,0
Goiás	N.Abs	143	117	50	45	16	191	54	616
	%	23,2	19	8,1	7,3	2,6	31	8,8	100,0
Distrito Federal	N.Abs	24	18	0	3	0	122	175	342
	%	7,0	5,3	0	0,9	0	35,7	51,2	100,0
Total	N.Abs	6.467	4.321	1.046	1.781	1.596	7.052	2.843	25.106
	%	25,8	17,2	4,2	7,1	6,4	28,1	11,3	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-6: Tipo de vínculo empregatício dos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação		Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente	Total
Rondônia	N.Abs	40	35	20	28	123
	%	32,5	28,5	16,3	22,8	100,0
Acre	N.Abs	7	3	12	113	135
	%	5,2	2,2	8,9	83,7	100,0
Amazonas	N.Abs	60	36	74	357	527
	%	11,4	6,8	14,0	67,7	100,0
Roraima	N.Abs	5	0	5	39	49
	%	10,2	0,0	10,2	79,6	100,0
Pará	N.Abs	287	33	237	500	1.057
	%	27,2	3,1	22,4	47,3	100,0
Amapá	N.Abs	2	1	3	38	44
	%	4,5	2,3	6,8	86,4	100,0
Tocantins	N.Abs	36	0	26	82	144
	%	25,0	0,0	18,1	56,9	100,0
Maranhão	N.Abs	92	56	208	749	1.105
	%	8,3	5,1	18,8	67,8	100,0
Piauí	N.Abs	96	86	152	415	749
	%	12,8	11,5	20,3	55,4	100,0
Ceará	N.Abs	392	197	101	899	1.589
	%	24,7	12,4	6,4	56,6	100,0
Rio Grande do Norte	N.Abs	51	20	17	550	638
	%	8,0	3,1	2,7	86,2	100,0
Paraíba	N.Abs	94	59	122	728	1.003
	%	9,4	5,9	12,2	72,6	100,0
Pernambuco	N.Abs	120	63	181	713	1.077
	%	11,1	5,8	16,8	66,2	100,0
Alagoas	N.Abs	79	24	24	306	433
	%	18,2	5,5	5,5	70,7	100,0
Sergipe	N.Abs	142	48	81	260	531
	%	26,7	9,0	15,3	49,0	100,0
Bahia	N.Abs	215	117	141	1.113	1.586
	%	13,6	7,4	8,9	70,2	100,0
Minas Gerais	N.Abs	636	311	234	1.473	2.654
	%	24,0	11,7	8,8	55,5	100,0
Espírito Santo	N.Abs	78	83	112	226	499
	%	15,6	16,6	22,4	45,3	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	665	486	138	1.005	2.294
	%	29,0	21,2	6,0	43,8	100,0
São Paulo	N.Abs	1.399	1.056	373	1.167	3.995
	%	35,0	26,4	9,3	29,2	100,0
Paraná	N.Abs	752	197	217	448	1.614
	%	46,6	12,2	13,4	27,8	100,0
Santa Catarina	N.Abs	100	139	14	92	345
	%	29,0	40,3	4,1	26,7	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	381	129	188	344	1.042
	%	36,6	12,4	18,0	33,0	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	171	126	74	153	524
	%	32,6	24,0	14,1	29,2	100,0
Mato Grosso	N.Abs	125	51	55	156	387
	%	32,3	13,2	14,2	40,3	100,0
Goiás	N.Abs	115	26	188	287	616
	%	18,7	4,2	30,5	46,6	100,0
Distrito Federal	N.Abs	328	0	14	0	342
	%	95,9	0,0	4,1	0,0	100,0
Total	N.Abs	6.468	3.382	3.011	12.241	25.102
	%	25,8	13,5	12,0	48,8	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-7: Função desempenhada pelos funcionários do CRAS segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação		Coordenador	Técnico de nível superior	Técnico de nível médio	Apoio administrativo	Total
Rondônia	N.Abs	19	61	11	32	123
	%	15,4	49,6	8,9	26,0	100,0
Acre	N.Abs	21	32	65	17	135
	%	15,6	23,7	48,1	12,6	100,0
Amazonas	N.Abs	56	138	84	249	527
	%	10,6	26,2	15,9	47,2	100,0
Roraima	N.Abs	6	21	2	20	49
	%	12,2	42,9	4,1	40,8	100,0
Pará	N.Abs	114	327	224	392	1.057
	%	10,8	30,9	21,2	37,1	100,0
Amapá	N.Abs	8	25	3	8	44
	%	18,2	56,8	6,8	18,2	100,0
Tocantins	N.Abs	30	74	8	32	144
	%	20,8	51,4	5,6	22,2	100,0
Maranhão	N.Abs	157	510	87	354	1.108
	%	14,2	46,0	7,9	31,9	100,0
Piauí	N.Abs	119	339	52	239	749
	%	15,9	45,3	6,9	31,9	100,0
Ceará	N.Abs	190	622	125	652	1.589
	%	12,0	39,1	7,9	41,0	100,0
Rio Grande do Norte	N.Abs	78	357	49	154	638
	%	12,2	56,0	7,7	24,1	100,0
Paraíba	N.Abs	116	510	126	255	1.007
	%	11,5	50,6	12,5	25,3	100,0
Pernambuco	N.Abs	149	503	95	330	1.077
	%	13,8	46,7	8,8	30,6	100,0
Alagoas	N.Abs	79	202	43	109	433
	%	18,2	46,7	9,9	25,2	100,0
Sergipe	N.Abs	66	213	92	160	531
	%	12,4	40,1	17,3	30,1	100,0
Bahia	N.Abs	244	793	143	406	1.586
	%	15,4	50,0	9,0	25,6	100,0
Minas Gerais	N.Abs	357	1.103	307	875	2.642
	%	13,5	41,7	11,6	33,1	100,0
Espírito Santo	N.Abs	55	203	71	170	499
	%	11,0	40,7	14,2	34,1	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	176	952	337	825	2.290
	%	7,7	41,6	14,7	36,0	100,0
São Paulo	N.Abs	411	1.626	577	1.355	3.969
	%	10,4	41,0	14,5	34,1	100,0
Paraná	N.Abs	158	554	319	495	1.526
	%	10,4	36,3	20,9	32,4	100,0
Santa Catarina	N.Abs	50	163	50	82	345
	%	14,5	47,2	14,5	23,8	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	150	446	175	271	1.042
	%	14,4	42,8	16,8	26,0	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	71	221	77	155	524
	%	13,5	42,2	14,7	29,6	100,0
Mato Grosso	N.Abs	49	178	65	95	387
	%	12,7	46,0	16,8	24,5	100,0
Goiás	N.Abs	73	280	131	132	616
	%	11,9	45,5	21,3	21,4	100,0
Distrito Federal	N.Abs	16	32	58	236	342
	%	4,7	9,4	17,0	69,0	100,0
Total	N.Abs	3.018	10.485	3.376	8.100	24.979
	%	12,1	42,0	13,5	32,4	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-8: Situação do Imóvel onde se localiza o CRAS segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação		Próprio da prefeitura municipal	Alugado pela prefeitura municipal	Cedido para a prefeitura municipal	Outro	Total
Rondônia	N.Abs	10	20	3	0	33
	%	30,3	60,6	9,1	0,0	100,0
Acre	N.Abs	9	11	2	0	22
	%	40,9	50,0	9,1	0,0	100,0
Amazonas	N.Abs	44	16	5	0	65
	%	67,7	24,6	7,7	0,0	100,0
Roraima	N.Abs	5	2	3	0	10
	%	50,0	20,0	30,0	0,0	100,0
Pará	N.Abs	56	61	7	2	126
	%	44,4	48,4	5,6	1,6	100,0
Amapá	N.Abs	2	2	3	3	10
	%	20,0	20,0	30,0	30,0	100,0
Tocantins	N.Abs	8	29	2	0	39
	%	20,5	74,4	5,1	0,0	100,0
Maranhão	N.Abs	49	142	8	3	202
	%	24,3	70,3	4,0	1,5	100,0
Piauí	N.Abs	55	76	9	2	142
	%	38,7	53,5	6,3	1,4	100,0
Ceará	N.Abs	99	114	14	0	227
	%	43,6	50,2	6,2	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	N.Abs	28	90	9	2	129
	%	21,7	69,8	7,0	1,6	100,0
Paraíba	N.Abs	60	114	7	0	181
	%	33,1	63,0	3,9	0,0	100,0
Pernambuco	N.Abs	48	135	10	9	202
	%	23,8	66,8	5,0	4,5	100,0
Alagoas	N.Abs	26	67	6	2	101
	%	25,7	66,3	5,9	2,0	100,0
Sergipe	N.Abs	31	39	6	0	76
	%	40,8	51,3	7,9	0,0	100,0
Bahia	N.Abs	90	219	12	10	331
	%	27,2	66,2	3,6	3,0	100,0
Minas Gerais	N.Abs	130	286	29	8	453
	%	28,7	63,1	6,4	1,8	100,0
Espírito Santo	N.Abs	24	36	9	8	77
	%	31,2	46,8	11,7	10,4	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	93	108	28	10	239
	%	38,9	45,2	11,7	4,2	100,0
São Paulo	N.Abs	268	219	45	8	540
	%	49,6	40,6	8,3	1,5	100,0
Paraná	N.Abs	161	48	21	8	238
	%	67,6	20,2	8,8	3,4	100,0
Santa Catarina	N.Abs	40	14	13	1	68
	%	58,8	20,6	19,1	1,5	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	94	44	18	3	159
	%	59,1	27,7	11,3	1,9	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	56	23	6	0	85
	%	65,9	27,1	7,1	0,0	100,0
Mato Grosso	N.Abs	52	13	6	2	73
	%	71,2	17,8	8,2	2,7	100,0
Goiás	N.Abs	49	44	7	3	103
	%	47,6	42,7	6,8	2,9	100,0
Distrito Federal	N.Abs	12	2	2	0	16
	%	75,0	12,5	12,5	0,0	100,0
Total	N.Abs	1.599	1.974	290	84	3.947
	%	40,5	50,0	7,3	2,1	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-9: Compartilhamento do segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação	Não, é exclusivo		Compartilhado com secretaria ou outra unidade da assistência social	Compartilhado com unidade da saúde	Compartilhado com unidade da educação	Compartilhado com uma associação comunitária	Compartilhado com o conselho municipal de assistência social	Compartilhado com outros serviços públicos	Total
	N.Abs	%							
Rondônia	13	39,4	10	0	0	2	2	6	33
	N.Abs	%	30,3	0,0	0,0	6,1	6,1	18,2	100,0
Acre	12	54,5	6	0	0	0	0	4	22
	N.Abs	%	27,3	0,0	0,0	0,0	0,0	18,2	100,0
Amazonas	22	33,8	23	2	2	2	0	14	65
	N.Abs	%	35,4	3,1	3,1	3,1	0,0	21,5	100,0
Roraima	3	30,0	2	0	0	0	0	5	10
	N.Abs	%	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	100,0
Pará	85	67,5	15	2	4	3	2	15	126
	N.Abs	%	11,9	1,6	3,2	2,4	1,6	11,9	100,0
Amapá	2	20,0	4	1	2	0	0	1	10
	N.Abs	%	40,0	10,0	20,0	0,0	0,0	10,0	100,0
Tocantins	30	76,9	2	1	0	0	0	6	39
	N.Abs	%	5,1	2,6	0,0	0,0	0,0	15,4	100,0
Maranhão	148	73,3	26	6	1	2	5	14	202
	N.Abs	%	12,9	3,0	0,5	1,0	2,5	6,9	100,0
Piauí	95	66,9	31	3	2	0	2	9	142
	N.Abs	%	21,8	2,1	1,4	0,0	1,4	6,3	100,0
Ceará	132	58,1	47	6	4	1	5	32	227
	N.Abs	%	20,7	2,6	1,8	0,4	2,2	14,1	100,0
Rio Grande do Norte	80	62,0	40	0	0	0	2	7	129
	N.Abs	%	31,0	0,0	0,0	0,0	1,6	5,4	100,0
Paraíba	116	64,1	46	0	0	0	8	11	181
	N.Abs	%	25,4	0,0	0,0	0,0	4,4	6,1	100,0
Pernambuco	121	59,9	45	3	2	1	2	28	202
	N.Abs	%	22,3	1,5	1,0	0,5	1,0	13,9	100,0
Alagoas	80	79,2	13	0	3	0	0	5	101
	N.Abs	%	12,9	0,0	3,0	0,0	0,0	5,0	100,0
Sergipe	48	63,2	16	0	6	0	1	5	76
	N.Abs	%	21,1	0,0	7,9	0,0	1,3	6,6	100,0
Bahia	238	71,9	38	2	1	7	9	36	331
	N.Abs	%	11,5	0,6	0,3	2,1	2,7	10,9	100,0

Tabela A-9: Compartilhamento do segundo unidades da federação - 2007 (continuação)

Minas Gerais	N.Abs	243	118	6	12	2	7	65	453
	%	53,6	26,0	1,3	2,6	0,4	1,5	14,3	100,0
Espírito Santo	N.Abs	54	10	0	3	2	0	8	77
	%	70,1	13,0	0,0	3,9	2,6	0,0	10,4	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	130	50	10	11	8	0	30	239
	%	54,4	20,9	4,2	4,6	3,3	0,0	12,6	100,0
São Paulo	N.Abs	320	126	9	8	13	7	57	540
	%	59,3	23,3	1,7	1,5	2,4	1,3	10,6	100,0
Paraná	N.Abs	133	68	4	3	1	1	28	238
	%	55,9	28,6	1,7	1,3	0,4	0,4	11,8	100,0
Santa Catarina	N.Abs	34	9	8	1	8	0	8	68
	%	50,0	13,2	11,8	1,5	11,8	0,0	11,8	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	50	55	8	11	4	7	24	159
	%	31,4	34,6	5,0	6,9	2,5	4,4	15,1	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	53	15	1	0	0	3	13	85
	%	62,4	17,6	1,2	0,0	0,0	3,5	15,3	100,0
Mato Grosso	N.Abs	35	26	0	0	0	1	11	73
	%	47,9	35,6	0,0	0,0	0,0	1,4	15,1	100,0
Goiás	N.Abs	38	44	2	2	1	4	12	103
	%	36,9	42,7	1,9	1,9	1,0	3,9	11,7	100,0
Distrito Federal	N.Abs	3	0	0	0	0	0	13	16
	%	18,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	81,3	100,0
Total	N.Abs	2.318	885	74	78	57	68	467	3.947
	%	58,7	22,4	1,9	2,0	1,4	1,7	11,8	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-10: Itens existentes no CRAS segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação	Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência											
	Acesso a Internet	Almoxarifado	Banheiro	Computador	Cozinha	Espaço para grupos socio-educativo e de convívio	Local para recepção	Salão para reunião com grupos de famílias	Sala para a equipe técnica e coordenação	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual	Telefone	Possui placa de identificação padronizada pelo MDS?
Rondônia	N.Abs 18 % 54,5	24 72,7	33 100,0	26 78,8	18 54,5	19 57,6	30 90,9	28 84,8	27 81,8	31 93,9	24 72,7	27 81,8
Acre	N.Abs 4 % 18,2	11 50,0	22 100,0	17 77,3	7 31,8	10 45,5	22 100,0	21 95,5	18 81,8	21 95,5	11 50,0	2 9,1
Amazonas	N.Abs 22 % 33,8	27 41,5	60 92,3	50 76,9	31 47,7	34 52,3	57 87,7	56 86,2	58 89,2	52 80,0	33 50,8	36 55,4
Roraima	N.Abs 0 % 0,0	4 40,0	10 100,0	8 80,0	1 10,0	8 80,0	8 80,0	8 80,0	8 80,0	6 60,0	1 10,0	3 30,0
Pará	N.Abs 47 % 37,3	57 45,2	124 98,4	113 89,7	73 57,9	94 74,6	119 94,4	105 83,3	102 81,0	124 98,4	54 42,9	72 57,1
Amapá	N.Abs 0 % 0,0	1 10,0	7 70,0	4 40,0	1 10,0	3 30,0	4 40,0	3 30,0	8 80,0	5 50,0	0 0,0	0 0,0
Tocantins	N.Abs 12 % 30,8	13 33,3	37 94,9	19 48,7	10 25,6	17 43,6	37 94,9	23 59,0	28 71,8	31 79,5	22 56,4	17 43,6
Maranhão	N.Abs 78 % 38,6	92 45,5	200 99,0	170 84,2	133 65,8	115 56,9	195 96,5	177 87,6	164 81,2	197 97,5	80 39,6	150 74,3
Piauí	N.Abs 84 % 59,2	58 40,8	141 99,3	118 83,1	93 65,5	92 64,8	140 98,6	124 87,3	131 92,3	137 96,5	71 50,0	92 64,8
Ceará	N.Abs 87 % 38,3	153 67,4	214 94,3	169 74,4	100 44,1	184 81,1	205 90,3	156 68,7	215 94,7	193 85,0	125 55,1	50 22,0
Rio Grande do Norte	N.Abs 55 % 42,6	7 5,4	128 99,2	97 75,2	47 36,4	73 56,6	122 94,6	111 86,0	103 79,8	123 95,3	59 45,7	113 87,6
Paraíba	N.Abs 82 % 45,3	95 52,5	181 100,0	133 73,5	107 59,1	103 56,9	174 96,1	145 80,1	150 82,9	173 95,6	60 33,1	135 74,6
Pernambuco	N.Abs 103 % 51,0	77 38,1	196 97,0	173 85,6	112 55,4	103 51,0	190 94,1	163 80,7	171 84,7	185 91,6	100 49,5	117 57,9
Alagoas	N.Abs 41 % 40,6	39 38,6	101 100,0	67 66,3	67 66,3	68 67,3	100 99,0	80 79,2	86 85,1	95 94,1	41 40,6	54 53,5
Sergipe	N.Abs 41 % 53,9	43 56,6	72 94,7	62 81,6	33 43,4	47 61,8	64 84,2	62 81,6	62 81,6	64 84,2	39 51,3	34 44,7
Bahia	N.Abs 155 % 46,8	176 53,2	327 98,8	285 86,1	206 62,2	230 69,5	324 97,9	288 87,0	263 79,5	321 97,0	193 58,3	221 66,8

Tabela A-10: Itens existentes no CRAS segundo unidades da federação - 2007 (continuação)

Minas Gerais	N.Abs %	281 62,0	228 50,3	447 98,7	421 92,9	300 66,2	419 92,5	317 70,0	437 96,5	358 79,0	379 83,7	432 95,4	379 83,7	220 48,6
Espírito Santo	N.Abs %	39 50,6	41 53,2	77 100,0	63 81,8	52 67,5	73 94,8	58 75,3	73 94,8	60 77,9	64 83,1	75 97,4	66 85,7	36 46,8
Rio de Janeiro	N.Abs %	87 36,4	132 55,2	234 97,9	195 81,6	141 59,0	218 91,2	178 74,5	227 95,0	185 77,4	199 83,3	228 95,4	162 67,8	129 54,0
São Paulo	N.Abs %	336 62,2	285 52,8	526 97,4	494 91,5	359 66,5	482 89,3	401 74,3	514 95,2	437 80,9	425 78,7	514 95,2	516 95,6	247 45,7
Paraná	N.Abs %	187 78,6	155 65,1	233 97,9	223 93,7	173 72,7	199 83,6	150 63,0	223 93,7	191 80,3	209 87,8	232 97,5	227 95,4	67 28,2
Santa Catarina	N.Abs %	43 63,2	46 67,6	67 98,5	66 97,1	50 73,5	62 91,2	52 76,5	58 85,3	56 82,4	61 89,7	65 95,6	66 97,1	24 35,3
Rio Grande do Sul	N.Abs %	116 73,0	85 53,5	157 98,7	141 88,7	101 63,5	151 95,0	109 68,6	151 95,0	141 88,7	116 73,0	150 94,3	143 89,9	46 28,9
Mato Grosso do Sul	N.Abs %	59 69,4	55 64,7	83 97,6	79 92,9	58 68,2	81 95,3	69 81,2	81 95,3	72 84,7	81 95,3	76 89,4	77 90,6	51 60,0
Mato Grosso	N.Abs %	51 69,9	56 76,7	70 95,9	67 91,8	49 67,1	68 93,2	42 57,5	58 79,5	63 86,3	59 80,8	68 93,2	56 76,7	41 56,2
Goiás	N.Abs %	56 54,4	70 68,0	100 97,1	84 81,6	71 68,9	89 86,4	70 68,0	95 92,2	78 75,7	77 74,8	90 87,4	90 87,4	26 25,2
Distrito Federal	N.Abs %	12 75,0	14 87,5	16 100,0	16 100,0	0 0,0	15 93,8	7 43,8	16 100,0	9 56,3	16 100,0	13 81,3	16 100,0	1 6,3
Total	N.Abs %	2.096 53,1	2.044 51,8	3.863 97,9	3.360 85,1	2.393 60,6	3.559 90,2	2.653 67,2	3.724 94,4	3.200 81,1	3.280 83,1	3.701 93,8	2.711 68,7	2.011 51,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-11: Número e percentual de CRAS que possuíam listagem do Cadastro Único e que recebem informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação		Listagem cadastro único	Informações famílias PBF
Rondônia	N.Abs	30	26
	%	90,9	78,8
Acre	N.Abs	21	22
	%	95,5	100,0
Amazonas	N.Abs	53	48
	%	81,5	73,8
Roraima	N.Abs	5	5
	%	50,0	50,0
Pará	N.Abs	107	110
	%	84,9	87,3
Amapá	N.Abs	4	3
	%	40,0	30,0
Tocantins	N.Abs	35	37
	%	89,7	94,9
Maranhão	N.Abs	167	167
	%	82,7	82,7
Piauí	N.Abs	136	132
	%	95,8	93,0
Ceará	N.Abs	143	129
	%	63,0	56,8
Rio Grande do Norte	N.Abs	60	117
	%	46,5	90,7
Paraíba	N.Abs	159	159
	%	87,8	87,8
Pernambuco	N.Abs	162	158
	%	80,2	78,2
Alagoas	N.Abs	84	78
	%	83,2	77,2
Sergipe	N.Abs	40	66
	%	52,6	86,8
Bahia	N.Abs	260	237
	%	78,5	71,6
Minas Gerais	N.Abs	407	376
	%	89,8	83,0
Espírito Santo	N.Abs	57	61
	%	74,0	79,2
Rio de Janeiro	N.Abs	164	176
	%	68,6	73,6
São Paulo	N.Abs	450	458
	%	83,3	84,8
Paraná	N.Abs	223	225
	%	93,7	94,5
Santa Catarina	N.Abs	49	62
	%	72,1	91,2
Rio Grande do Sul	N.Abs	132	128
	%	83,0	80,5
Mato Grosso do Sul	N.Abs	70	68
	%	82,4	80,0
Mato Grosso	N.Abs	54	65
	%	74,0	89,0
Goiás	N.Abs	75	74
	%	72,8	71,8
Distrito Federal	N.Abs	16	16
	%	100,0	100,0
Total	N.Abs	3.163	3.203
	%	80,1	81,2

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-12: Número e percentual de CRAS que atendem populações tradicionais ou específicas segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação		Atende comunidade indígena	Atende comunidade quilombola	Atende comunidade ribeirinha	Atende outras pop. tradicionais e específicas	Não atende
Rondônia	N.Abs	5	2	3	9	20
	%	15,2	6,1	9,1	27,3	60,6
Acre	N.Abs	11	1	12	5	5
	%	50,0	4,5	54,5	22,7	22,7
Amazonas	N.Abs	29	6	50	23	7
	%	44,6	9,2	76,9	35,4	10,8
Roraima	N.Abs	6	0	4	1	1
	%	60,0	0,0	40,0	10,0	10,0
Pará	N.Abs	14	15	49	33	45
	%	11,1	11,9	38,9	26,2	35,7
Amapá	N.Abs	0	0	7	8	0
	%	0,0	0,0	70,0	80,0	0,0
Tocantins	N.Abs	2	2	3	13	26
	%	5,1	5,1	7,7	33,3	66,7
Maranhão	N.Abs	10	42	24	63	100
	%	5,0	20,8	11,9	31,2	49,5
Piauí	N.Abs	0	25	14	43	75
	%	0,0	17,6	9,9	30,3	52,8
Ceará	N.Abs	12	10	23	14	176
	%	5,3	4,4	10,1	6,2	77,5
Rio Grande do Norte	N.Abs	2	7	1	91	33
	%	1,6	5,4	0,8	70,5	25,6
Paraíba	N.Abs	3	11	9	64	109
	%	1,7	6,1	5,0	35,4	60,2
Pernambuco	N.Abs	8	18	17	73	111
	%	4,0	8,9	8,4	36,1	55,0
Alagoas	N.Abs	6	10	11	33	50
	%	5,9	9,9	10,9	32,7	49,5
Sergipe	N.Abs	1	14	6	3	57
	%	1,3	18,4	7,9	3,9	75,0
Bahia	N.Abs	11	42	31	89	182
	%	3,3	12,7	9,4	26,9	55,0
Minas Gerais	N.Abs	5	34	32	98	310
	%	1,1	7,5	7,1	21,6	68,4
Espírito Santo	N.Abs	1	3	2	7	64
	%	1,3	3,9	2,6	9,1	83,1
Rio de Janeiro	N.Abs	1	7	7	102	127
	%	0,4	2,9	2,9	42,7	53,1
São Paulo	N.Abs	9	3	11	134	390
	%	1,7	0,6	2,0	24,8	72,2
Paraná	N.Abs	12	5	12	45	180
	%	5,0	2,1	5,0	18,9	75,6
Santa Catarina	N.Abs	4	0	1	14	51
	%	5,9	0,0	1,5	20,6	75,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	18	4	5	43	97
	%	11,3	2,5	3,1	27,0	61,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	31	4	7	17	42
	%	36,5	4,7	8,2	20,0	49,4
Mato Grosso	N.Abs	14	5	12	32	32
	%	19,2	6,8	16,4	43,8	43,8
Goiás	N.Abs	3	7	5	21	75
	%	2,9	6,8	4,9	20,4	72,8
Distrito Federal	N.Abs	0	0	0	0	16
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	N.Abs	218	277	358	1.078	2.381
	%	5,5	7,0	9,1	27,3	60,3

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-13: Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação	Famílias com										Rede de serviços locais (assistência social, educação, saúde, etc)		
	Famílias com crianças sob cuidados de outras crianças ou que permanecem sozinhas em casa	Famílias com eventos de violência ou antecipações de violência	Famílias com jovens em situação de vulnerabilidade	Famílias com ocorrência de fragilização ou rompimento de vínculo	Famílias com pessoa deficiente beneficiária do BPC	Famílias com pessoa idosa dependente beneficiária do BPC	Famílias com presença de trabalho infantil	Famílias em desempenho de condições de Bolsa Família	Famílias ou indivíduos elegíveis para programas ou benefícios de transferência de renda	Indivíduos sem documentação civil		Lideranças locais	Recursos culturais, econômicos, sociais do território
Rondônia	N.Abs	5	19	19	13	26	23	18	22	14	13	0	20
	%	15,2	57,6	57,6	39,4	78,8	69,7	54,5	66,7	42,4	39,4	0,0	60,6
Acre	N.Abs	6	11	16	15	9	10	9	9	8	7	6	17
	%	27,3	50,0	72,7	68,2	40,9	45,5	40,9	40,9	36,4	31,8	27,3	77,3
Amazonas	N.Abs	13	19	39	34	35	49	42	45	33	39	2	30
	%	20,0	29,2	60,0	52,3	53,8	75,4	64,6	69,2	50,8	60,0	3,1	46,2
Roraima	N.Abs	6	5	6	10	5	5	2	8	5	3	1	3
	%	60,0	50,0	60,0	100,0	50,0	50,0	20,0	80,0	50,0	30,0	10,0	30,0
Pará	N.Abs	20	32	73	76	55	93	75	85	85	67	13	59
	%	15,9	25,4	57,9	60,3	43,7	73,8	59,5	67,5	67,5	53,2	10,3	46,8
Amapá	N.Abs	1	6	6	8	3	4	6	3	1	7	1	8
	%	10,0	60,0	60,0	80,0	30,0	40,0	60,0	30,0	10,0	70,0	10,0	80,0
Tocantins	N.Abs	3	4	21	0	16	34	5	37	14	0	0	16
	%	7,7	10,3	53,8	0,0	41,0	87,2	12,8	94,9	35,9	0,0	0,0	41,0
Maranhão	N.Abs	24	79	133	96	123	142	104	138	118	82	20	115
	%	11,9	39,1	65,8	47,5	60,9	70,3	51,5	68,3	58,4	40,6	9,9	56,9
Piauí	N.Abs	10	30	107	79	116	104	74	110	72	44	5	77
	%	7,0	21,1	75,4	55,6	81,7	73,2	52,1	77,5	50,7	31,0	3,5	54,2
Ceará	N.Abs	19	94	174	166	88	97	65	152	146	68	29	119
	%	8,4	41,4	76,7	73,1	38,8	42,7	28,6	67,0	64,3	30,0	12,8	52,4
Rio Grande do Norte	N.Abs	11	37	112	26	59	97	33	78	19	11	43	108
	%	8,5	28,7	86,8	20,2	45,7	75,2	25,6	60,5	14,7	8,5	33,3	83,7
Paraíba	N.Abs	26	68	133	95	107	116	90	128	76	81	10	117
	%	14,4	37,6	73,5	52,5	59,1	64,1	49,7	70,7	42,0	44,8	5,5	64,6
Pernambuco	N.Abs	21	51	131	109	137	153	70	127	133	111	15	113
	%	10,4	25,2	64,9	54,0	67,8	75,7	34,7	62,9	65,8	55,0	7,4	55,9
Alagoas	N.Abs	13	24	65	57	66	79	34	68	52	51	9	60
	%	12,9	23,8	64,4	56,4	65,3	78,2	33,7	67,3	51,5	50,5	8,9	59,4

Tabela A-13: Número e percentual de CRAS que priorizam ações de identificação segundo unidades da federação - 2007 (continuação)

Sergipe	N.Abs	14	33	50	34	31	42	23	59	36	7	11	36
	%	18,4	43,4	65,8	44,7	40,8	55,3	30,3	77,6	47,4	9,2	14,5	47,4
Bahia	N.Abs	55	137	235	215	211	232	106	199	175	28	29	163
	%	16,6	41,4	71,0	65,0	63,7	70,1	32,0	60,1	52,9	8,5	8,8	49,2
Minas Gerais	N.Abs	78	144	302	296	290	318	148	317	252	30	26	289
	%	17,2	31,8	66,7	65,3	64,0	70,2	32,7	70,0	55,6	6,6	5,7	63,8
Espírito Santo	N.Abs	9	27	44	41	47	54	29	48	51	15	10	44
	%	11,7	35,1	57,1	53,2	61,0	70,1	37,7	62,3	66,2	19,5	13,0	57,1
Rio de Janeiro	N.Abs	36	76	161	135	107	133	97	143	189	26	27	140
	%	15,1	31,8	67,4	56,5	44,8	55,6	40,6	59,8	79,1	10,9	11,3	58,6
São Paulo	N.Abs	69	167	387	332	292	320	145	355	434	55	33	331
	%	12,8	30,9	71,7	61,5	54,1	59,3	26,9	65,7	80,4	10,2	6,1	61,3
Paraná	N.Abs	23	65	115	129	158	170	111	151	173	16	7	134
	%	9,7	27,3	48,3	54,2	66,4	71,4	46,6	63,4	72,7	6,7	2,9	56,3
Santa Catarina	N.Abs	7	31	36	46	14	31	16	31	35	8	4	39
	%	10,3	45,6	52,9	67,6	20,6	45,6	23,5	45,6	51,5	11,8	5,9	57,4
Rio Grande do Sul	N.Abs	26	75	108	119	93	86	59	100	94	6	6	77
	%	16,4	47,2	67,9	74,8	58,5	54,1	37,1	62,9	59,1	3,8	3,8	48,4
Mato Grosso do Sul	N.Abs	31	34	59	49	43	59	57	47	60	7	2	23
	%	36,5	40,0	69,4	57,6	50,6	69,4	67,1	55,3	70,6	8,2	2,4	27,1
Mato Grosso	N.Abs	19	10	25	16	46	65	38	41	44	6	6	44
	%	26,0	13,7	34,2	21,9	63,0	89,0	52,1	56,2	60,3	8,2	8,2	60,3
Goiás	N.Abs	22	39	51	34	60	74	52	53	48	7	10	59
	%	21,4	37,9	49,5	33,0	58,3	71,8	50,5	51,5	46,6	6,8	9,7	57,3
Distrito Federal	N.Abs	7	4	10	9	4	16	16	0	16	1	2	11
	%	43,8	25,0	62,5	56,3	25,0	100,0	100,0	0,0	100,0	6,3	12,5	68,8
Total	N.Abs	574	1.321	2.618	2.239	2.241	2.606	1.524	2.554	2.383	366	352,00	2.252,00
	%	14,5	33,5	66,3	56,7	56,8	66,0	38,6	64,7	60,4	9,3	8,9	57,1

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-14: Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo unidades da federação - 2007

Unidade da federação	Ações de capacitação e de inserção produtiva		Acompanhamento de indivíduos		Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais		Busca ativa		Campanhas socioeducativas		Encaminhamento de famílias ou indivíduos		Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único		Grupo/ oficina de convivências e atividades socioeducativas por ciclo de vida ou intergeracional		Inserção de famílias no Cadastro Único		Orientação/acompanhamento para inserção do BPC		Palestras		Recepção e acolhida		Reuniões		Visitas Domiliares	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
Rondônia	29	87,9	31	78,8	13	39,4	14	42,4	14	42,4	29	87,9	30	90,9	14	42,4	19	57,6	29	87,9	30	90,9	31	93,9	30	90,9	33	100,0
Acre	13	59,1	20	72,7	13	59,1	12	18,2	12	54,5	18	81,8	12	54,5	12	54,5	13	59,1	12	54,5	22	100,0	18	81,8	21	95,5	22	100,0
Amazonas	42	64,6	63	96,9	33	50,8	39	60,0	39	60,0	54	83,1	49	75,4	26	40,0	44	67,7	59	90,8	64	98,5	56	86,2	60	92,3	65	100,0
Roraima	7	70,0	10	100,0	4	40,0	6	60,0	6	60,0	9	90,0	8	80,0	5	50,0	6	60,0	6	60,0	8	80,0	10	100,0	9	90,0	10	100,0
Pará	94	74,6	116	92,1	67	53,2	75	59,5	67	53,2	108	85,7	107	84,9	89	70,6	74	58,7	108	85,7	118	93,7	122	96,8	122	99,2	125	99,2
Amapá	8	80,0	7	70,0	0	0,0	3	30,0	3	30,0	8	80,0	8	80,0	2	20,0	1	10,0	2	20,0	5	50,0	9	90,0	9	90,0	9	90,0
Tocantins	14	35,9	28	71,8	2	5,1	8	20,5	2	5,1	12	30,8	24	61,5	3	7,7	6	15,4	18	46,2	23	59,0	36	92,3	29	74,4	30	76,9
Maranhão	155	76,7	197	97,5	103	51,0	134	66,3	106	52,5	185	91,6	180	89,1	145	71,8	121	59,9	114	90,6	183	92,6	192	95,0	196	97,0	201	99,5
Piauí	106	74,6	136	95,8	76	53,5	102	71,8	71	50,0	125	88,0	127	89,4	105	73,9	102	71,8	99	93,7	137	96,5	138	97,2	139	99,3	141	99,3
Ceará	191	84,1	218	96,0	153	67,4	161	70,9	157	69,2	218	96,0	213	93,8	180	79,3	190	83,7	16	87,7	211	93,0	222	97,8	222	98,7	224	98,7
Rio Grande do Norte	78	60,5	104	80,6	33	25,6	54	41,9	22	17,1	55	42,6	37	28,7	72	55,8	64	49,6	21	32,6	86	66,7	81	62,8	108	83,7	110	85,3
Paraíba	160	88,4	172	95,0	118	65,2	116	64,1	103	56,9	170	93,9	159	87,8	127	70,2	129	71,3	106	82,3	149	94,5	174	96,1	178	98,3	179	98,9
Pernambuco	131	64,9	195	96,5	112	55,4	129	63,9	81	40,1	186	92,1	183	90,6	137	67,8	103	51,0	89	95,0	192	87,6	181	89,6	193	95,5	200	99,0

Tabela A-14: Número e percentual de CRAS que realizam atividades segundo unidades da federação - 2007 (continuação)

Alagoas	N.Abs	81	95	78	58	59	62	95	83	68	66	49	94	92	96	98	98
	%	80,2	94,1	77,2	57,4	58,4	61,4	94,1	82,2	67,3	65,3	48,5	93,1	91,1	95,0	97,0	97,0
Sergipe	N.Abs	52	67	66	39	30	26	69	67	31	56	25	65	66	67	72	73
	%	68,4	88,2	86,8	51,3	39,5	34,2	90,8	88,2	40,8	73,7	32,9	85,5	86,8	88,2	94,7	96,1
Bahia	N.Abs	229	316	279	171	195	172	310	269	222	205	162	302	281	317	310	326
	%	69,2	95,5	84,3	51,7	58,9	52,0	93,7	81,3	67,1	61,9	48,9	91,2	84,9	95,8	93,7	98,5
Minas Gerais	N.Abs	312	440	385	269	269	267	431	403	336	290	269	406	378	442	431	449
	%	68,9	97,1	85,0	59,4	59,4	58,9	95,1	89,0	74,2	64,0	59,4	89,6	83,4	97,6	95,1	99,1
Espírito Santo	N.Abs	69	70	59	43	32	44	75	63	55	47	42	70	64	74	74	76
	%	89,6	90,9	76,6	55,8	41,6	57,1	97,4	81,8	71,4	61,0	54,5	90,9	83,1	96,1	96,1	98,7
Rio de Janeiro	N.Abs	185	237	208	168	155	146	229	204	195	155	173	221	207	228	230	237
	%	77,4	99,2	87,0	70,3	64,9	61,1	95,8	85,4	81,6	64,9	72,4	92,5	86,6	95,4	96,2	99,2
São Paulo	N.Abs	367	526	470	330	264	315	526	473	453	261	347	511	439	537	521	528
	%	68,0	97,4	87,0	61,1	48,9	58,3	97,4	87,6	83,9	48,3	64,3	94,6	81,3	99,4	96,5	97,8
Paraná	N.Abs	165	228	196	159	125	120	225	216	176	123	182	229	186	221	220	237
	%	69,3	95,8	82,4	66,8	52,5	50,4	94,5	90,8	73,9	51,7	76,5	96,2	78,2	92,9	92,4	99,6
Santa Catarina	N.Abs	56	68	62	50	43	50	63	53	55	45	54	55	53	46	48	64
	%	82,4	100,0	91,2	73,5	63,2	73,5	92,6	77,9	80,9	66,2	79,4	80,9	77,9	67,6	70,6	94,1
Rio Grande do Sul	N.Abs	97	156	149	89	60	76	152	141	132	95	116	142	117	154	155	154
	%	61,0	98,1	93,7	56,0	37,7	47,8	95,6	88,7	83,0	59,7	73,0	89,3	73,6	96,9	97,5	96,9
Mato Grosso do Sul	N.Abs	71	84	71	68	61	62	82	80	73	62	55	78	80	85	79	84
	%	83,5	98,8	83,5	80,0	71,8	72,9	96,5	94,1	85,9	72,9	64,7	91,8	94,1	100,0	92,9	98,8
Mato Grosso	N.Abs	56	66	52	36	18	58	59	63	50	37	53	66	69	67	70	71
	%	76,7	90,4	71,2	49,3	24,7	79,5	80,8	86,3	68,5	50,7	72,6	90,4	94,5	91,8	95,9	97,3
Goiás	N.Abs	83	94	88	64	68	69	94	89	71	73	68	90	89	91	96	98
	%	80,6	91,3	85,4	62,1	66,0	67,0	91,3	86,4	68,9	70,9	66,0	87,4	86,4	88,3	93,2	95,1
Distrito Federal	N.Abs	9	15	16	13	6	0	15	4	2	7	15	16	7	16	12	16
	%	56,3	93,8	100,0	81,3	37,5	0,0	93,8	25,0	12,5	43,8	93,8	100,0	43,8	100,0	75,0	100,0
Total	N.Abs	2.860	3.760	3.283	2.284	2.053	2.320	3.602	3.345	2.855	2.367	2.224	3.496	3.367	3.711	3.732	3.860
	%	72,5	95,3	83,2	57,9	52,0	58,8	91,3	84,7	72,3	60,0	56,3	88,6	85,3	94,0	94,6	97,8

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-15: Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo unidades da federação – 2007

Unidade da federação	Conselhos de políticas públicas (CMAS ou outros)		Conselho tutelar	Defensoria Pública / Ministério Público	Vara da Infância e da Juventude	Órgãos ou serviços relacionados a trabalho e emprego	Rede de Proteção Social Especial	Serviços de atenção básica em saúde (Equipes de Saúde da Família / Postos de Saúde)	Serviços ou programas de segurança alimentar	Serviços públicos de educação	Demais unidades da Rede de Proteção Social Básica	Nenhum dos serviços ou instituições acima mencionados
	N.Abs	%										
Rondônia	23	69,7	32	22	24	11	20	27	16	23	21	1
Acre	13	59,1	21	15	15	4	12	21	4	17	18	0
Amazonas	46	70,8	58	49	26	26	34	60	27	52	51	0
Roraima	6	60,0	10	5	3	2	6	9	3	8	9	0
Pará	102	81,0	123	98	53	66	70	118	35	111	112	0
Amapá	7	70,0	8	6	6	2	3	6	0	6	5	0
Tocantins	10	25,6	10	2	4	0	3	16	2	19	32	5
Maranhão	185	91,6	159	145	89	47	99	194	57	180	168	0
Piauí	122	85,9	136	74	29	38	71	136	42	128	129	0
Ceará	170	74,9	218	157	91	134	171	212	79	201	202	1
Rio Grande do Norte	42	32,6	52	15	11	26	100	70	11	60	123	0
Paraíba	161	89,0	174	107	90	45	109	176	67	169	158	0
Pernambuco	171	84,7	202	177	101	73	138	196	50	176	188	0
Alagoas	88	87,1	97	61	36	31	55	95	20	89	83	0
Sergipe	70	92,1	73	58	17	29	58	71	21	66	55	1
			96,1	76,3	22,4	38,2	76,3	93,4	27,6	86,8	72,4	1,3

Tabela A-15: Número e percentual de CRAS que possuem articulação com serviços, programas ou instituições segundo unidades da federação - 2007 (continuação)

Bahia	N.Abs	278	287	225	153	87	132	311	80	286	251	1
	%	84,0	86,7	68,0	46,2	26,3	39,9	94,0	24,2	86,4	75,8	0,3
Minas Gerais	N.Abs	406	444	326	251	193	248	446	197	408	411	0
	%	89,6	98,0	72,0	55,4	42,6	54,7	98,5	43,5	90,1	90,7	0,0
Espírito Santo	N.Abs	62	74	52	36	40	53	73	37	66	71	0
	%	80,5	96,1	67,5	46,8	51,9	68,8	94,8	48,1	85,7	92,2	0,0
Rio de Janeiro	N.Abs	215	228	196	167	151	193	225	94	221	231	0
	%	90,0	95,4	82,0	69,9	63,2	80,8	94,1	39,3	92,5	96,7	0,0
São Paulo	N.Abs	452	523	317	362	312	424	523	235	513	521	1
	%	83,7	96,9	58,7	67,0	57,8	78,5	96,9	43,5	95,0	96,5	0,2
Paraná	N.Abs	226	237	195	171	171	187	232	174	216	223	0
	%	95,0	99,6	81,9	71,8	71,8	78,6	97,5	73,1	90,8	93,7	0,0
Santa Catarina	N.Abs	46	58	33	32	26	46	58	39	47	50	0
	%	67,6	85,3	48,5	47,1	38,2	67,6	85,3	57,4	69,1	73,5	0,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	134	156	128	111	58	110	149	52	136	130	1
	%	84,3	98,1	80,5	69,8	36,5	69,2	93,7	32,7	85,5	81,8	0,6
Mato Grosso do Sul	N.Abs	72	83	69	62	53	79	83	36	79	83	0
	%	84,7	97,6	81,2	72,9	62,4	92,9	97,6	42,4	92,9	97,6	0,0
Mato Grosso	N.Abs	61	67	34	33	40	31	67	18	65	66	2
	%	83,6	91,8	46,6	45,2	54,8	42,5	91,8	24,7	89,0	90,4	2,7
Goiás	N.Abs	84	97	70	57	46	74	97	33	86	90	1
	%	81,6	94,2	68,0	55,3	44,7	71,8	94,2	32,0	83,5	87,4	1,0
Distrito Federal	N.Abs	5	16	7	1	16	16	14	16	16	16	0
	%	31,3	100,0	43,8	6,3	100,0	100,0	87,5	100,0	100,0	100,0	0,0
Total	N.Abs	3.257	3.643	2.643	2.031	1.727	2.542	3.685	1.445	3.444	3.497	14
	%	82,5	92,3	67,0	51,5	43,8	64,4	93,4	36,6	87,3	88,6	0,4

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-16: Indicador de adequabilidade do CRAS quanto à estrutura física segundo unidades da federação - 2007

UF		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Acre	N.Abs	2	13	4	3	22
	(%)	9,1	59,1	18,2	13,6	100,0
Alagoas	N.Abs	25	23	40	13	101
	(%)	24,8	22,8	39,6	12,9	100,0
Amazonas	N.Abs	25	15	7	18	65
	(%)	38,5	23,1	10,8	27,7	100,0
Amapá	N.Abs	8	1	0	1	10
	(%)	80,0	10,0	,0	10,0	100,0
Bahia	N.Abs	60	98	132	41	331
	(%)	18,1	29,6	39,9	12,4	100,0
Ceará	N.Abs	96	62	37	32	227
	(%)	42,3	27,3	16,3	14,1	100,0
Distrito Federal	N.Abs	8	8	0	0	16
	(%)	50,0	50,0	,0	,0	100,0
Espírito Santo	N.Abs	22	12	26	17	77
	(%)	28,6	15,6	33,8	22,1	100,0
Goiás	N.Abs	35	17	29	22	103
	(%)	34,0	16,5	28,2	21,4	100,0
Maranhão	N.Abs	35	51	92	24	202
	(%)	17,3	25,2	45,5	11,9	100,0
Minas Gerais	N.Abs	118	98	175	62	453
	(%)	26,0	21,6	38,6	13,7	100,0
Mato Grosso Do Sul	N.Abs	23	16	15	31	85
	(%)	27,1	18,8	17,6	36,5	100,0
Mato Grosso	N.Abs	21	14	14	24	73
	(%)	28,8	19,2	19,2	32,9	100,0
Pará	N.Abs	28	39	25	34	126
	(%)	22,2	31,0	19,8	27,0	100,0
Paraíba	N.Abs	45	50	52	34	181
	(%)	24,9	27,6	28,7	18,8	100,0
Pernambuco	N.Abs	59	57	66	20	202
	(%)	29,2	28,2	32,7	9,9	100,0
Piauí	N.Abs	23	39	45	35	142
	(%)	16,2	27,5	31,7	24,6	100,0
Paraná	N.Abs	60	38	40	100	238
	(%)	25,2	16,0	16,8	42,0	100,0
Rio De Janeiro	N.Abs	63	69	66	41	239
	(%)	26,4	28,9	27,6	17,2	100,0
Rio Grande Do Norte	N.Abs	28	61	30	10	129
	(%)	21,7	47,3	23,3	7,8	100,0
Rondônia	N.Abs	5	12	12	4	33
	(%)	15,2	36,4	36,4	12,1	100,0
Roraima	N.Abs	5	4	0	1	10
	(%)	50,0	40,0	,0	10,0	100,0
Rio Grande Do Sul	N.Abs	34	35	44	46	159
	(%)	21,4	22,0	27,7	28,9	100,0
Santa Catarina	N.Abs	19	9	17	23	68
	(%)	27,9	13,2	25,0	33,8	100,0
Sergipe	N.Abs	31	25	9	11	76
	(%)	40,8	32,9	11,8	14,5	100,0
São Paulo	N.Abs	130	121	168	121	540
	(%)	24,1	22,4	31,1	22,4	100,0
Tocantins	N.Abs	20	13	4	2	39
	(%)	51,3	33,3	10,3	5,1	100,0
Brasil	N.Abs	1028	1000	1149	770	3947
	(%)	26,0	25,3	29,1	19,5	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-17: Indicador de adequabilidade do CRAS quanto aos recursos humanos segundo unidades da federação - 2007

UF		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Acre	N.Abs	13	6	3	0	22
	(%)	59,1	27,3	13,6	,0	100,0
Alagoas	N.Abs	54	38	6	3	101
	(%)	53,5	37,6	5,9	3,0	100,0
Amazonas	N.Abs	32	9	24	0	65
	(%)	49,2	13,8	36,9	,0	100,0
Amapá	N.Abs	9	1	0	0	10
	(%)	90,0	10,0	,0	,0	100,0
Bahia	N.Abs	150	123	56	2	331
	(%)	45,3	37,2	16,9	,6	100,0
Ceará	N.Abs	50	113	49	15	227
	(%)	22,0	49,8	21,6	6,6	100,0
Distrito Federal	N.Abs	12	1	3	0	16
	(%)	75,0	6,3	18,8	,0	100,0
Espírito Santo	N.Abs	33	28	11	5	77
	(%)	42,9	36,4	14,3	6,5	100,0
Goiás	N.Abs	46	30	26	1	103
	(%)	44,7	29,1	25,2	1,0	100,0
Maranhão	N.Abs	78	79	39	6	202
	(%)	38,6	39,1	19,3	3,0	100,0
Minas Gerais	N.Abs	169	174	92	18	453
	(%)	37,3	38,4	20,3	4,0	100,0
Mato Grosso Do Sul	N.Abs	30	30	21	4	85
	(%)	35,3	35,3	24,7	4,7	100,0
Mato Grosso	N.Abs	27	27	18	1	73
	(%)	37,0	37,0	24,7	1,4	100,0
Pará	N.Abs	60	35	24	7	126
	(%)	47,6	27,8	19,0	5,6	100,0
Paraíba	N.Abs	52	82	45	2	181
	(%)	28,7	45,3	24,9	1,1	100,0
Pernambuco	N.Abs	100	67	33	2	202
	(%)	49,5	33,2	16,3	1,0	100,0
Piauí	N.Abs	31	80	29	2	142
	(%)	21,8	56,3	20,4	1,4	100,0
Paraná	N.Abs	100	81	33	24	238
	(%)	42,0	34,0	13,9	10,1	100,0
Rio De Janeiro	N.Abs	83	97	39	20	239
	(%)	34,7	40,6	16,3	8,4	100,0
Rio Grande Do Norte	N.Abs	36	72	20	1	129
	(%)	27,9	55,8	15,5	,8	100,0
Rondônia	N.Abs	23	7	2	1	33
	(%)	69,7	21,2	6,1	3,0	100,0
Roraima	N.Abs	3	4	3	0	10
	(%)	30,0	40,0	30,0	,0	100,0
Rio Grande Do Sul	N.Abs	45	68	37	9	159
	(%)	28,3	42,8	23,3	5,7	100,0
Santa Catarina	N.Abs	33	32	3	0	68
	(%)	48,5	47,1	4,4	,0	100,0
Sergipe	N.Abs	20	32	17	7	76
	(%)	26,3	42,1	22,4	9,2	100,0
São Paulo	N.Abs	253	227	42	18	540
	(%)	46,9	42,0	7,8	3,3	100,0
Tocantins	N.Abs	24	9	6	0	39
	(%)	61,5	23,1	15,4	,0	100,0
Brasil	N.Abs	1566	1552	681	148	3947
	(%)	39,7	39,3	17,3	3,7	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-18: Indicador de adequabilidade do CRAS quanto às atividades realizadas segundo unidades da federação - 2007

UF		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Acre	N.Abs	2	13	6	1	22
	(%)	9,1	59,1	27,3	4,5	100,0
Alagoas	N.Abs	7	25	24	45	101
	(%)	6,9	24,8	23,8	44,6	100,0
Amazonas	N.Abs	2	27	20	16	65
	(%)	3,1	41,5	30,8	24,6	100,0
Amapá	N.Abs	2	6	0	2	10
	(%)	20,0	60,0	,0	20,0	100,0
Bahia	N.Abs	20	99	71	141	331
	(%)	6,0	29,9	21,5	42,6	100,0
Ceará	N.Abs	11	39	46	131	227
	(%)	4,8	17,2	20,3	57,7	100,0
Distrito Federal	N.Abs	1	11	3	1	16
	(%)	6,3	68,8	18,8	6,3	100,0
Espírito Santo	N.Abs	7	23	24	23	77
	(%)	9,1	29,9	31,2	29,9	100,0
Goiás	N.Abs	11	18	15	59	103
	(%)	10,7	17,5	14,6	57,3	100,0
Maranhão	N.Abs	6	55	59	82	202
	(%)	3,0	27,2	29,2	40,6	100,0
Minas Gerais	N.Abs	15	122	111	205	453
	(%)	3,3	26,9	24,5	45,3	100,0
Mato Grosso Do Sul	N.Abs	2	14	15	54	85
	(%)	2,4	16,5	17,6	63,5	100,0
Mato Grosso	N.Abs	8	17	35	13	73
	(%)	11,0	23,3	47,9	17,8	100,0
Pará	N.Abs	10	32	27	57	126
	(%)	7,9	25,4	21,4	45,2	100,0
Paraíba	N.Abs	10	49	47	75	181
	(%)	5,5	27,1	26,0	41,4	100,0
Pernambuco	N.Abs	8	50	76	68	202
	(%)	4,0	24,8	37,6	33,7	100,0
Piauí	N.Abs	6	31	45	60	142
	(%)	4,2	21,8	31,7	42,3	100,0
Paraná	N.Abs	10	56	69	103	238
	(%)	4,2	23,5	29,0	43,3	100,0
Rio De Janeiro	N.Abs	4	60	54	121	239
	(%)	1,7	25,1	22,6	50,6	100,0
Rio Grande Do Norte	N.Abs	35	73	11	10	129
	(%)	27,1	56,6	8,5	7,8	100,0
Rondônia	N.Abs	2	10	10	11	33
	(%)	6,1	30,3	30,3	33,3	100,0
Roraima	N.Abs	0	7	1	2	10
	(%)	,0	70,0	10,0	20,0	100,0
Rio Grande Do Sul	N.Abs	8	32	66	53	159
	(%)	5,0	20,1	41,5	33,3	100,0
Santa Catarina	N.Abs	4	22	9	33	68
	(%)	5,9	32,4	13,2	48,5	100,0
Sergipe	N.Abs	10	10	31	25	76
	(%)	13,2	13,2	40,8	32,9	100,0
São Paulo	N.Abs	23	124	190	203	540
	(%)	4,3	23,0	35,2	37,6	100,0
Tocantins	N.Abs	15	19	4	1	39
	(%)	38,5	48,7	10,3	2,6	100,0
Brasil	N.Abs	239	1044	1069	1595	3947
	(%)	6,1	26,5	27,1	40,4	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-19: Indicador de adequabilidade do CRAS quanto ao horário de funcionamento segundo unidades da federação - 2007

UF		Insuficiente	Regular	Suficiente	Superior	Total
Acre	N.Abs	2	0	20	0	22
	(%)	9,1	,0	90,9	,0	100,0
Alagoas	N.Abs	3	11	63	24	101
	(%)	3,0	10,9	62,4	23,8	100,0
Amazonas	N.Abs	2	10	37	16	65
	(%)	3,1	15,4	56,9	24,6	100,0
Amapá	N.Abs	0	0	3	7	10
	(%)	,0	,0	30,0	70,0	100,0
Bahia	N.Abs	11	34	253	33	331
	(%)	3,3	10,3	76,4	10,0	100,0
Ceará	N.Abs	19	8	181	19	227
	(%)	8,4	3,5	79,7	8,4	100,0
Distrito Federal	N.Abs	0	0	16	0	16
	(%)	,0	,0	100,0	,0	100,0
Espírito Santo	N.Abs	1	5	56	15	77
	(%)	1,3	6,5	72,7	19,5	100,0
Goiás	N.Abs	3	9	81	10	103
	(%)	2,9	8,7	78,6	9,7	100,0
Maranhão	N.Abs	6	20	154	22	202
	(%)	3,0	9,9	76,2	10,9	100,0
Minas Gerais	N.Abs	16	41	296	100	453
	(%)	3,5	9,1	65,3	22,1	100,0
Mato Grosso Do Sul	N.Abs	1	15	62	7	85
	(%)	1,2	17,6	72,9	8,2	100,0
Mato Grosso	N.Abs	1	4	65	3	73
	(%)	1,4	5,5	89,0	4,1	100,0
Pará	N.Abs	3	18	77	28	126
	(%)	2,4	14,3	61,1	22,2	100,0
Paraíba	N.Abs	7	3	146	25	181
	(%)	3,9	1,7	80,7	13,8	100,0
Pernambuco	N.Abs	6	28	142	26	202
	(%)	3,0	13,9	70,3	12,9	100,0
Piauí	N.Abs	11	24	94	13	142
	(%)	7,7	16,9	66,2	9,2	100,0
Paraná	N.Abs	5	31	185	17	238
	(%)	2,1	13,0	77,7	7,1	100,0
Rio De Janeiro	N.Abs	2	4	173	60	239
	(%)	,8	1,7	72,4	25,1	100,0
Rio Grande Do Norte	N.Abs	3	18	95	13	129
	(%)	2,3	14,0	73,6	10,1	100,0
Rondônia	N.Abs	2	5	24	2	33
	(%)	6,1	15,2	72,7	6,1	100,0
Roraima	N.Abs	0	1	8	1	10
	(%)	,0	10,0	80,0	10,0	100,0
Rio Grande Do Sul	N.Abs	10	19	120	10	159
	(%)	6,3	11,9	75,5	6,3	100,0
Santa Catarina	N.Abs	1	1	61	5	68
	(%)	1,5	1,5	89,7	7,4	100,0
Sergipe	N.Abs	4	6	56	10	76
	(%)	5,3	7,9	73,7	13,2	100,0
São Paulo	N.Abs	8	49	403	80	540
	(%)	1,5	9,1	74,6	14,8	100,0
Tocantins	N.Abs	3	4	31	1	39
	(%)	7,7	10,3	79,5	2,6	100,0
Brasil	N.Abs	130	368	2902	547	3947
	(%)	3,3	9,3	73,5	13,9	100,0

Fonte: MDS, 2007

Tabela A-20: Indicador desenvolvimento dos CRAS segundo unidades da federação – 2007

UF	Estágios de desenvolvimento											Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Acre	N.Abs	0	1	0	16	0	0	3	2	0	0	22
	(%)	,0	4,5	,0	72,7	,0	,0	13,6	9,1	,0	,0	100,0
Alagoas	N.Abs	1	1	22	38	0	3	10	20	6	0	101
	(%)	1,0	1,0	21,8	37,6	,0	3,0	9,9	19,8	5,9	,0	100,0
Amazonas	N.Abs	0	3	13	26	0	1	10	7	5	0	65
	(%)	,0	4,6	20,0	40,0	,0	1,5	15,4	10,8	7,7	,0	100,0
Amapá	N.Abs	0	2	5	3	0	0	0	0	0	0	10
	(%)	,0	20,0	50,0	30,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	100,0
Bahia	N.Abs	1	5	38	146	0	19	38	60	24	0	331
	(%)	,3	1,5	11,5	44,1	,0	5,7	11,5	18,1	7,3	,0	100,0
Ceará	N.Abs	1	10	31	80	1	5	35	43	21	0	227
	(%)	,4	4,4	13,7	35,2	,4	2,2	15,4	18,9	9,3	,0	100,0
Distrito Federal	N.Abs	0	0	6	9	0	0	1	0	0	0	16
	(%)	,0	,0	37,5	56,3	,0	,0	6,3	,0	,0	,0	100,0
Espírito Santo	N.Abs	0	2	13	31	0	2	7	14	8	0	77
	(%)	,0	2,6	16,9	40,3	,0	2,6	9,1	18,2	10,4	,0	100,0
Goiás	N.Abs	1	3	19	44	0	2	10	12	12	0	103
	(%)	1,0	2,9	18,4	42,7	,0	1,9	9,7	11,7	11,7	,0	100,0
Maranhão	N.Abs	0	1	18	86	1	5	30	41	20	0	202
	(%)	,0	,5	8,9	42,6	,5	2,5	14,9	20,3	9,9	,0	100,0
Minas Gerais	N.Abs	0	7	59	179	0	18	54	89	47	0	453
	(%)	,0	1,5	13,0	39,5	,0	4,0	11,9	19,6	10,4	,0	100,0
Mato Grosso do Sul	N.Abs	0	1	8	37	0	1	10	19	9	0	85
	(%)	,0	1,2	9,4	43,5	,0	1,2	11,8	22,4	10,6	,0	100,0
Mato Grosso	N.Abs	0	1	11	32	0	2	9	11	7	0	73
	(%)	,0	1,4	15,1	43,8	,0	2,7	12,3	15,1	9,6	,0	100,0
Pará	N.Abs	0	4	18	53	1	6	7	21	15	1	126
	(%)	,0	3,2	14,3	42,1	,8	4,8	5,6	16,7	11,9	,8	100,0
Paraíba	N.Abs	0	2	11	86	0	3	18	48	13	0	181
	(%)	,0	1,1	6,1	47,5	,0	1,7	9,9	26,5	7,2	,0	100,0
Pernambuco	N.Abs	0	3	35	94	0	7	24	25	14	0	202
	(%)	,0	1,5	17,3	46,5	,0	3,5	11,9	12,4	6,9	,0	100,0
Piauí	N.Abs	0	0	13	45	0	6	32	35	11	0	142
	(%)	,0	,0	9,2	31,7	,0	4,2	22,5	24,6	7,7	,0	100,0
Paraná	N.Abs	0	4	30	103	0	8	20	42	31	0	238
	(%)	,0	1,7	12,6	43,3	,0	3,4	8,4	17,6	13,0	,0	100,0
Rio de Janeiro	N.Abs	0	0	23	106	0	6	40	46	17	1	239
	(%)	,0	,0	9,6	44,4	,0	2,5	16,7	19,2	7,1	,4	100,0
Rio Grande do Norte	N.Abs	0	4	17	56	3	20	19	7	3	0	129
	(%)	,0	3,1	13,2	43,4	2,3	15,5	14,7	5,4	2,3	,0	100,0
Rondônia	N.Abs	0	1	6	17	0	2	4	3	0	0	33
	(%)	,0	3,0	18,2	51,5	,0	6,1	12,1	9,1	,0	,0	100,0
Roraima	N.Abs	0	0	2	4	1	1	0	2	0	0	10
	(%)	,0	,0	20,0	40,0	10,0	10,0	,0	20,0	,0	,0	100,0
Rio Grande do Sul	N.Abs	0	2	17	57	0	6	16	43	18	0	159
	(%)	,0	1,3	10,7	35,8	,0	3,8	10,1	27,0	11,3	,0	100,0
Santa Catarina	N.Abs	0	2	15	21	0	3	7	18	2	0	68
	(%)	,0	2,9	22,1	30,9	,0	4,4	10,3	26,5	2,9	,0	100,0
Sergipe	N.Abs	1	5	7	32	0	2	11	14	4	0	76
	(%)	1,3	6,6	9,2	42,1	,0	2,6	14,5	18,4	5,3	,0	100,0
São Paulo	N.Abs	0	7	71	251	3	19	49	109	31	0	540
	(%)	,0	1,3	13,1	46,5	,6	3,5	9,1	20,2	5,7	,0	100,0
Tocantins	N.Abs	1	5	15	13	0	1	1	3	0	0	39
	(%)	2,6	12,8	38,5	33,3	,0	2,6	2,6	7,7	,0	,0	100,0
Brasil	N.Abs	6	76	523	1665	10	148	465	734	318	2	3947
	(%)	,2	1,9	13,3	42,2	,3	3,7	11,8	18,8	8,1	,1	100,0

Fonte: MDS, 2007

ANEXO 2 - FICHA DE MONITORAMENTO DO CRAS

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

FICHA DE MONITORAMENTO Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Situação do CRAS: _____ Data de preenchimento: ____/____/____

- Em funcionamento
 Implantação iniciada
 Implantação não iniciada

Apenas para CRAS que ainda não está em funcionamento:

Caso não esteja em funcionamento, indique as razões (no máximo quatro):

- Indisponibilidade de recursos humanos
 Limitações legais para admissão de pessoal
 Limitações orçamentárias para admissão de pessoal
 Indisponibilidade/inexistência de espaço físico
 Limitações legais para implantação do espaço físico
 Limitações orçamentárias para implantação do espaço físico
 Indisponibilidade/inexistência de mobiliário/equipamentos
 Lentidão dos processos administrativos
 Outros. Quais: _____

Qual a previsão para o início do funcionamento deste CRAS? ____ / ____ (mês/ano)

I. Identificação do CRAS:

Município _____ UF: _____

Endereço do CRAS: _____ CEP: _____ - _____

E-mail do CRAS: _____

Telefone com DDD: (_____) _____

Urbano: () Rural ()

Indique as fontes de financiamento deste CRAS:

1. () Governo Federal 2. () Governo Estadual 3. () Governo Municipal

Indique qual a fonte principal:

1. () Governo Federal 2. () Governo Estadual 3. () Governo Municipal

Mês e ano de implantação do CRAS: ____ / ____ (mm/aaaa)

II. Planejamento de implantação do CRAS:

Como foi realizado o levantamento da situação de vulnerabilidade do território:

- Não houve levantamento
 Estudo realizado pelo município (mapeamento das vulnerabilidades)
 Dados estatísticos do IBGE
 Dados do Cadastro Único
 Dados sobre os beneficiários do BPC
 Dados da Rede SUAS
 Informações obtidas pela área da saúde

Pág. 1 de 5

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

III. Estrutura Física do CRAS:

Situação do imóvel onde se localiza o CRAS:

- próprio da Prefeitura Municipal
- alugado pela Prefeitura Municipal
- cedido para a Prefeitura Municipal
- outro

O imóvel de funcionamento do CRAS é compartilhado?

- Não, é exclusivo
- Compartilhado com Secretaria ou outra unidade da Assistência Social
- Compartilhado com unidade da Saúde
- Compartilhado com unidade da Educação
- Compartilhado com uma Associação Comunitária
- Compartilhado com o Conselho Municipal de Assistência Social
- Compartilhado com Outros.

Indique os itens existentes no CRAS:

- Local para recepção
- Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual
- Salão para reunião com grupos de famílias
- Sala para a equipe técnica e coordenação
- Banheiro
- Cozinha
- Almoxarifado
- Espaço para grupos socioeducativo e de convívio
- Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência
- Telefone
- Computador
- Acesso a Internet

Este CRAS possui placa de identificação padronizada pelo MDS?

- Sim. Não.

IV. Funcionamento e Atendimento do CRAS:

Quantos dias na semana este CRAS funciona: _____ dias por semana

Quantas horas por dia este CRAS funciona: _____ horas por dia

Quantidade de atividades coletivas realizadas por este CRAS, no último mês: _____

Quantidade de visitas domiciliares realizadas por este CRAS, no último mês: _____

Quantidade total de famílias atendidas por este CRAS, no último mês: _____

Informação não disponível: ()

Dentre estas, quantas são famílias beneficiárias do PBF atendidas pelo CRAS, no último mês:

_____ Informação não disponível: ()

Dentre estas, quantas são famílias com beneficiários do BPC atendidas pelo CRAS, no último mês:

_____ Informação não disponível: ()

Pág. 2 de 5

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

O CRAS atende comunidades tradicionais e específicas?

- Não atende (crítica)
- Atende Comunidade Indígena
- Atende Comunidade Quilombola
- Atende Comunidade ribeirinha
- Atende outras populações tradicionais e específicas.

Este CRAS possui a listagem de famílias do Cadastro Único de Programas Sociais do seu território de atuação?

1. Sim 2. Não

Este CRAS recebe regularmente as informações referentes às famílias do Programa Bolsa Família ?

1. Sim 2. Não

As ações do CRAS priorizam a identificação de: *(Indique, no máximo, seis itens):*

- famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família
- famílias ou indivíduos elegíveis para programas ou benefícios de transferência de renda
- indivíduos sem documentação civil
- famílias com presença de trabalho infantil
- famílias com crianças sob cuidados de outras crianças ou que permanecem sozinhas em casa
- famílias com pessoa idosa dependente beneficiária do BPC
- famílias com pessoa deficiente beneficiária do BPC
- famílias com eventos de violência ou antecipadores de violência
- famílias com ocorrência de fragilização ou rompimento de vínculo
- famílias com jovens em situação de vulnerabilidade
- rede de serviços locais (assistência social, educação, saúde, etc)
- lideranças locais
- recursos culturais, econômicos, sociais do território

Indique as atividades que são realizadas por este CRAS:

- Recepção e acolhida
- Reuniões
- Acompanhamento de famílias
- Acompanhamento de indivíduos
- Visitas Domiciliares;
- Busca ativa;
- Grupo/oficina de convivência e atividades sócio-educativas por ciclo de vida ou intergeracional
- Grupo/oficina de convivência e atividades sócio-educativas com famílias
- Palestras
- Ações de capacitação e de inserção produtiva
- Campanhas sócio-educativas
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos
- Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais
- Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único
- Inserção de famílias no Cadastro Único
- Orientação/acompanhamento para inserção do BPC

Pág. 3 de 5

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

V. Articulação:

Indique os serviços, programas ou instituições com os quais este CRAS possui articulação:

- Demais unidades da Rede de Proteção Social Básica
- Rede de Proteção Social Especial
- Vara da Infância e da Juventude
- Conselho Tutelar
- Defensoria Pública / Ministério Público
- Serviços de Atenção Básica em Saúde (Equipes de Saúde da Família / Postos de Saúde)
- Serviços Públicos de Educação
- Órgãos ou serviços relacionados a Trabalho e Emprego
- Conselhos de Políticas Públicas (CMAS ou outros)
- Serviços ou Programas de Segurança Alimentar
- Nenhum dos serviços ou instituições acima mencionados (crítica)

VI. Recursos Humanos do CRAS:

Indique a formação, vínculo, carga horária e função de cada membro da equipe deste CRAS:

NOME	Formação	Vínculo	Função	Carga horária SEMANAL
1º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
6º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
8º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
9º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
10º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
11º membro:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Formação	Tipo de Vínculo	Função
1-Assistente Social	1-Estatutários	1-Coordenador
2-Psicólogo	2-CLT	2-Técnico de Nível Superior
3-Pedagogo	3-Somente comissionado	3-Técnico de Nível Médio
4-Outro profissional de nível superior	4-Sem vínculo permanente	4-Apoio Administrativo
5-Profissional de nível médio		
6-Profissional de nível fundamental		
7-Estagiário cursando graduação		

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

Seção adaptável em função da estratégia adotada pelo Estado:

Identificação do agente municipal responsável pelas respostas

1. () Secretário Municipal de Assistência

2. () Coordenador do CRAS

3. () Outro: _____

Nome: _____

Telefone: (____) _____

Email: _____

Identificação do técnico estadual responsável pela visita

Nome: _____

Email: _____

Houve visita ao CRAS: 1. () Sim 2. () Não Data de visita: __/__/__

Pág. 5 de 5

IMPORTANTE: Esta ficha poderá ser utilizada para a coleta das informações, entretanto, NÃO deve ser encaminhada, em hipótese alguma ao MDS. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

Esta publicação foi impressa pela Gráfica Brasil em papel Off Set 90 g/m² e capa em papel cartão supremo 350 g/m² utilizando as fontes BlissCaps e Bell.

Esta publicação expressa o esforço do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em acompanhar e monitorar um de seus principais equipamentos públicos: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Enquanto porta de acesso para os serviços socioassistenciais, a implementação dos CRAS vem se constituindo em ação estratégica na consolidação da Política Nacional de Assistência Social.

Ao longo do segundo semestre de 2007 foi coletado, junto aos gestores municipais e estaduais de assistência social, um conjunto de informações sobre os CRAS em todo o Brasil. O resultado se traduz na linha de base do monitoramento desses equipamentos, que retrata sua situação de funcionamento enfocando aspectos como financiamento, estrutura física, recursos humanos e atendimento.

O desenvolvimento do sistema de monitoramento dos CRAS foi fruto de intenso trabalho colaborativo, materializado na constituição do Grupo de Trabalho CRAS, entre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e a Secretaria Nacional de Assistência Social.